

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

ESTÊVÃO DE MELO MARCONDES LUZ

**UM LEGISLADOR NAS GERAIS:
VIDA E OBRA DO CÔNEGO HERMÓGENES CASIMIRO DE ARAÚJO
BRUNSWIK (1783-1861).**

FRANCA

2008

ESTÊVÃO DE MELO MARCONDES LUZ

**UM LEGISLADOR NAS GERAIS:
VIDA E OBRA DO CÔNEGO HERMÓGENES CASIMIRO DE ARAÚJO
BRUNSWIK (1783-1861).**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Maria Malatian.

FRANCA

2008

Luz, Estêvão de Melo Marcondes.

Um legislador nas Gerais : vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861) / Estêvão de Melo Marcondes Luz. – Franca: UNESP, 2008.

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Brasil – História – Império. 2. Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik – Biografia. 3. Elites – História – Minas Gerais, séc. XIX. 4. Minas Gerais – História política.

CDD – 981.04092

ESTÊVÃO DE MELO MARCONDES LUZ

**UM LEGISLADOR NAS GERAIS: VIDA E OBRA DO CÔNEGO HERMÓGENES
CASIMIRO DE ARAÚJO BRUNSWIK (1783-1861).**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Teresa Maria Malatian (UNESP – Franca)

1º Examinador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (APM – UFOP)

2º Examinador: Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira (UNESP – Franca)

Franca, 18 de junho de 2008.

**Dedico este trabalho aos meus amigos, familiares
e aos habitantes do Sertão da Farinha Podre de ontem,
hoje e amanhã.**

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer a todos que de certa forma participaram, incentivaram e apoiaram este trabalho desde o começo não é uma tarefa fácil. O problema é o risco que se corre ao enumerar as pessoas as quais sou grato, pois são muitas. Por isso, já de início, agradeço a todas as pessoas com quem tive contato nas minhas andanças atrás das pistas que o cônego deixou de sua história.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro a mim concedido. A bolsa foi fundamental para a boa confecção desta dissertação. Sem ela eu talvez não tivesse tido condição de viajar a todos os lugares em que havia fontes documentais para serem pesquisadas.

À Profa. Dra. Teresa Maria Malatian pela orientação dada ao meu trabalho, por mostrar-me como ser objetivo em um projeto de pesquisa e também pela leitura que fez dos meus escritos até a formatação final e conclusão do texto.

Aos funcionários da UNESP-Franca: especialmente à turma da biblioteca, Enide Laura, Márcio; ao pessoal da sessão de Pós-Graduação, Maísa, Gigi e Luzinete.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik, na cidade mineira de Sacramento. Neste Arquivo passei alguns dias inteiros pesquisando nos livros da antiga Câmara Municipal da Vila do Desemboque.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, especialmente ao Denis do setor de pesquisa e ao Superintendente do Arquivo professor Renato Pinto Venâncio, de quem fui aluno em curso realizado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, especialmente Suely, Carmem e Rosa, que me receberam muito bem. Foi uma experiência muito interessante trabalhar neste arquivo.

Agradeço ao professor e pesquisador Amir Salomão Jacób pelas informações quanto ao tema pesquisado, pelas inúmeras dicas e pelas longas conversas regadas a um café mineiro bem fraquinho. Nossa amizade é fruto do interesse mútuo pela história.

Aos professores Ivan Aparecido Manoel e Lélío Luiz de Oliveira pela participação na banca em meu exame de qualificação. Valeram muitas as dicas e sugestões. Obrigado por se colocarem à disposição no que fosse necessário para a elaboração deste trabalho.

Ao professor Renato Pinto Venâncio pelas dicas que me deu dentro do Arquivo Público Mineiro, pelas conversas que tivemos durante a elaboração desta dissertação e por

aceitar o convite para compor a banca examinadora. Também ao professor Lélío Luiz de Oliveira por aceitar o convite para participar da banca examinadora.

Por fim agradeço a toda minha família pelo apoio e pelo carinho. Todos de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa: a meus pais, Cairo e Eleonora, meus irmãos, José e Naomi, minha esposa Michelle, a meus avós, Tassiana e José (falecido), Dulce e Antônio, a minhas tias e tios, primos e primas, e meus amigos. Embora não soubessem exatamente o que eu fazia correndo atrás de documentos antigos, revirando papéis e jornais amarelados, visitando arquivos, aqui está o resultado deste trabalho. Espero que possam ler e conhecer um pouco da história do cônego Hermógenes, um pouco da história do Brasil.

RESUMO

A idéia central desta pesquisa é analisar a atuação política do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik no contexto da construção do Estado Nacional brasileiro durante o século XIX. No entanto, para entender o significado de sua atuação política foi preciso voltar até as suas origens familiares assim como analisar a formação religiosa do cônego. A Igreja estava vinculada ao governo durante o Império e a atuação religiosa dos padres estava intimamente ligada à atuação política. O cônego estudou em São Paulo onde recebeu a ordenação em 1809 e em seguida foi administrar a freguesia do Desemboque, no Triângulo Mineiro, região que naquela época era quase desabitada. Ali ele desenvolveu uma sólida liderança religiosa e política, tornando-se vigário geral e vereador nas câmaras municipais de Araxá e Desemboque. Como vigário geral da freguesia teve atuação pioneira: fundou capelas e conseguiu verbas para a construção de estradas e pontes que conectaram a região ao comércio imperial e contribuíram para seu povoamento. Bom pregador, proprietário de terras e líder político local, o cônego conquistou reconhecimento na província, aliou-se ao Partido Conservador mineiro e ganhou espaço no cenário político imperial. A partir de 1850 ascendeu politicamente sendo eleito deputado provincial e deputado geral pela província de Minas Gerais, atuando na Câmara dos Deputados até 1860 quando se afastou por motivos de saúde. Morreu em 1861 após trabalhar nas três instâncias do legislativo brasileiro: municipal, provincial e imperial.

Palavras-chave: Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik; Brasil Império; Igreja em São Paulo; Sertão da Farinha Podre; Vila do Desemboque; elite local; Minas Gerais; política imperial; Assembléia Legislativa Provincial; Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

The central idea of this research is to analyze the political performance of the canon Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik in the context of the construction of the Brazilian National State during the century XIX. However, to understand the meaning of his political performance it was necessary to return until their family origins as well as the religious formation of the canon. The Church was linked to the government during the Empire and the priests' religious performance was intimately linked to the political performance. The canon studied in São Paulo where received the ordination in 1809 and soon afterwards he went to administer the clientele of Desemboque, in Triângulo Mineiro, area that was almost totally uninhabited in that time. There he developed a solid religious and political leadership, becoming general vicar and alderman in the city halls of Araxá and Desemboque. As general vicar of the clientele he had pioneering performance: founded chapels and it got budgets for the construction of highways and bridges that connected the area to the imperial trade and they contributed to its settlement. Good preacher, proprietor of lands and local political leader, the canon conquered recognition in the province, he formed an alliance with Conservative Party and it won space in the imperial political scenery. Starting from 1850 he ascended politically being chosen provincial deputy and general deputy by the province of Minas Gerais, acting in the Camera of the Deputies up to 1860 when he stood back because of health. He died in 1861 after working in the three instances of the Brazilian legislative: municipal, provincial and imperial.

Key-words: Canon Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik; Brazil Empire; Church in São Paulo; Interior of Farinha Podre; Town of Desemboque; local elite; Minas Gerais; imperial politics; Provincial Legislative Assembly; Camera of the Deputies;

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....14

INTRODUÇÃO.....16

CAPÍTULO 1

DAS ORIGENS LUSITANAS AO SERTÃO MINEIRO: FAMÍLIA E REGIÃO

1.1 O homem e seu passado.....20

1.2 O Sertão da Farinha Podre: estratégico e promissor.....29

1.3 A elite familiar local.....46

CAPÍTULO 2

DA FORMAÇÃO PAULISTA À VELHA MATRIZ MINEIRA

2.1 A Igreja Católica no Brasil.....56

2.2 A formação iluminista em São Paulo.....61

2.3 O vigário da matriz e a freguesia desamparada.....71

CAPÍTULO 3

PAI, FILHO E GENRO: TRÊS HOMENS PÚBLICOS

3.1 O cônego e o barão: pai e filho na política mineira
oitocentista.....78

3.2 Antônio Borges Sampaio: memorialista do sertão.....95

CAPÍTULO 4

O LEGISLADOR SAQUAREMA: AUGE DA CARREIRA E FIM DA VIDA PÚBLICA

4.1 Na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais (1850-1857).....	104
4.2 Na Assembléia Geral Legislativa: entre padres e outros burocratas (1857-1860).....	123
4.3 O testamento: resultado de uma longa vida.....	141

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
----------------------------------	------------

FONTES.....	150
--------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	155
--------------------------	------------

ANEXOS.....	162
--------------------	------------

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

26

Fotografia da antiga casa de Manoel Ferreira de Araújo e Souza em Sacramento (MG).

30

Mapa da Província de Minas Gerais do ano de 1855.

33

Mapa dos julgados do Desemboque e Araxá.

38

Carta da Província de Minas Gerais de 1862.

43

Mapa da migração geralista entre 1760 e 1890.

72

Fotografia da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque.

84

Fotografia do Barão de Ponte Alta.

97

Fotografia de Antônio Borges Sampaio.

101

Fotografia da família de Antônio Borges Sampaio.

105

Fotografia panorâmica de Ouro Preto na década de 1870.

111

Fotografia da Ponte da Jaguará.

113

Fotografia do prédio onde funcionava a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais em Ouro Preto na década de 1870.

163

Fotografia dos Livros de Atas originais da Câmara Municipal do Desemboque.

164

Fotografia das cartas originais trocadas entre o cônego Hermógenes e o Barão de Camargos durante a década de 1850.

165

Página inicial do *Diário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes* referente ao ano de 1850.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira tem dado cada vez mais atenção aos temas ligados à construção da nação durante o século XIX. Tanto a história política como a história social têm se preocupado em analisar esta temática, mas isto não quer dizer que exista consenso. O tema da construção da nação envolve um universo de outros assuntos e seus desdobramentos são inúmeros. No âmbito político o tema compreende desde a análise sobre a centralização e descentralização política e administrativa do Império – segundo Gabriela Nunes Ferreira uma das questões que mais suscitaram debates ao longo da história política do Brasil – até a interiorização da metrópole pelo vasto território e a consolidação dos poderes regionais e locais. Ou seja, de forma mais ampla este trabalho aborda a organização do poder dentro do Estado e sua distribuição entre os representantes legais espalhados pelo território. No entanto, tem-se como objeto central de análise a participação de um indivíduo, o cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik e sua atuação legislativa. Mas este indivíduo não chegou até onde chegou sozinho, ele dependeu de todo um conjunto de fatores que propiciaram sua ascensão política dentro do governo representativo. Dentro deste conjunto de fatores estão as relações familiares, a Igreja Católica, a história de uma região e as próprias relações políticas do Brasil oitocentista.

Neste contexto a preocupação norteadora deste trabalho é analisar a atuação política do cônego Hermógenes e da elite local da qual ele fazia parte na consolidação do Estado nacional durante o Império. Assim, seguimos pelo caminho trilhado por Miriam Dolhnikoff, para quem a participação política destes grupos locais e regionais foi decisiva e influenciou diretamente na condução da política imperial. Dentre os autores que trabalharam com esta temática, de forma mais ampla, figuram a própria Miriam Dolhnikoff, Thomas Flory, Ilmar Rohloff de Mattos, José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Fernando Uricoechea, Gabriela Nunes Ferreira.

Por outro lado este trabalho tem um grande amparo bibliográfico no que diz respeito aos estudos de história regional e trabalhos que fornecem subsídios para a compreensão da dinâmica política local e regional no século XIX, tais como: Richard Graham e alguns autores especificamente voltados para a história regional, como Jorge Alberto Nabut, Hildebrando Pontes, Luis Augusto Bustamante Lourenço, Flavio Saldanha, dentre outros¹.

¹ Todos os autores citados estão relacionados na bibliografia.

Um pesquisador em especial teve extrema relevância para a elaboração deste trabalho. Antônio Borges Sampaio, o memorialista do sertão. Ele não foi apenas contemporâneo ao cônego Hermógenes, foi seu genro. Sampaio escreveu diversos artigos sobre aquela região e fez também artigos biográficos sobre seus personagens. Sua participação na vida política daquela região é analisada no capítulo três, mas seus escritos estão presentes em todas as partes que compõem este texto².

Outros importantes trabalhos de pesquisa sobre o século XIX em Minas Gerais vêm sendo produzidos nestes últimos anos. Uma nova geração de pesquisas que enfatizam o viés político e que estão alinhados aos mais recentes rumos da historiografia nacional. Trabalhos que vêm sendo produzidos especialmente nos cursos de Pós-Graduação em História. Dentre eles figuram, por exemplo, as dissertações de mestrado de Fernanda Lourdes C. P. Silva, *Em brancas lutas: a trajetória de Teófilo Ottoni, suas idéias políticas e sua prática social na consolidação do Estado no Brasil (1831-1869)*, (UNESP-2003); de Marcella Marques Bonsembiante, intitulada *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*, (UNESP-2006); de Anderson Luis Venâncio *A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853)*, (UNESP-2005); de Marcus Caetano Domingos *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*, (USP-2007)³.

Foi necessário também aprofundar em certas leituras relativas à história da Igreja, em especial sobre a Igreja paulista de início do século XIX. Neste sentido foram imprescindíveis os trabalhos de Augustin Wernet, Maria Aparecida Junqueira V. Gaeta, José Ferreira Carrato, Fernando Torres-Londoño, Eduardo Frieiro, Ivan Aparecido Manoel e Magda Ricci.

No capítulo um desta dissertação procurou-se analisar três questões principais. Primeiramente conhecer as origens familiares do cônego, buscando informações a respeito da vinda de seu avô de Portugal para a Bahia ainda no século XVIII e conhecer a história da família na região de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, onde o cônego nasceu. A segunda questão esta relacionada à análise da história do Sertão da Farinha Podre, suas características populacionais, políticas e geográficas, como sua localização entre dois grandes rios e sua estratégica posição no Brasil central entre outras províncias do Império. Deste modo foi possível saber como ocorreu o reconhecimento daquele sertão, levado a cabo pelo cônego

² Os diversos artigos escritos por Sampaio foram compilados pelo Arquivo Público de Uberaba em uma única obra intitulada *Uberaba: história, fatos e homens*, no entanto, esta obra, publicada primeiramente em 1971 e com segunda edição de 2001, está a muito tempo esgotada. Sendo assim, trabalhamos tanto com os artigos publicados por ele na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, como também com alguns textos extraídos desta obra compilada pelo Arquivo Público de Uberaba.

³ Todas as dissertações encontram-se relacionadas na bibliografia.

e por pessoas ligadas a ele, assim como conhecer a ocupação do território por novos colonos e compreender a atuação das autoridades locais na condução deste processo. A terceira questão esta ligada a formação e consolidação de uma elite familiar naquela região que passou a administrar política e economicamente todo aquele vasto território em conformidade com as autoridades imperiais. Este grupo estava bem próximo do mundo do governo e mantinha contato estreito com autoridades provinciais, imperiais e autoridades religiosas. Portanto, este primeiro período é fundamental para a compreensão dos rumos tomados por esta elite local dentro do governo representativo durante o decorrer do século XIX.

No capítulo dois a intenção é compreender alguns aspectos da Igreja Católica no Brasil, tendo como foco principal a Igreja paulista de início do século XIX, onde o cônego estudou e recebeu a ordenação em 1809. O cônego recebeu a sagrada ordenação no período final do catolicismo iluminista e isso vai ser analisado neste capítulo. Neste mesmo período em que estudou em São Paulo outras figuras importantes para a política nacional e para a Igreja recebiam também as ordens religiosas, como é o caso de Diogo Antônio Feijó, Vicente Pires da Mota, Antônio Joaquim de Melo, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, entre outros. A Igreja foi também uma instituição política, uma instituição que no Brasil esteve intimamente vinculada ao Rei e ao governo desde os tempos coloniais e fez efetivamente parte do governo imperial na administração do Império. O clero se fez presente nos mais diferentes cargos do governo e no legislativo sua atuação foi ampla, chegando a ser questionada por outros deputados. Assim, neste capítulo foi necessário também entender o sentido da atuação política dos padres durante o Império.

O capítulo três se baseia na análise da vida pública de três membros da elite local que se formou naquele Sertão da Farinha Podre. O cônego, expoente maior daquele grupo familiar, seu filho o Barão de Ponte Alta, que também foi eleito deputado e atuou na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, e seu genro Antônio Borges Sampaio, português que veio para o Brasil na década de 1840 e acabou sendo enviado de Santos para o sertão das Minas Gerais para trabalhar no comércio de sal em Uberaba. No entanto, estes três indivíduos tornaram-se líderes políticos e pessoas de grande influência em suas vilas. O cônego Hermógenes era sem dúvida o habitante mais conhecido de todo aquele vasto sertão: homem de grande ilustração era respeitado pelas autoridades eclesiásticas de Goiás e de São Paulo e conhecido dentre a elite política da província. O Barão de Ponte Alta era homem de educação básica, mas uma pessoa com grande habilidade para o comércio. Investiu em armazéns localizados às margens do rio Grande, ponto estratégico daquele sertão onde cruzavam alguns caminhos e se intensificava o comércio com outras províncias. O português

Antônio Borges Sampaio veio por acaso a Uberaba e naquela região estabeleceu boas relações com a família do cônego. Deixou escrita a memória de alguns dos mais antigos moradores daquele sertão, assim como publicou diversos artigos sobre a história daquela região e de seu povo.

No capítulo quatro o foco central é a atuação legislativa do cônego Hermógenes enquanto deputado provincial (1850-1857) e deputado geral (1857-1860). Sua atuação na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais foi extremamente importante em sua carreira no legislativo do Império. Ele atuou por quatro legislaturas seguidas na Assembléia Provincial: foi eleito membro de diferentes comissões de poderes, discursou em diversas sessões e sobre diferentes assuntos, estabeleceu uma boa relação com a elite dirigente da província e trabalhou para o progresso de sua região. Na Assembléia Geral Legislativa atuou apenas por uma legislatura. Foi eleito em 1856, mas por motivo de saúde foi obrigado a afastar-se da Câmara dos Deputados em 1860, último ano de seu mandato. Na Corte verificou-se a proximidade do cônego a figuras importantes da política nacional, assim como sua proximidade com o Imperador. Naquele momento a presença do clero no governo representativo incomodava a alguns setores do governo e fez-se necessário analisar esta situação. O afastamento da vida pública em 1860 deu-se por conta da saúde debilitada e este momento foi visto à luz das correspondências trocadas entre o cônego e alguns amigos da cena política imperial e através de seu testamento, documentos extremamente reveladores.

1 DAS ORIGENS LUSITANAS AO SERTÃO MINEIRO: FAMÍLIA E REGIÃO.

1.1 O homem e seu passado.

O presente capítulo constitui-se de três tópicos imprescindíveis para a compreensão do modo como se deu a construção da liderança política e religiosa de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik durante sua vida. São eles: 1) Uma análise sobre suas origens familiares. 2) Uma análise histórica sobre o antigo Sertão da Farinha Podre, região em que o cônego iniciou sua carreira religiosa. 3) E, finalmente, uma análise a respeito da composição de uma elite familiar que se consolidou naquela região ao longo do século XIX.

Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik⁴, ou apenas cônego Hermógenes como é respeitosamente lembrado pelos antigos moradores da região do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, teve uma atuação certamente importante na política do Brasil oitocentista. Clientelismo, articulações sociais, concubinato oportuno, constituição de família e estratégicas relações cordiais, são fatores que, aliados ao fato de ter sido proprietário rural e sacerdote, possibilitaram-lhe uma via de acesso à Câmara dos Deputados. Sua trajetória contrasta, sob alguns aspectos, com a de muitos outros políticos atuantes daquele período.

O cônego iniciou sua atuação religiosa e política em 1814, antes mesmo da independência do Brasil. Sua carreira política, no entanto, alcançou o auge em 1857 quando foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais. O cônego, naquela ocasião com 74 anos de idade, ganhou destaque e reconhecimento além do sacerdócio. Apesar da avançada idade, tornou-se muito influente entre os conservadores da província de Minas Gerais, assim como um competente político de carreira. Anualmente tinha que se deslocar até a capital do Império, optando por não morar na capital, como era costume entre os deputados que viviam longe.

Homem de grande ilustração, o cônego teve uma carreira que se aproximava da expressiva vida pública de outros personagens importantes da política imperial brasileira. Homens que guardavam uma ligação estreita com suas regiões de origem como o padre paulista Diogo Antonio Feijó, o mineiro Barão de Camargos – amigo pessoal, e com quem o cônego Hermógenes atuou na política provincial de Minas Gerais –, e os irmãos Ottoni,

⁴ O sobrenome *Brunswik* foi adotado pelo cônego após a sua ordenação e aparece escrito de diferentes formas como *Brunswike*, *Bruonswik*, *Brunswick* e *Brunswik*. Optou-se, então, por utilizar esta última, por ser a mais freqüente e que aparece no *Diário Oficial de Minas Geraes*.

também mineiros. Todos mantiveram estreita ligação com suas regiões de origem e apesar da boa educação levavam uma vida simples e rústica em suas vilas e fazendas. Pode-se dizer que sentiam necessidade de preservar os laços afetivos e sociais com as suas regiões de origem e que lutaram nas instancias políticas do Império para conseguir melhorias para estas regiões, características que também marcaram a atuação do cônego Hermógenes.

Entre os que se interessaram pela vida do cônego estão Antônio Borges Sampaio⁵, seu genro, com quem o cônego conviveu por longos anos, e Carlos Alberto Cerchi⁶, professor e pesquisador da história regional. No entanto, há que salientar que existe entre estes dois pesquisadores uma distância temporal bem grande. Sampaio, como dissemos, foi casado com uma filha do cônego e conviveu pessoalmente com o cônego Hermógenes por muitos anos. Cerchi, por outro lado, leciona atualmente em um colégio da cidade mineira de Sacramento.

Antônio Borges Sampaio deixou muitos escritos a respeito do cônego e também sobre o antigo Sertão da Farinha Podre. Dentre os artigos publicados destacam-se: *O cônego Hermógenes: apontamentos biográficos*; *Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro*; *Notícia biográfica do Barão de Ponte Alta*; *Uberaba: estradas primeveas do Sertão da Farinha Podre*; *Uberaba: história topográfica da freguesia do Uberaba, vulgo Farinha Podre*⁷. Sampaio também foi o responsável por enviar ao IHGB uma relação de documentos manuscritos que pertenceram ao cônego Hermógenes⁸.

Carlos Alberto Cerchi promoveu uma pesquisa junto à *Cúria Metropolitana de São Paulo* e levantou algumas fontes importantes sobre a vida do religioso. Dentre as fontes documentais levantadas por Cerchi estão a carta de ordenação e as cópias do assento de batismo do cônego encontradas na *Mitra Arquidiocesana de São Paulo*. Esta documentação, requerida pelas autoridades eclesiásticas para que o jovem Hermógenes seguisse a carreira religiosa em São Paulo, permite-nos conhecer exatamente o local e a data de seu nascimento.

Há ainda outros documentos importantes encontrados durante a pesquisa que também nos fornecem informações sobre as origens familiares do cônego. A *Lista geral de votantes*

⁵ Antônio Borges Sampaio foi correspondente do IHGB e do Arquivo Público Mineiro, onde publicou muitos artigos sobre o Triângulo Mineiro e seus personagens. Sampaio é o foco do item 3.2 do capítulo 3 deste trabalho.

⁶ Carlos Alberto Cerchi é professor e pesquisador da história regional. Realizou pesquisas junto ao *Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo* para levantar documentos relativos à ordenação do cônego Hermógenes. Os documentos foram publicados posteriormente.

⁷ Todos os artigos de Sampaio analisados durante a pesquisa constam na relação das fontes utilizadas, no final deste trabalho.

⁸ Os documentos são: “3 manuscritos sobre vereança. - 6 manuscritos relativos a honras honorificas. - 5 manuscritos relativos a: diretor do 13º circulo literário, curador geral dos órfãos, advogado, Irmão de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto. - 52 manuscritos relativos à ordenação, apresentação a vigária e colação; bem como sobre o uso das ordens sacras”. In: Jorge Alberto Nabut (org.). *Desemboque: documentário histórico e Cultural*. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba; Arquivo Público de Uberaba 1986. p. 185.

*qualificados da freguesia do Desemboque*⁹, elaborada a 20 de janeiro de 1847, aponta o cônego com 63 anos naquela ocasião. O cônego nasceu no mês de abril e, portanto, não havia ainda completado 64 anos. Este documento é uma confirmação exata da data de nascimento do cônego. Por ser um documento oficial ele por certo tenha sido elaborado com a supervisão direta do próprio cônego enquanto vigário geral da freguesia do Desemboque. Portanto, o cônego nasceu a 20 de abril de 1783 e foi batizado em 8 de maio do mesmo ano na ermida de São Domingos do Rio do Peixe, filial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, no bispado de Mariana e província de Minas Gerais. Era filho legítimo de Manuel Ferreira de Araújo e Souza e Joaquina Rosa de Santana, proprietários de terras naquela região. Conforme as cópias do assento de batismo, no dia 8 de maio de 1783 compareceram os pais na dita ermida para o batismo do filho Hermógenes e apresentaram-se como padrinhos o tenente-coronel Dom José Jovide Heredia e Anna de Souza¹⁰.

Datado de 3 de junho de 1809 e assinado pelo vigário Jerônimo José de Lima, este documento possui em seu texto uma pequena genealogia da família. Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik descendia pelo lado paterno de Jerônimo Ferreira de Araújo e sua esposa Bernarda de Souza e São José. Pelo lado materno eram seus avós o alferes João Álvares Portella e sua esposa Joana Monteiro de Paiva. Viviam todos na região de Conceição do Mato Dentro.

Os pais do cônego, o capitão Ferreira (como era conhecido) e dona Joaquina tiveram nove filhos. Hermógenes era o mais velho, Antônio Alves Portella Dumense também era padre, Miguel Eugênio de Araújo, Clemente José de Araújo, Félix Ferreira de Araújo, Manoel Maurício de Araújo, Honório Amâncio de Araújo, Joaquina Silvana de Araújo e Florinda Casimira de Araújo.

De acordo com Maura Afonso Rodrigues, em seu *Fagulhas de história do Triângulo Mineiro*¹¹, a família Ferreira de Araújo teria ascendência em terras portuguesas. Jerônimo Ferreira de Araújo, avô paterno do cônego, teria vindo de Portugal no século XVIII e fixado

⁹ A *Lista geral de votantes qualificados da freguesia do Desemboque* possibilitou-nos também conhecer um pouco mais os irmãos do cônego. Viviam no distrito do Sacramento em 1847: Manoel Maurício de Araújo, com 60 anos, solteiro, vivia da lavoura; Miguel Eugênio de Araújo era casado e tinha 52 anos; Clemente José de Araújo tinha 50 anos, viúvo e também vivia da lavoura; Honório Amâncio de Araújo era casado, tinha 42 anos e vivia da medicina. A respeito das irmãs do cônego no obtivemos informações, pois no documento estavam relacionados somente os homens, pois eram os únicos com direito ao voto. Os outros dois irmãos eram o padre Antônio e Félix, mas ambos não aparecem na lista de votantes. O documento encontra-se nos *Livros de Ata da Câmara Municipal do Desemboque*, no *Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik*. Os *Livros de Ata da Câmara Municipal do Desemboque* estão relacionados na relação das fontes utilizadas, no final deste trabalho.

¹⁰ Carlos Alberto Cerchi. "O Cônego Hermógenes". In: NABUT, 1986, op. cit., p 199-272.

¹¹ Maura Afonso Rodrigues. *Fagulhas de história do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: Atelier, 1988.

residência na capitania da Bahia onde casara-se com Bernarda de Souza e São José. Posteriormente, o casal mudou-se para Minas Gerais e estabeleceu residência na região de Conceição do Mato Dentro, onde tiveram os filhos, dentre os quais o pai do cônego, o capitão Ferreira. O português Jerônimo falecera no ano de 1787 e sua esposa Bernarda, no ano de 1805. Deixaram, porém, uma nova geração fixada na província de Minas Gerais. O pai do cônego tornou-se um abastado proprietário de terras naquela região, casou-se, teve os filhos e por volta de 1810 a família muda-se para a freguesia do Desemboque.

No transcurso desta pesquisa documental descobrimos que a família, por ocasião de sua mudança para a freguesia do Desemboque, já tinha relação de parentesco com outra grande família que havia se instalado naquela região, os Silva e Oliveira, que já naquele momento gozavam de certa autoridade naquela freguesia. O parentesco se dava pelo lado materno do cônego Hermógenes. Sua mãe era irmã do sargento-mor João da Silva e Oliveira, pai do major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, autoridade naqueles sertões¹².

É provável que a existência desta relação de parentesco naquela região tenha sido uma das razões para que o capitão Ferreira tenha adquirido terras e se fixado ali com a família. Justifica-se também, desta forma, a razão da permanência de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik naquela região exercendo a função de líder espiritual, muito embora tenha ingressado na política da província e alcançado a Câmara dos Deputados. Sobre este aspecto, supomos que a opção pela permanência no sertão, ao invés de prosseguir galgando mais altos cargos na hierarquia eclesiástica, tenha sido uma opção pelo convívio familiar e uma opção pela ascensão política que ele projetava a partir daquela região, em detrimento de uma colocação em algum centro urbano importante daquela época, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Em seu *O quinto século* Maria Alice Rezende de Carvalho faz uma análise sobre o caráter político das elites familiares do período imperial. A questão da permanência seja ela em certa região ou em um centro urbano qualquer estava diretamente ligada à decisão da família e logicamente estava ligada ao fato de esta família poder exercer certa autoridade naquele local. O grupo familiar se protegia e ajudava mutuamente, ou seja, a proximidade entre seus membros era importante para que se mantivesse a ordem e para que as gerações mais novas dessem prosseguimento ao trabalho começado pelos pais, inclusive no que diz respeito à manutenção da riqueza e dos bens familiares. Maria Alice Rezende de Carvalho então nos diz o seguinte:

¹² Hildebrando de Araújo Pontes. *Vida, casos e perfis*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1992.

Havia nisso muito da ideologia de uma parcela da elite brasileira que, falando do interior de uma trama de relações familiares, valorizava, sobretudo, o tema político da continuidade em detrimento da ruptura, a afirmação dos valores da tradição reformada como marcadores ideais do desenvolvimento do país¹³.

Luis Augusto Bustamante Lourenço¹⁴ expõe como se deu a chegada deste grupo familiar à região do Desemboque e como seus membros consolidaram certa hegemonia política local. Segundo Lourenço, o grupo de pessoas com os quais a família do cônego mantinha laços de parentesco era composto por membros da família Silva e Oliveira, oriundos de Vila Rica, que se estabeleceram no povoado do Desemboque nas últimas décadas do século XVIII.

O primeiro a chegar à região da Farinha Podre, no ano de 1788, teria sido José Manoel da Silva e Oliveira, que logo recebeu do governo goiano a patente de coronel. De acordo com Hildebrando Pontes, José Manoel teria sido nomeado para o governo da capitania do Pará por volta do ano de 1814, no entanto, empreendendo viagem para tomar posse do cargo foi assassinado por um membro de sua própria comitiva. O fato demonstra que os Silva e Oliveira mantinham estreita relação com autoridades civis e eclesiásticas de Goiás. Em seguida teria vindo o outro irmão de nome Joaquim a tomar posse de uma sesmária. Antônio Eustáquio, outro irmão, foi nomeado Regente dos Sertões da Farinha Podre e teria chegado ao Desemboque por volta do ano de 1807. Havia ainda um outro membro da família, Domingos da Silva e Oliveira, que no Desemboque exerceu cargos na magistratura e que foi um dos fundadores do Partido Liberal da Vila do Uberaba. “Algum tempo depois chegaria o primo Hermógenes, nomeado vigário da paróquia do Desemboque”¹⁵.

Hildebrando Pontes relata um pouco daquele momento quando a família Silva e Oliveira chegou ao Desemboque:

José Manoel da Silva e Oliveira, que foi assassinado em Traíras, norte de Goiás, quando em viagem à capitania do Pará, ia assumir as rédeas de seu governo; tenente Joaquim da Silva e Oliveira, que foi Juiz de Órfãos em 1815 em Desemboque e o mais opulento e abastado fazendeiro da Farinha Podre; capitão-mor João Quintino de Oliveira, opulento fazendeiro em Tamanduá (hoje Itapecerica, Minas); capitão Domingos da Silva e Oliveira, que durante anos exerceu em Desemboque e Uberaba a juizança de órfãos; o próprio Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira; o alferes Silvestre da Silva e Oliveira e dona Rita de Assunção e Silva¹⁶.

¹³ Maria Alice Rezende de Carvalho. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1998. p. 45.

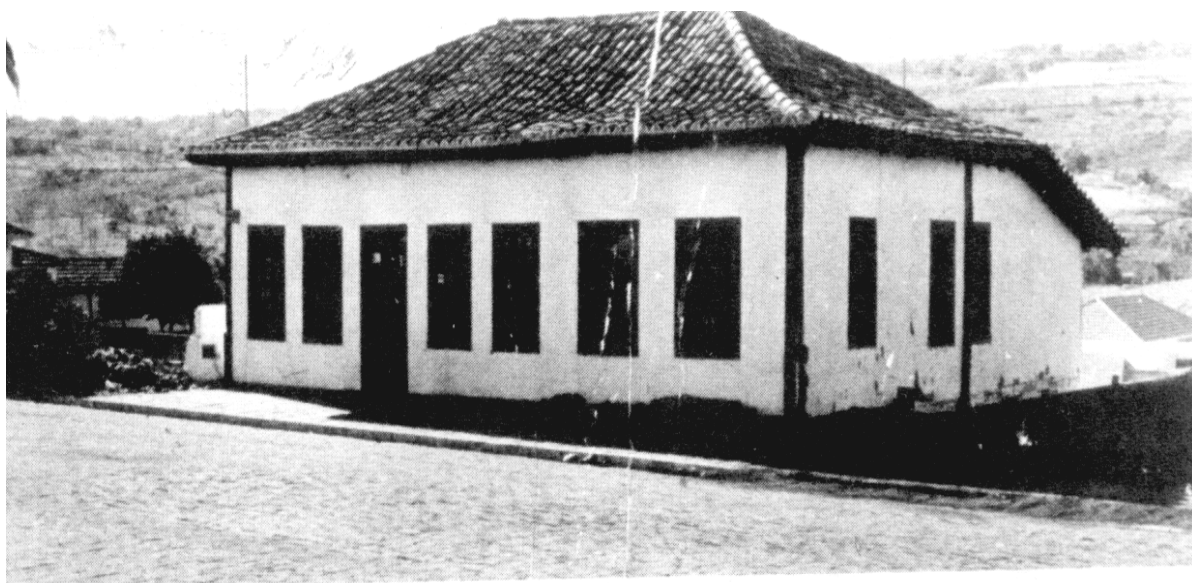
¹⁴ Luis Augusto Bustamante Lourenço. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

¹⁵ *Ibidem*, p. 123.

¹⁶ PONTES, 1992, op. cit., p. 83-84.

Nota-se que os títulos de capitão, tenente, alferes, major, etc., eram uma constante nos nomes destes homens. Uma vez desterrados de sua região natal e tendo ascendência portuguesa e ligações importantes com o governo desde seus antepassados, estes homens foram ocupar terras ainda praticamente desabitadas – a não ser claro pelos indígenas – e gozaram dos privilégios concedidos pela coroa aos primeiros exploradores, com os quais mantinham boas relações. Foram homens que contribuíram de forma mais que significativa para fazer incorporar aquela região inóspita aos domínios da coroa, antes mesmo que o Brasil fosse independente.

A chegada do cônego – naquele momento um jovem padre – ao povoado do Desemboque teria ocorrido numa época em que o Sertão da Farinha Podre começava a ser povoado por novas famílias de colonos vindas de diferentes partes das Minas Gerais. Este momento, junto ao fato de que já mantinha vínculos familiares com pessoas da localidade, possibilitou-lhe uma articulação em torno dos moradores de maior prestígio da localidade, ligados à política imperial por meio de cargos públicos, o que indica a possibilidade de ter havido certa articulação entre estes elementos e alguns membros dos governos provincial e central.



Fotografias da década de 1970. Casa onde viveu Manoel Ferreira de Araújo e Souza, pai do cônego Hermógenes (fachada e fundo). Localizava-se na praça central da cidade de Sacramento (MG), em frente à Igreja Matriz, sendo demolida em 1974 para abertura de uma rua. Fonte: Acervo do pesquisador Amir Salomão Jacob.

A posse da terra era um elemento fundamental para estes indivíduos e era geradora de riqueza e poder político. O que se vê no decorrer do século XIX é a promoção de casamentos arranjados entre seus filhos, entrelaçando famílias e relações de parentesco. Costume que não excluiu as filhas e filhos do próprio cônego.

A pesquisa possibilitou-nos compreender que o cônego Hermógenes se beneficiava de uma teia de relações clientelistas e de parentesco na região e na província de Minas Gerais. Por certo tais relações beneficiaram sua ascensão e provavelmente nortearam sua vida enquanto um jovem com ambições políticas. Estas relações estabelecidas no seio familiar das elites locais geravam apadrinhamentos na sociedade e impulsionavam a carreira de seus membros como funcionários do governo. De acordo com Raymundo Faoro, quando assumia um cargo público o indivíduo tornava-se “portador de autoridade”¹⁷. No caso do cônego, o amparo gerado dentre a elite local possibilitou a vitória em seguidas eleições. A clientela que estava vinculada aos grandes grupos familiares era composta por agregados, apadrinhados, pelos parentes e familiares, pelos pequenos sitiantes, escravos, etc. Todos estes indivíduos estavam ligados de alguma forma ao proprietário. Ou seja, “a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos entre a elite branca”¹⁸.

A família era preservada por seus próprios membros como uma forma de manutenção e reprodução do poder econômico e político nas suas regiões. E a família do cônego não fugia a regra geral. Manteve-se sempre vinculada ao mundo do governo através da nomeação para diferentes cargos públicos em sua respectiva região. Não obstante, os casamentos eram decididos de forma que seus membros se casavam entre si, preservando assim as posses de ambas as famílias para as gerações futuras e conservando a riqueza do grupo para os seus descendentes.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo analisou a vida familiar em Minas Gerais justamente nesse período final do século XVIII e início do XIX. O autor demonstra que as famílias lutavam por manter a ordem interna em relação à manutenção e reprodução da condição socioeconômica conquistada ao longo das gerações. Escreveu Figueiredo:

¹⁷ “Para a investidura em muitas funções públicas era condição essencial que o candidato fosse *homem fidalgo, de limpo sangue* (Ordenações Filipinas, L. I, tit. I), ou de *boa linhagem* (idem, tit. II). [...] Os *homens bons* compreendiam, num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes”. In: Raymundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. 9ª edição. São Paulo: Globo, 1991. p. 175.

¹⁸ Eni de Mesquita Samara. *A família brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13.

A insistência em estimular a realização de matrimônios entre a população de pura descendência portuguesa, possuidora de expressão social e de alguma forma beneficiada com o sistema colonial, é apenas uma face da política familiar adotada em Minas Gerais¹⁹.

Eni de Mesquita Samara constata também que a família teve uma grande importância econômica, política e social no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Diz a autora que,

[...] no Brasil desde o início da colonização as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocata. Essa situação, associada a vários fatores, como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiam vital importância²⁰.

¹⁹ Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 29.

²⁰ SAMARA, 1986, op. cit., p. 10.

1.2 O Sertão da Farinha Podre: estratégico e promissor.

Direcionamos neste momento nossa atenção para a região do antigo *Sertão da Farinha Podre*, hoje conhecida por *Triângulo Mineiro*. Durante o Império, um local bem distante da Corte e da capital da província de Minas Gerais. A análise das características desta região se faz necessária uma vez que foi o palco onde o cónego Hermógenes – dentre outros personagens importantes para a história local e regional – deu início a sua atuação religiosa e política tornando-se bastante conhecido. Desde o início de sua carreira religiosa até a última legislatura na Assembléia Geral Legislativa o cónego se manteve atuante e influente na política daquela região. Portanto, como disse Richard Graham “o primeiro passo para uma interpretação da vida política brasileira é identificar os vínculos regionais”²¹.

O viajante que na atualidade trafega pela Rodovia Anhanguera (SP-330), passando sobre a ponte do rio Grande, que demarca a divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, ou mesmo pela Rodovia Cândido Portinari (SP-334) até a ponte da divisa dos mesmos Estados, muitas vezes desconhece estar adentrando o vasto território outrora denominado Sertão da Farinha Podre. Esta região de terras férteis e abundância de água foi sistematicamente explorada por diferentes bandeiras, expedições e entradas desde fins do século XVII.

As intenções da coroa portuguesa, e posteriormente, do governo imperial brasileiro sobre esta grande faixa de terra iam desde o seu reconhecimento geográfico até a efetiva incorporação de seu território. Ou seja, fazia parte deste processo a exploração daquele território, a expulsão dos indígenas que ali viviam e a ocupação de suas terras por novos colonos. Sendo assim, os conflitos entre colonos e indígenas foram muitos, principalmente ao longo do século XVIII com a exploração em busca de metais e pedras preciosas. Procuramos traçar neste tópico um panorama geral de como este processo de reconhecimento, exploração e ocupação da região da Farinha Podre ocorreu, desde as bandeiras paulistas que primeiramente adentraram a região, até os entrantes mineiros que conseguiram sesmarias do governo e se fixaram. É neste último grupo, no contexto da fixação de novos colonos, que se insere a figura de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik.

Antônio Borges Sampaio, em artigo publicado pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*²², expõe os limites geográficos do território do Sertão da Farinha Podre.

²¹ Richard Graham. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 28.

²² Antônio Borges Sampaio. “Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 14, ano 1909. p. 265.

Com limites na Serra da Canastra desde o Ribeirão Grande, na margem direita do Rio Grande e Mata da Corda, até a margem esquerda do Rio Paranaíba, tendo-se passado por São João Baptista do Retiro e São Francisco das Chagas de Campo Grande, fica o vasto território, atualmente denominado Triângulo Mineiro, do Estado de Minas Gerais, mas que, até poucos anos era conhecido por Sertão da Farinha Podre²³.



Detalhe do Triângulo Mineiro, formado entre os rios Paranaíba ao norte e Grande ao Sul. Mesmo território do antigo Sertão da Farinha Podre. Fonte: Mapa de Minas Gerais de 1855, por H. G. F. Halfeld e F. Wagner.

As primeiras informações a respeito de expedições e entradas nesta região datam de meados do século XVI, “quando o capitão Sebastião Marinho, partindo de São Paulo em 1590, rumou às nascentes do rio Tocantins em Goiás cruzando através do sertão”. Posteriormente, “a bandeira de João Pereira de Souza Botafogo, que saiu de São Paulo em outubro de 1596 (...) teria atravessado as terras triangulinas alcançando o norte de Goiás”²⁴. Estas primeiras incursões paulistas pelo território tinham a finalidade de apresar índios para o cativeiro, mas a busca constante e a crença no eldorado estavam sempre presentes na mentalidade destes bandeirantes e sertanistas.

²³ Ibidem, ibidem.

²⁴ Winston Kleiber de Almeida Bacelar. *Os mitos do sertão e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. Uberlândia: Composer, 2003. p. 69-70.

No ano de 1682 a bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, passara à procura de ouro atravessando a região e abrindo picadas, dentre as quais aquela que levava os paulistas até o rio Grande e de lá para as regiões de Goiás e Mato Grosso. O Porto da Espinha tornou-se um dos principais locais para a travessia daquele rio, tornando-se ao longo do século XIX um dos locais de maior trânsito de toda a região. Após três anos, Bartholomeu Bueno da Silva, que fizera fama de corajoso e destemido na luta contra os emboabas, retornou a São Paulo após explorar os sertões goianos. Esta teria sido a primeira grande expedição a passar por aquela região seguindo pelo caminho da Estrada da Espinha.

Como escreveu José Ferreira Carrato,

Para essa gente, as Minas afiguram-se uma nova Canaã. Uma Canaã pouco pastoral entretanto, uma Canaã em os rios não são de leite e de mel, como nos Livros Santos, mas correm gordos de lama, sedimento do trabalho milenar das águas sobre as rochas folheadas da chamada “série de Minas”, que acabam por arrastar para o fundo o pó pesado e fulvo do precioso metal: os Páctolos dourados da lenda irão ser encontrados agora no áspero sertão brasileiro²⁵.

Estas expedições dos séculos XVII e XVIII foram as pioneiras na abertura de caminhos e no reconhecimento geográfico da região central do território colonial. Muitas destas bandeiras eram organizadas e custeadas pelos próprios paulistas. Em caráter oficial ou não, a coroa também agia como incentivadora destas incursões território adentro interessada no reconhecimento de suas terras e nas riquezas que elas pudessem gerar. Foi neste contexto que a grande faixa de terra existente entre o rio Grande e o Paranaíba foi sendo explorada desde as primeiras bandeiras paulistas até as entradas ocorridas ao longo do século XIX. Ainda não se conhecia a região por Sertão da Farinha Podre. Esta designação foi atribuída por ocasião das entradas organizadas por mineiros nas primeiras décadas do século XIX, como veremos mais adiante.

Existem alguns documentos de grande importância para o estudioso da história da ocupação destes territórios do Brasil central, especificamente sobre a região oeste de Minas Gerais, sul de Goiás, e suas ligações com a região de Mato Grosso. Entre estes documentos destacamos o *Requerimento dos moradores de São Domingos do Araxá de 1815*; o artigo de Antônio Borges Sampaio intitulado *Sertão da Farinha Podre, Atual Triângulo Mineiro*; e o *Relatório oficial* do padre Leandro Rabello Peixoto e Castro, escrito em 1827. Estes três documentos, presentes na bibliografia, possibilitam-nos conhecer os primeiros entrantes

²⁵ José Ferreira Carrato. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1963. p. 12.

daquele território, demonstram como havia grande presença indígena na área e ainda relatam as características naturais daquelas terras.

Através do *Requerimento dos moradores de Araxá*, podemos observar que data de 1733 a expedição do reverendo Francisco Leonardo Palhano no território da Farinha Podre. O reverendo estava autorizado pelo bispado de Mariana a devassar o território e nele construir uma ermida. Para estes exploradores oficiais que vinham da capitania de Minas Gerais com intuito de adentrar e reconhecer as potencialidades daquele território inóspito, o ponto de partida mais próximo e estratégico era a Vila de São Bento do Tamanduá, onde as autoridades mineiras os proveriam de mantimentos e de homens que já conheciam a região. Vindos da região de Mariana ou da Vila de São João del Rei estes homens alcançavam a Vila de São Bento do Tamanduá onde se organizavam antes de se aventurar por aquelas terras desconhecidas chamadas de sertão.

Servindo de passagem rumo ao ouro de Goiás, localizava-se o povoado do Desemboque, o qual teve primeiramente o nome de Arraial de Nossa Senhora do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Abelhas. Em seguida passou à denominação de Arraial de Nossa Senhora do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Velhas, em razão de ter sido fundada por aventureiros mineradores, na margem esquerda do rio que levava este nome, hoje rio Araguari. Estes mesmos mineradores contribuíram para tornar o lugar um importante centro de mineração de ouro e um local de ligação estratégica entre outras regiões mineradoras.

Após a construção da matriz os negros construíram seu próprio local de adoração, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. As duas igrejas permanecem no pequeno povoado do Desemboque dos dias de hoje, porém se encontram bastante danificadas. Quanto à presença da população negra naquela região e em Minas Gerais, suas características e sua composição, existem alguns estudos importantes e já reconhecidos pela historiografia nacional, como por exemplo, os trabalhos de Clotilde Andrade Paiva, *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, Roberto Borges Martins, *Minas Gerais: Tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora*, de Douglas Libby, *Transformação e trabalho numa economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, Robert Slenes, *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*, Laura de Melo e Souza, *Os desclassificados do ouro*, dentre outros.

Com o aumento populacional do povoado, provocado pela população volante em busca de riquezas, criou-se ali o julgado do Desemboque no ano de 1766. A freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque foi demarcada em 1768 e a localidade somente foi elevada à condição de vila no ano de 1850, estando subordinada à Câmara Municipal da

Vila do Araxá até esta data. Atualmente o Desemboque é um minúsculo povoado descaracterizado dos seus tempos áureos. Invertendo-se a situação daqueles tempos, hoje é apenas um distrito da cidade mineira de Sacramento.



Mapa dos julgados do Desemboque e do Araxá. Fonte: BILHARINHO, 2007, p. 36.

A exaustão das jazidas minerais do Desemboque, em fins do século XVIII, provocou uma sistemática diminuição populacional que se abate sobre o povoado. O perfil de ocupação territorial desta região então começa a mudar: de aventureiros mineradores e de uma população volante e instável, para uma ocupação definitiva caracterizada pela mão-de-obra familiar e visando o desenvolvimento do trabalho agropecuário, que naquele momento já se mostrava bastante promissor.

O Desemboque passa então a ser o centro emissor de pessoas e famílias para o vizinho Julgado do Araxá²⁶. As vilas e povoados vizinhos ao Desemboque, por sua vez, crescem em

²⁶ Em levantamentos feitos por Raimundo José da Cunha Matos temos uma comparação entre o número de fogos e habitantes do Desemboque, Araxá e Uberaba, os três principais núcleos urbanos da região da Farinha Podre nas primeiras décadas do século XIX. O autor toma como referência o ano de 1826 e compara a população dos três arraiais. *São Domingos do Araxá* tinha “1.812 fogos e 14.500 almas”. *Nossa Senhora do Desterro do Desemboque* “tinha 137 fogos e 1.100 almas”. *Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba* “tinha 375 fogos e 3.000 almas”. Ou seja, Araxá tinha de longe a maior concentração populacional entre os três arraiais no ano de 1826. Uberaba ocupa o segundo lugar em número de habitantes e o Desemboque tinha a menor população dos três. Isto confirma a decadência populacional que vinha se abatendo sobre o povoado do Desemboque desde a

termos populacionais e através da atividade agropecuária dão início à consolidação destas atividades rurais como sua principal atividade econômica. A região se mostra propícia para a criação de gado e, concomitantemente, fortalece sua “expressão política na figura dos coronéis, que encontram respaldo político cada vez maior, subordinando o núcleo urbano às diretrizes rurais”²⁷.

Na verdade não foi somente a Vila do Araxá que se beneficiou com a decadência do Desemboque. Desde o século XVIII, passando por todo o século XIX, até o início do século XX – período em que o Desemboque surgiu, se consolidou, foi elevado a condição de vila e praticamente desapareceu do mapa – muitas foram as localidades que receberam certo contingente populacional do Desemboque. Araxá recebeu esta população num primeiro momento, mas Uberaba e Sacramento também absorveram boa parte dessa população em outros períodos posteriores.

A história do Sertão da Farinha Podre permeia demarcações de limites territoriais entre as capitanias/províncias de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Os *Anais da Província de Goiás* referentes ao ano de 1863 informam que através de duas provisões do Conselho Ultramarino, datadas de 22 de junho de 1743 e de 2 de agosto de 1748, respectivamente, foram assinalados os limites entre as capitanias de Goiás e Minas Gerais. A capitania de Goiás, então, passou a ser detentora de toda aquela grande faixa de terra. No entanto, com a criação da comarca de Paracatu do Príncipe em Minas Gerais, no ano de 1815, uma ordem régia mandou desanexar da capitania de Goiás os julgados de São Domingos do Araxá e do Desemboque, ficando a capitania de Minas com a posse da vasta extensão territorial compreendida entre os rios Grande e Paranaíba²⁸.

exaustão de suas jazidas minerais. In: Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981. p. 180.

²⁷ BACELAR, 2003, op. cit., p. 105.

²⁸ Nos anais constam as seguintes informações, que transcrevemos abaixo por serem importantes para a história do Sertão da Farinha Podre. “Por provisões do conselho ultramarino de 22 de junho de 1743 e 2 de agosto de 1748 foram assinalados os limites entre Goiás e Minas Gerais. O Conde de Arcos executou-as, mandando o coronel José Velho Barreto por os respectivos marcos; mas, ou porque fossem arrancados ou porque toda a extensão da linha não tivesse sido balizada, as dúvidas subsistiram até 1780. No período de que nos ocupamos se descobriram faisqueiras nas cabeceiras dos rios das Velhas e Paranaíba, em terrenos que as duas capitanias pretendiam que estivesse nos limites das suas respectivas jurisdições. [...] As que, porém, mais preocuparam ao governador Luiz Diogo Lobo da Silva forma as relativas ao descobrimento dos terrenos auríferos das cabeceiras do rio das Velhas, no lugar em que mais tarde se fundou o arraial do Desemboque [...] para onde havia afluído muita gente. Chegando a notícia deste descobrimento ao arraial de Santa Cruz, em Goiás, o padre Félix José Soares, que tinha findado o tempo de coadjutor desta freguesia, querendo prestar serviços ao bispado a que pertencia [...] se foi reunir aos mineiros do intitulado descoberto do rio das Velhas. Ali chegando, levantou uma capela, e começou a exercer o pasto espiritual, e a conciliar os ânimos, constantemente perturbados pela ambição das riquezas. Em outubro de 1765 foi o padre Félix a Vila Boa com um mapa de todo o território explorado e descoberto, e declarou que os mineiros estavam resolvidos, por serem férteis os terrenos, a ficar ali definitivamente: e, porque o novo povoado se achava a vinte cinco léguas aquém dos marcos postos por José Velho Barreto, o governador João Manoel de Melo, em atenção aos interesses dos novos povoadores, e pelo

A partir do ano de 1807 passaram a ser organizadas expedições regulares naquela região e suas terras foram sendo mapeadas, sesmarias foram sendo concedidas e possibilitaram que novos colonos se instalassem. Estas expedições eram organizadas por moradores do Desemboque, dentre os quais merece destaque o major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. A origem do nome Sertão da Farinha Podre dá-se em virtude de uma curiosa ocorrência quando da expedição de 1807. Era costume dos entrantes, quando penetravam em lugares ainda inexplorados, marcar o caminho de volta e deixar depositado alimentos secos que suportariam a possível demora até o retorno dos homens. Neste caso, os entrantes haviam deixado alguns fardos de farinha enterrados próximos a uma árvore, nas margens de um ribeirão, quando para surpresa de todos, no regresso do trajeto encontraram a farinha de milho apodrecida.

Em razão deste acontecido o tal ribeirão ficou sendo denominado ribeirão da Farinha Podre, nome que conservou, emprestando-o também ao vasto território compreendido entre os dois rios, Grande ao sul e Paranaíba ao norte. Para marcar os locais onde estavam depositados os mantimentos os entrantes utilizavam da referência visual baseada na geografia do terreno: uma grande árvore, uma rocha mais visível, uma gruta, a base de um pico mais alto, a nascente de um riacho, etc. Referências estas que destoavam da visão monótona das campinas e possibilitavam uma orientação geográfica para os entrantes. Embora eles entrassem naqueles sertões guiados pelas margens do rio Grande até encontrar a estrada de Bartholomeu Bueno da Silva, vinda do Porto da Espinha, muitas vezes os caminhos estavam tomados pelo mato e as chances de se perder e ficar sem suas provisões alimentícias eram grandes. Sendo assim, a simples tarefa de enterrar os alimentos para não carregar peso extra adiante, sendo que seriam consumidos somente no retorno dos homens, era tão estratégica quanto necessária.

Destacamos, portanto, a importância que tiveram estas três expedições de entrantes ocorridas nos anos de 1807, 1809 e 1812 para o reconhecimento daquele sertão e para a

desejo do seu progresso e garantia, mandou para esse ponto destacado o cabo de dragões, que se achava no registro do rio das Velhas, e criou uma guardamoria para fazer a repartição das terras aos novos colonos. O ouvidor da comarca, Antônio José de Araújo e Souza, nomeou também para ali oficiais, que pudessem aprovar testamentos e arrecadar o que pertencesse aos defuntos e ausentes. O Dr. Manoel de Andrade Werneck, chantre da catedral do Rio de Janeiro, servindo de vigário da vara e da igreja do distrito de Goiás, com plenos poderes do bispo, criou em 1768 nesse arraial uma freguesia com a invocação de Nossa Senhora do Desterro, e nela proveu o padre Félix em atenção aos seus relevantes serviços. As contestações sobre o direito à posse tomada deste território por parte de Goiás cessaram, desde que por decisão régia foi declarado pertencer-lhe”. In: José M. Pereira de Alencastre. *Anais da Província de Goiás do ano de 1863*. Goiânia: Governo de Goiás, 1979, p. 163-164. Foi, portanto, o padre Félix José Soares o responsável pela construção da primeira capela no Desemboque, que se tornaria a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro. Esta informação dada por ALENCASTRE também é confirmada por Raimundo José da Cunha Matos que, sobre a igreja de N. S. do Desterro disse escreveu o seguinte: “Foi fundada por um padre Félix, o Tamanduá, no ano de 1764 e, em 9 de janeiro de 1768, elevada à paróquia curada. In: MATOS, 1981, op. cit., p. 180.

efetiva ocupação de suas terras por novos colonos. Ao longo do século XIX diversos povoados surgiram, novos caminhos foram abertos, o comércio intensificou-se e a região consolidou-se na agropecuária e na política da província de Minas Gerais.

Da primeira expedição de 1807 partiram do Desemboque Januário Luis da Silva, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves Eleno, Manoel Francisco, Manoel Bernardes Ferreira e outros, os quais se apossaram de terras e regressaram ao Desemboque noticiando sobre a presença maciça dos índios caiapós naqueles sertões. Nas proximidades do povoado denominado Cabeceiras do Lajeado se encontraram com alguns antigos moradores da área, era este o mesmo local onde por volta de 1807 José Francisco de Azeredo dera início à construção de uma capela sob a invocação de Santo Antônio e São Sebastião, que viria a ser posteriormente a Vila de Uberaba.

Foi José Francisco de Azeredo o primeiro proprietário de terras desta região onde atualmente localiza-se o município mineiro de Uberaba. No dia 25 de janeiro de 1803 instalou-se a medição da sesmaria concedida pelo Governo de Goiás a José Gonçalves Pimenta, tendo o mesmo cedido os direitos de concessionário a José Francisco de Azeredo. Denominou-se a sesmaria de Santo Antônio da Laje, onde logo prosperou uma povoação. Com o passar do tempo houve rápido aumento populacional do povoado da paragem de Santo Antônio da Laje, passando a localidade à categoria de distrito pelo Decreto de 13 de fevereiro de 1811, paróquia em 1820, no ano de 1836 tornou-se Vila e só no ano de 1856 tornou-se cidade de Uberaba.

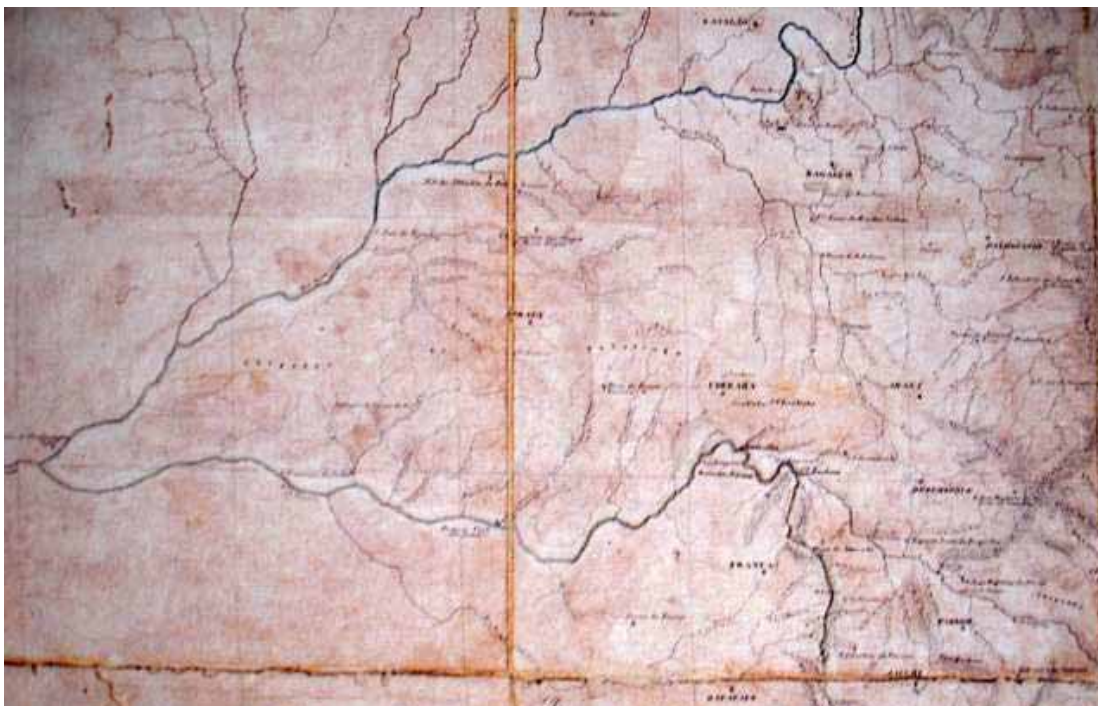
A segunda expedição, que partira do arraial do Desemboque no ano de 1809 rumando ao interior do sertão, se dera por ordem do Marques de São João da Palma, presidente da capitania de Goiás. Através da portaria de 27 de outubro de 1809, o marquês nomeou o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira – primo do cônego Hermógenes – para exercer o cargo de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre, encarregado-o de explorar as terras, expulsar os índios e acomodar os novos colonos que demonstrassem interesse em se fixar na região. Desta forma observamos como a administração colonial se fazia presente com intuito de incentivar e contribuir para a povoação daquele território.

Estes indivíduos que estavam à frente desta empreitada eram responsáveis por dar prosseguimento ao processo de assentamento de novos colonos e abrir caminho para a ocupação efetiva daquelas terras. A coroa portuguesa e estes oficiais locais vinculados a este processo em curso eram, no entanto, os grandes beneficiários deste processo de ocupação das novas terras. A coroa por ter seus domínios terrestres reconhecidos, incorporando efetivamente novos territórios ao sistema mercantil-escravista, e por ver suas terras serem

ocupadas por novas famílias de colonos. Ou seja, estas novas famílias passariam a incentivar a produção local de gêneros alimentícios e outros produtos que pudessem criar e incrementar um comércio local. Ao mesmo tempo o aumento da presença de colonos naquela região gerava conflito com os índios que eram obrigados a afastar-se cada vez mais para outros pontos do território. Quanto aos oficiais locais, se beneficiavam diretamente da demarcação das novas terras, pois a eles seria destinada boa parte destas possessões. Também se beneficiavam através dos títulos e das patentes militares concedidas pelo governo, o que valia como distinção na sociedade da época e que ao mesmo tempo demonstrava a articulação entre o governo e a região.

O jovem padre Hermógenes chegou ao povoado do Desemboque por volta de 1809²⁹. Como era um dos mais antigos povoados daquela região, o Desemboque era também a sede administrativa onde localizava-se a Igreja Matriz, porém, um fenômeno comum aos povoados auríferos se abateu sobre o arraial. Quando da chegada do cônego o povoado já experimentava uma abrupta decadência populacional gerada pela queda na produção do tão precioso metal, como vimos há pouco. Este processo, em curso a partir de fins do século XVIII, acentua-se a partir do início do XIX e gradativamente vai pondo fim ao domínio administrativo do Desemboque naquela região.

²⁹ No capítulo 2 analisamos a ordenação do cônego Hermógenes em São Paulo no início do século XIX e tratamos mais especificamente sobre o momento em que ele chegou ao Desemboque e assumiu a administração da freguesia.



O Triângulo Mineiro na *Carta da Província de Minas Gerais de 1862*, feita pelo engenheiro Henrique Gerber por ordem do conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província. Observa-se neste mapa os diversos povoados já existentes naquela região. Fonte: Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik.

O cônego sabia que o potencial daquela região estava na utilização de suas terras e estando à frente da administração daquela freguesia ele teria uma importante posição social para ascender política e economicamente. Esta possibilidade de desenvolvimento regional talvez seja um dos fatores que mais influenciaram o cônego a assumir a administração da matriz e que, conseqüentemente, possibilitou a vinda de toda sua família para a região.

Em 1812 o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira organizou oficialmente uma entrada no Sertão da Farinha Podre e é de se imaginar que os entrantes obtiveram bons resultados, pois o assentamento de colonos foi se efetivando sertão adentro. De acordo com Antônio Borges Sampaio foi desta terceira expedição que participou o então jovem padre Hermógenes, que mais tarde se tornaria vigário colado da Matriz de Nossa Senhora do Desterro.

A respeito da presença indígena naquela região devemos lembrar que o discurso da coroa, e posteriormente do governo imperial, muitas vezes não era condizente com a realidade. Com o intuito de promover a ocupação e o povoamento daquele território os termos desabitado e desocupado foram largamente utilizados pelo governo e pela própria Igreja. Ou seja, a realidade regional era outra: as terras da Farinha Podre estavam densamente povoadas por grupos indígenas, dentre eles os Caiapós e Bororós. Os enfrentamentos foram constantes

desde as bandeiras paulistas, porém, muitas vezes não se faziam presentes no discurso oficial por conta da necessidade de se ocupar a terra. A negação da existência dos indígenas, utilizada no discurso direcionado aos novos colonos, foi uma tática adotada para encorajar a fixação destas famílias na região. No entanto, como demonstra Guido Bilharinho, aconteceram muitos enfrentamentos por conta da crescente ocupação daquela região desde fins do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX³⁰.

O estabelecimento destes colonos forçava o avanço sobre terras indígenas e os índios se viam obrigados a se afastar enquanto aumentava a população. A intenção era acomodar os novos colonos e isso vinha sendo feito pelos membros da elite local, homens como o próprio cônego Hermógenes e o major Antônio Eustáquio, figuras ligadas à Igreja e aos governos de Minas Gerais e Goiás. A conseqüência deste conflito travado entre indígenas e novos colonos foi o quase desaparecimento dos índios e a consolidação das novas fazendas de colonos. Raimundo José da Cunha Matos demonstra que “os índios bororós e xacriabás existentes nas ruínas das 19 aldeias dos julgados do Araxá e Desemboque montavam, no ano de 1821, a 871 almas que se reputam civilizadas”³¹.

Estas expedições do início do século XIX foram fundamentais para o reconhecimento da região e suas riquezas naturais por parte das autoridades. Suas terras tinham riquezas que seriam exploradas e aproveitadas pelos habitantes que se fixassem e isso geraria aumento das receitas e a necessidade de se implantar um aparato político-administrativo mais eficiente na região. Além disto, as expedições relacionavam-se a determinações políticas que visavam principalmente o reconhecimento e povoamento regional, a fundação de núcleos urbanos, e conseqüentemente, o fortalecimento da elite regional. Em especial a região da Farinha Podre era estratégica para conectar o comércio de várias outras regiões do Brasil central, como as zonas mineradoras de Goiás e Mato Grosso.

Por ocasião destas expedições foi possível mapear as terras do sertão e levantar suas potencialidades. Descobriu-se que o Sertão da Farinha Podre era constituído de terras muito férteis e nutrido por uma grande variedade de rios, córregos e riachos. Uma região rica em terras para plantio, com amplas pastagens e, portanto, muito propícia à fixação de habitantes. Através do relato de um religioso que percorreu aquela região, o padre Leandro Rabello

³⁰ Guido Bilharinho. *Uberaba: dois séculos de história*. (dos antecedentes a 1929). Vol. 1. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007. Neste livro, recém publicado, o autor expõe cronologicamente alguns enfrentamentos entre colonos e indígenas na região do Triângulo Mineiro, assim como alguns acontecimentos ligados aos primeiros povoadores daquela região.

³¹ MATOS, 1981, op. cit., p. 68.

Peixoto e Castro³², vislumbra-se um território com perfeitas condições para a vivência humana, com campos excelentes para pastagens dos animais, florestas que forneciam muita madeira para construção, muita água, e principalmente, um local com bons ares e sem moléstias.

Padre Leandro era um religioso da Companhia de São Vicente de Paulo e foi o Primeiro Superior do Colégio do Caraça. Foi ele quem assumiu a administração daquela instituição encravada na Serra do Caraça em 1820, quatro anos após a morte do seu fundador, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora. Sobre o Irmão Lourenço, embora tenha passado para a história como uma figura muito intrigante e misteriosa, há muita coisa escrita. Dentre as obras publicadas sobre ele figura o livro de José Ferreira Carrato, *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*, obra de grande importância para os interessados sobre o tema.

O relato escrito pelo padre Leandro é um documento extremamente rico em relação à análise das características naturais daquele sertão. Embora tenha a intenção de propagar a região e encorajar a fixação de novas famílias de colonos, a descrição das potencialidades daquele território é notória e a observação do padre foi bastante aguçada no sentido de descrever suas características mais marcantes. Observou o padre Leandro que havia abundância de água e terras de cultura, fartura de madeira, de pastagens naturais, de frutas e peixes, e que ainda por cima já contava com algumas famílias fixadas ao longo de sua extensão. Ou seja, aqueles sertões dispunham naturalmente de tudo aquilo que os novos colonos precisavam para se fixar com sucesso na região e dar prosseguimento ao processo de ocupação em curso. Logo no início do documento o padre consolida sua visão otimista sobre o território:

Na minha viagem ao Sertão do Novo Sul da Farinha Podre, vi talvez o mais fértil terreno da América: um campo de mais de noventa léguas, povoado todo de geralistas, e das melhores famílias, que não compreende gente ociosa, ou de pouco porte, pois quase todos são fazendeiros³³.

Por trás do discurso animador do padre Leandro estavam seus interesses enquanto religioso e funcionário da coroa. No entanto, a terra sobre a qual ele escrevia era realmente

³² O relato foi escrito no ano de 1827 ao Dr. José Teixeira de Vasconcelos, então presidente da Província de Minas Gerais. O sobrenome do padre Leandro aparece em algumas referências como Rabello e em outras como Rebelo. Optamos por utilizar o sobrenome Rabello por ter sido o mesmo adotado por Antônio Borges Sampaio. O relato do foi transcrito na íntegra por Antônio Borges Sampaio em seu artigo “Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 14, ano 1909.

³³ Antônio Borges Sampaio. “Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 14, ano 1909. p. 269.

muito propícia para o desenvolvimento da agropecuária. O padre Leandro Rabello Peixoto e Castro era membro da Congregação Religiosa São Vicente de Paulo, à qual pertencia também o grande Colégio de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Campo Belo, localizado na Farinha Podre, próximo à junção dos rios Grande e Paranaíba. Desta forma, o relato continha não só as intenções de sua congregação religiosa de incentivar a fixação de famílias na região, mas também abrangia os próprios interesses econômicos da coroa de ocupar aquele território, dar prosseguimento à expulsão dos índios, e conseqüentemente, incorporar aquela área aos seus domínios.

O relato foi também uma resposta ao pedido de D. Pedro I para que a Congregação Religiosa São Vicente de Paulo fundasse outro colégio na Farinha Podre, mais especificamente na localidade conhecida por Matozinhos. O padre Leandro, então, ciente de sua posição frente à congregação e alinhado aos anseios imperiais, percorre a região da Farinha Podre, escreve o extenso relato sobre as características regionais e se coloca a disposição do príncipe regente, dando início aos trabalhos de construção do novo colégio. Segundo as palavras do próprio padre Leandro, “por mostrar os meus desejos de ser útil à religião e ao Estado”³⁴.

De acordo com Antônio Borges Sampaio, que escrevera sobre o antigo Sertão da Farinha Podre enquanto seus personagens mais antigos ainda viviam, as três expedições das quais tratamos anteriormente tiveram grande importância no desenvolvimento da região, sendo que “depois da terceira ‘bandeira’ as notícias otimistas se foram espalhando entre os geralistas e atraíram em breve muitas pessoas para formarem estabelecimentos nas posses tomadas, não obstante o medo do gentio que se lhes antolhava”³⁵.

Algumas pesquisas sustentam a teoria de que esta região foi povoada por grupos familiares vindos de diversas partes da província de Minas Gerais, como é o caso da Tese de doutoramento de Clotilde Andrade Paiva e do trabalho de Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Paiva, analisando a província de Minas Gerais demonstra que:

A absoluta supremacia do elemento branco entre os livres do Sul Central, Sudoeste e Araxá pode ser explicada pelas formas de ocupação destas regiões, que estavam vinculadas principalmente à pecuária, atividade que dependia menos da mão-de-obra escrava³⁶.

³⁴ Ibidem, ibidem.

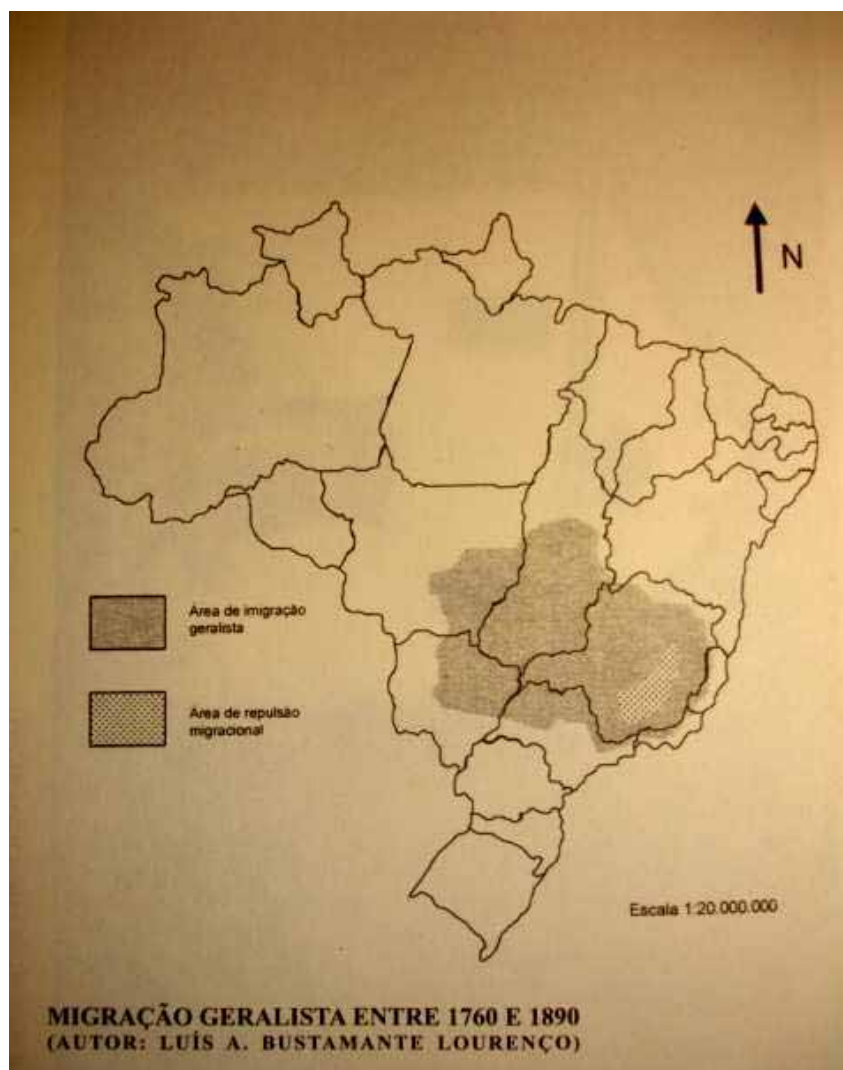
³⁵ Ibidem, p. 267.

³⁶ Clotilde Andrade Paiva. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 149.

Lourenço analisa o processo de povoamento da região e relata diversos casos de entrantes que saíam de suas regiões de origem – geralmente antigas zonas auríferas de Minas Gerais – e chegavam aos sertões do oeste onde tomavam posse de terras e buscavam conseguir a sesmaria. Em alguns casos os homens se aventuravam primeiro sozinhos pela região, onde reconheciam e demarcavam as terras, e regressavam posteriormente para buscar a família e seus pertences. Em outros, todo o grupo familiar se deslocava de uma só vez na esperança de encontrar boas terras de cultivo onde pudessem se instalar e construir uma nova vida.

Essas pessoas migravam com tudo o que tinham e que pudesse ser levado: escravos e agregados – que compunham uma importante e necessária mão-de-obra para a nova propriedade a ser constituída –, o gado, mulas, ferramentas e tudo mais o que tinham em suas propriedades que lhes pudesse servir na construção da nova morada. As seguidas incursões pelo território confirmaram que havia terra suficiente para os novos colonos, e principalmente, fizeram propagar as notícias de um território muito fértil, banhado por uma variedade de rios e com fartura de madeira para construção de benfeitorias. Por certo isto incentivou o estabelecimento de novas famílias.

O jovem padre Hermógenes chega à região justamente neste momento e rapidamente se envolve no processo em curso: o de reconhecimento do território do grande sertão e de incentivo à fixação de colonos. Sua posição social desde o início esteve a seu favor. Ele chegava como vigário da matriz do principal povoado da região, um local que embora viesse sofrendo com a decadência econômica ainda era o maior núcleo urbano daquele sertão e se encontrava no ponto de convergência de importantes caminhos que vinham de São Paulo e de outros caminhos que seguiam para Goiás e Mato Grosso. O Desemboque sofria com a gradativa diminuição populacional, mas continuava a ser sede da freguesia e responsável por todo aquele território. Ou seja, neste povoado decadente viviam os funcionários públicos mais importantes da freguesia, tais como os juízes, o vigário e seus auxiliares, e até mesmo os oficiais e demais membros da Guarda Nacional.



Mapa da migração geralista durante o período de 1760 a 1890. Fonte: LOURENÇO, 2005, op. cit., p. 103.

No ano de 1815 um importante documento foi escrito pelos moradores de São Domingos do Araxá e dirigido aos senhores Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade e Luiz Diogo Lobo da Silva. O tal documento foi mencionado logo no início deste tópico sobre o sertão. Trata-se de um requerimento feito pelos moradores de Araxá pedindo ao governo da capitania de Minas Gerais que anexasse a região – naquele momento pertencente à capitania de Goiás – ao território de Minas Gerais. O documento compreende uma breve história do Sertão da Farinha Podre e termina por pedir a transferência daquela região. Os moradores manifestavam sua vontade em fazer parte da recém criada comarca de Paracatu do Príncipe ou mesmo da comarca de Rio das Mortes, ambas em Minas Gerais, e dentre os motivos levantados pelos moradores destaca-se a melhor condição das estradas da província durante todo o período do ano.

O pedido foi acatado pelo governo mineiro que, interessado em expandir seus territórios, e conseqüentemente, aumentar a arrecadação de tributos e impostos, viu no requerimento uma forma legal e consentida de anexar os julgados do Araxá e do Desemboque aos seus domínios. Sendo assim, o alvará de 4 de abril de 1816 oficializou a transferência do Sertão da Farinha Podre para a província de Minas Gerais.

Já existiam naquela região alguns povoados que tinham pouca ou nenhuma importância regional nas duas primeiras décadas do século XIX, como São João Batista e Espírito Santo da Forquilha. Por outro lado alguns núcleos urbanos já despontavam como referências regionais política e economicamente, como Araxá e Uberaba. Já o distrito do Santíssimo Sacramento foi fundado em 1820, com ata lavrada e assinada pelo vigário Hermógenes e demais autoridades locais.

Portanto, a região da Farinha Podre sofreu um processo mais intenso de povoamento a partir de meados do século XIX. Foi a partir deste momento que a região passou a ser efetivamente inserida ao contexto político e econômico do Estado enquanto uma região produtiva e economicamente viável. A agropecuária já despontava como uma atividade rentável e a região começou a abastecer outras regiões do Império. Conseqüentemente, o grupo dominante local ganhou maior sustentação econômica e esta trouxe também a vontade de participação política dentro do governo representativo. Ou como disse José Murilo de Carvalho:

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto³⁷.

Este momento de inserção da região na economia imperial, portanto, é um dos pontos centrais para se entender o desenvolvimento e a consolidação da liderança política do cônego Hermógenes em toda aquela região e posteriormente na política provincial e central. Foi um momento fundamental para que ele reconhecesse as características físicas e populacionais daquele território que agora estava sob seu domínio enquanto vigário geral da freguesia. Além do mais este momento possibilitou ao cônego entrever as necessidades e carências daquela região e também suas potencialidades dentro do sistema mercantil-escravista em voga. As

³⁷ CARVALHO, 1996, op. cit., p. 37.

conseqüências deste momento em sua vida pública serão analisadas ao longo dos próximos capítulos.

Para fechar este tópico é interessante ressaltar que a mudança da denominação *Sertão da Farinha Podre* para *Triângulo Mineiro*, segundo o memorialista Antônio Borges Sampaio, deu-se no final do século XIX por conta das inovações trazidas pelo progresso. A partir de 1870 muitas foram as novidades que invadiam aquela região. Surgiu em Uberaba, no ano de 1874, a primeira imprensa e a partir daí os primeiros jornais passaram a ser publicados.

Outro marco importante nessa transição foi a chegada da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, que atravessou o rio Grande no ano de 1888 e conectou definitivamente o antigo sertão ao Império. No mesmo período chegou a linha telegráfica, os barcos a vapor e as companhias de navegação se instalaram, e as novas estradas de rodagem atravessaram aquele que um dia fora um sertão desconhecido. Portanto, a primeira vez que a denominação “Triângulo Mineiro” teria sido usada foi no jornal *O Jaguára* da cidade de Sacramento³⁸.

³⁸ “O *Triângulo Mineiro* vê a *Farinha Podre* transformada por continuado progresso. Não é mais Sertão. A Estrada de Ferro Mogyana, a cargo de uma empresa laboriosa, o atravessa desde Jaguára até Araguay, antigo Brejo Alegre, com um percurso de 266 kilometros, 14 estações e brevemente ela transporá o rio Paranaíba para Catalão. Diversas de rodagem e muitas pontes dão trânsito ativo entre seus diversos povoados, bem como para importação e exportação, comutando suas cousas com os Municípios e Estados vizinhos. A linha telegráfica da União o atravessa desde a margem direita do rio Grande, à margem esquerda do Paranaíba, em distância de cerca de 400 kilometros, pondo em relação imediata com Goiás e Cuiabá no centro, e com todo o mundo civilizado pelo litoral, além do serviço que presta ao público o telégrafo da Companhia Mogyana”. In: “Caraça: apontamentos históricos e notas biográficas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 10. Número 3/4. Ano 1905. p. 824-827.

1.3 A elite familiar local.

Para compreender a ascensão do cônego até a Câmara dos Deputados e revelar sua participação no jogo político imperial é preciso analisar o contexto vivido por sua família. Sua ascensão política rumo ao Rio de Janeiro é fruto de uma bem sucedida atuação política local e de uma bem estabelecida teia de vínculos que incluía importantes laços familiares e uma ampla relação de parentesco com outras famílias influentes na política imperial. Tais circunstâncias proporcionariam a ele, primeiramente, uma afirmação dentro do aparato administrativo colonial, e posteriormente, uma afirmação dentro do Estado imperial através da longa atuação no legislativo em conformidade com os anseios centralizadores dos conservadores.

A importância da origem familiar e do fato de o cônego ser possuidor de fortuna constituída por grandes extensões de terras e escravos e de ser um homem ilustrado apto a ocupar cargos públicos dentro do nascente Estado, são características fundamentais para a consolidação de sua liderança política. Ou seja, “as famílias representavam importante fonte de capital político” e por certo souberam utilizar este capital em benefício de seus interesses locais e em benefício de sua participação no governo³⁹.

Com a sistemática exploração da região da Farinha Podre, como visto anteriormente, havia a necessidade de se reconhecer as potencialidades deste território e dar início a um processo de fixação de novos colonos para ocupar a área. Este processo incluía a concessão de sesmarias aos novos colonos, a demarcação dos limites geográficos da região, a nomeação de indivíduos com plenos poderes sobre o território, e principalmente, o fortalecimento oficial de um grupo de pessoas que já habitavam aquela área. Estas pessoas estariam ligadas ao processo de ocupação destas terras e manteriam relações com a Igreja e com membros da administração colonial. O cônego era um destes indivíduos e esta fase de sua vida marcaria para sempre sua carreira política.

Luciano Figueiredo analisa que a questão familiar em Minas Gerais no século XVIII e XIX era uma preocupação constante por parte das autoridades, tanto por parte do Estado como da Igreja. A preocupação principal estava ligada diretamente ao controle metropolitano sobre a população disseminada pelo território, longe dos centros urbanos. Os grupos familiares deveriam ser aproveitados pelo governo no processo de ocupação de novas terras e de constituição de boas famílias ao longo do vasto território. “Com o mesmo sentido

³⁹ GRAHAM, 1997, op. cit., p. 35.

legislava-se a fim de preservar a pureza racial como critério para o acesso a cargos de importância política e social na comunidade. O caminho era claro: a expressão do poder metropolitano no governo local deveria estar representada por homens brancos⁴⁰.

Esta etapa da vida do cônego estaria marcada pela consonância com este momento e esta política metropolitana de exploração e ocupação dos territórios desconhecidos da colônia. Isso não se dá apenas pelo fato de que cabia a homens como o cônego desbravar o sertão, expulsar os indígenas, incentivar a fixação de famílias e criar novos povoados. Mas também pelo fato de que estes homens estavam alinhados à administração colonial e a Igreja e buscavam através deste alinhamento “prestígio pela obtenção de sinais de fidalguia, formação de clientelas e negação do trabalho braçal”. Isso significava “apossar de imensas terras devolutas e adquirir grandes escravarias, como também estabelecer vínculos de dependência e autoridade sobre uma coletividade de colonos livres”⁴¹.

Após a instalação definitiva do cônego no arraial sua família toda também viria a se estabelecer naquela localidade, onde adquiriram terras e se tornaram influentes proprietários. Alguns membros da família Silva e Oliveira já se encontravam instalados no Desemboque. Lourenço relata que a partir de 1788 chega ao Desemboque José Manoel Silva e Oliveira, então nomeado Juiz do julgado. Algum tempo depois chegaria seu irmão Joaquim e no ano de 1807 chega o outro irmão, Antônio Eustáquio, que fora nomeado Regente dos Sertões da Farinha Podre. Ele foi o organizador das três expedições ocorridas no início deste século, inclusive a de 1812 da qual participara o cônego Hermógenes.

Ao longo do século XIX os descendentes do cônego tornaram-se proprietários de terras, donos de companhias de comércio, alguns receberam títulos de nobreza, e ingressaram na política da região. Através das relações de parentesco e compadrio estas pessoas consolidaram-se como membros da elite política e econômica daquela região. É a partir deste momento que se deu a consolidação desta elite local. Seus membros ganharam projeção na província e conquistaram participação política e representatividade. De acordo com Lourenço,

A ocupação da fronteira pelos geralistas se fazia estruturada em parentelas. Os laços de parentesco eram importantes em todas as fases do processo, desde a organização das expedições sertanistas até o assentamento das fazendas e arraiais. Normalmente, após um pioneiro tomar posse das novas terras, voltava ao núcleo de origem para trazer sua família para iniciar a estruturação do sítio ou fazenda⁴².

⁴⁰ FIGUEIREDO, 1997, op. cit., p. 28.

⁴¹ LOURENÇO, 2005, op. cit., p. 323.

⁴² *Ibidem*, p. 123.

O que o autor demonstrou na citação é o que aconteceu no caso da família do cônego. A existência destas relações familiares ou de parentesco era praticamente uma necessidade para que os indivíduos se afirmassem enquanto membros das elites e para obter apoio e votos dentre a população local, o que lhes proporcionava espaço para suas manobras políticas. Geralmente o grupo familiar partilhava de objetivos comuns e promovia sua defesa dentro e fora de casa, o que possibilitava a seus membros disputar cargos públicos, ingressar nas câmaras municipais e interferir nas nomeações para diversas funções importantes no âmbito político tanto na localidade como na província ao mesmo tempo em que proporcionava a consolidação de um patrimônio constituído principalmente por terra e escravos, colocando-os na importante posição de eleitores em suas respectivas regiões. Ou seja,

[...] os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, e portanto de influência e até mesmo de autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo⁴³.

Os cargos que exigiam nomeação por parte do governo, como por exemplo, presidente de província e ministro do império, eram ainda de mais difícil acesso para as elites locais. Geralmente os indivíduos que chegavam a ocupar estes postos estavam intimamente ligados aos interesses do governo central ou mesmo do partido que dominava a Câmara. Por vezes também, estavam ligados aos grandes centros urbanos como as capitais provinciais e capital do Império onde a proximidade com figuras políticas importantes os beneficiava. Além do mais, contava muito para esse tipo de nomeação o prestígio e o passado familiar do indivíduo. Ter certa influência dentre esses membros do alto escalão do governo imperial, ou mesmo ter reconhecimento por parte do Imperador, contribuía muito para a nomeação e indicação a determinado cargo.

O caso do grupo familiar do cônego ainda tem como particularidade o fato de que chegaram a uma região onde outros grupos ainda não exerciam tanto domínio. Tal fato possibilitou um maior espaço de articulação entre a sua família, as famílias que já viviam naquela região, a população e autoridades locais e provinciais. O governo necessitava de

⁴³ GRAHAM, 1997, op. cit., p. 37.

funcionários públicos com certas qualificações para ocupar cargos nas freguesias. Assim, o cônego e membros da família Silva e Oliveira foram inseridos na administração municipal. Estas pessoas deveriam manter uma boa relação com o governo da província, assim como trabalhar em consonância com as leis imperiais estabelecidas pelo governo central. Somente assim seria possível conquistar maior participação política.

A consolidação econômica e política desta elite familiar naquele sertão do oeste mineiro é um exemplo de como estes grupos de empreendedores, espalhados pela província, se alinhavam aos interesses econômicos dos governos provincial e imperial e dele se beneficiavam. A origem da família e sua rede de relacionamentos dentro e fora da província ditavam as regras do jogo que seria travado nas localidades. A propriedade da terra era fundamental para a consolidação da elite local e este grupo familiar da Farinha Podre tinha a posse de grandes extensões de terra naquela região. Desta forma, “as influências territoriais, famílias e coligações de fazendeiros, expressam sua vontade por meio de caudilhos, senhores das assembléias e dos municípios”⁴⁴.

Estes homens passaram a participar das atividades das câmaras municipais de suas vilas e conquistaram espaço na Assembléia Legislativa Provincial e nas demais instâncias imperiais, como foi o caso do cônego. Em seu *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais (1808-1888)*, Antônio Luiz Porto e Albuquerque⁴⁵ toma como exemplo o estudo de caso sobre a família de Marcelino José Ferreira Armond (1785-1850). O autor demonstra como a ascensão política destes grupos mineiros teve um forte caráter familiar e como a posse da terra era uma condição essencial para a carreira política destes grupos locais.

As elites locais souberam muito bem utilizar a posse da terra em benefício da ascensão política. Exercendo sua autoridade sobre a população de suas respectivas regiões estes grupos praticamente comandavam o processo eleitoral: votavam naqueles seus aliados, e conseqüentemente, eram votados. Esta elite local acumulou fortuna, aumentou sua escravaria, soube investir na produção de bens de consumo e fazer transações comerciais grandes com outros capitalistas do Império e até mesmo com o próprio governo. Ao mesmo tempo seus membros alcançavam postos de comando na Guarda Nacional, conquistavam títulos de nobreza pelos serviços prestados em suas regiões e elegiam seus representantes para o governo provincial e geral, participando ativamente do governo representativo e da consolidação do Estado imperial. A partir daí passavam a concorrer por cargos imperiais, o

⁴⁴ FAORO, 1991, op. cit., p. 317.

⁴⁵ Antônio Luiz Porto e Albuquerque. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

que muitas vezes gerava uma nomeação a presidente de província, uma possível eleição para deputado, ou mesmo uma indicação para concorrer ao cargo de senador.

A busca por estabelecer certa distinção social dentre a população do Império também marcou de forma profunda esse segmento. As famílias buscavam manter relações econômicas, políticas e comerciais com a Corte, pois este contato permitia que eles conseguissem uma nomeação para receber títulos por parte do governo, mesmo que para isso tivessem que arcar com as despesas. O cônego Hermógenes foi agraciado com alguns títulos concedidos pelo Imperador, como os da Ordem de Cristo no ano 1830, da Ordem da Rosa em 1850 e agraciado com as honras de Cônego da Santa Igreja Catedral e Capelão Imperial no ano de 1855. Estes títulos eram concedidos pelo Imperador àqueles indivíduos que prestavam relevantes serviços à nação, a uma região específica, ou mesmo para aqueles que apoiavam a monarquia constitucional. As despesas com as cartas, decretos e com a expedição dos títulos deveriam ser pagas pelos próprios indivíduos agraciados. Nas cartas e decretos⁴⁶ recebidos pelo cônego durante o processo de oficialização dos títulos consta o valor a ser pago aos cofres imperiais e a forma de pagamento efetuada por ele. As despesas, somando 50 mil réis, foram pagas com jóias e através da realização de missas.

Ilmar Rolhoff de Mattos é quem faz o prefácio do trabalho de Antônio Luiz Porto e Albuquerque. Ele sintetiza de forma muito bem elaborada a importância dos estudos de caso e de trabalhos documentais para a composição de um panorama mais amplo sobre o jogo político travado durante o Império. No fundo, o autor sugere que as análises individuais sobre as diversas atuações políticas de diferentes indivíduos, ou mesmo da participação das elites locais e regionais na política do Império, trazem à tona um panorama nacional. Sobre o estudo biográfico com ênfase na participação política destes homens públicos nas bases do Estado imperial em construção, Ilmar sugere o seguinte:

Aquelas vidas se apresentam como exemplares porque, mesmo tomadas em suas individualidades, possibilitam reconstituir a trajetória de um segmento social que, em meio às expectativas e incertezas, sonhos e realizações que assinalavam o rompimento com a dominação colonial lusitana e anunciavam um tempo diferente, acabaria por encontrar no Estado imperial, que aquele próprio segmento forjava ao mesmo tempo que adquiria consciência de sua historicidade, o elemento necessário à continuidade de uma Ordem que, em não raras oportunidades, parecia querer lhe escapar⁴⁷.

⁴⁶ Consultar tais documentos em NABUT, op. cit., 1986.

⁴⁷ ALBUQUERQUE, 1988, op. cit., p. 11.

Uma das contribuições mais amplas e importantes desta aristocracia rural foi exatamente a de transformar em causa nacional as necessidades de um Império que muitas vezes era desconhecido pelos dirigentes imperiais. Ou seja, muitas vezes o governo imperial desconhecia as carências e necessidades das suas regiões e isto era mostrado pelas autoridades locais através de requerimentos, pedidos e projetos que eram apresentados ao legislativo. Embora a busca por participação política destes grupos dominantes locais estivesse muitas vezes ligada ao fortalecimento político e econômico pessoal e local isto não era regra. Em muitos casos esta participação política ganhava caráter nacional.

Como demonstrou Ilmar de Mattos, a nação já havia rompido com a dominação lusitana e o cenário imperial se abria às elites das mais distantes regiões do Império. Sendo assim, estes grupos não tardaram em estabelecer relações diversas e conchavos para que seus membros conseguissem participar de forma efetiva do governo representativo. Este fenômeno – o da consolidação do grupo familiar do cônego em elite local, no sentido de um grupo que passa a dominar a vida política da região através da atuação em diferentes cargos públicos, do poder econômico representado pela posse da terra, de escravos, e do poder político representado pelas conseqüentes vitórias nas diversas eleições realizadas na região – é o principal ponto de partida desta análise sobre sua participação na política do Império.

Lourenço, trabalhando com inventários *post mortem*, analisa que as propriedades rurais daquela região eram caracterizadas por matas de cultura e campos de criar. A estrutura geográfica da região era perfeita para a criação de animais e para a cultura de alimentos. A pecuária teve papel fundamental na economia do Triângulo Mineiro oitocentista. Bois, cavalos, mulas, porcos, carneiro, animais necessários tanto para o trabalho cotidiano no meio rural, como para o transporte e para a alimentação das famílias eram criados nas propriedades daquela região. A agricultura de subsistência e também a produção de gêneros alimentícios voltada para o comércio regional era outra fonte de renda para os moradores. Produzia-se a cachaça e a rapadura, queijo, fumo, algodão e outros produtos vendidos no comércio regional, como doces e utensílios domésticos, vestimentas produzidas a partir do couro, etc.

No caso da pecuária, os rebanhos saídos desta região eram levados através de Formiga e São João del Rei para abastecer os mercados da Corte. Saint-Hilaire, em sua viagem pela região no ano de 1819, descreve a rusticidade das fazendas de criação de gado, o que contrastava com as imensas extensões de terras dos proprietários locais. Embora a rusticidade das fazendas fosse grande, esta região foi responsável por abastecer de carne verde algumas regiões importantes como o Vale do Paraíba e a Corte e isso possibilitou que, ao longo do século XIX, a região se consolidasse como referência na agropecuária do Império.

Esse era o panorama que se vivia naquela região durante a primeira metade do século XIX. Uma economia baseada no trabalho de grupos familiares que geralmente contavam com muitos agregados e poucos escravos. Este modelo de propriedade rural era também o que se via na fazenda Nova Suécia de propriedade do cônego Hermógenes, muito embora a diferença deste em relação aos demais proprietários da região se dava por conta do número de animais e pela extensão da propriedade.

No testamento do cônego estão relacionados todos os seus bens, dentre os quais a grande fazenda Nova Suécia, uma grande quantidade de animais (vacas de cria, bois, cavalos e mulas), seus escravos e uma variedade de instrumentos destinados ao trabalho na lavoura. A análise deste documento é uma amostra da diferença existente entre os pequenos roceiros e os grandes proprietários que viviam na mesma região. Não por acaso este grupo de grandes posses – que estava ligado por parentesco, dentre os quais a família do cônego – se transformou, ao longo destas primeiras décadas do século XIX, em um grupo política e economicamente dominante.

Os filhos das elites locais, que residiam muitas vezes distante da Corte e das capitais provinciais, geralmente eram enviados para estudar nos seminários e nos liceus das localidades urbanas mais próximas. No caso dos mais abastados, seus filhos tinham aulas particulares na própria residência com professor contratado. Na província de Minas Gerais, dentre os mais concorridos centros de formação estavam o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, e o Colégio do Caraça, localizado nas proximidades da Vila de Santa Bárbara. No entanto, para estes jovens filhos das elites locais a carreira política começava, na maioria das vezes, nas câmaras municipais de suas respectivas vilas.

A partir daí a carreira destes jovens dependia de uma outra gama de relações que não estas estabelecidas no âmbito local: dependia agora mais ainda das relações estabelecidas no seio familiar – entendida como o núcleo familiar, os agregados e a parentela, os escravos e outros membros mais distantes –, da condição socioeconômica, origem da família e de relações de compadrio estabelecidas dentro e fora da província.

No âmbito local as eleições favoreciam estes jovens, uma vez que como membros das elites locais estavam ligados aos funcionários públicos da localidade, ao pároco, aos oficiais da Guarda Nacional, aos proprietários de terra e aos eleitores. Em outras palavras eles faziam parte do aparato estatal designado para administrar suas respectivas vilas. Quando isso não era suficiente para eleger um de seus membros ao cargo desejado, estas pessoas ainda contavam com a possibilidade bastante usual, diga-se de passagem, de corromper partes do processo ou mesmo todo o processo eleitoral em seu benefício. Como demonstra Raymundo Faoro, “a

mesa eleitoral e paroquial foi o fundamento de toda a vida partidária, o eixo maior da máquina de compressão. [...] esse núcleo determinará o reduto das manipulações, da fraude e da violência eleitoreiras”⁴⁸.

Para alcançar os cargos que dependiam da nomeação do governo central ou provincial estes membros das elites locais deveriam estar em conformidade com os interesses do centro e com o partido que tinha maioria na Câmara dos Deputados naquele momento. A família do cônego torna-se, ao longo do século XIX, parte ativa da elite política local que se fortaleceu naquela região, abrindo caminho para a entrada do universo político imperial. Ligados primeiramente ao governo da capitania de Goiás, este grupo passou a contar com o aumento populacional e com o fortalecimento de núcleos urbanos importantes na região para ascender política e economicamente.

Os arraiais do Santíssimo Sacramento, do Uberaba e do Araxá, onde uma elite local passou a dominar através das câmaras municipais, começavam a despontar como centros urbanos estratégicos e economicamente ativos, o que ocorre a partir de 1830. A elevação dos mesmos à condição de vila, a partir desta década, possibilitou uma maior articulação entre este grupo familiar composto pelos Silva e Oliveira e os Ferreira de Araújo do cônego Hermógenes.

Os dois principais expoentes deste grupo familiar naquele momento eram, portanto, o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira e o cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik. Antônio Eustáquio era curador geral dos índios, juiz de sesmarias, comandante e regente dos Sertões da farinha Podre e um dos maiores concessionários de terras da região. Um homem “sintonizado com as ambições de seu grupo social e com os mecanismos de funcionamento de sua sociedade, soube como ninguém perceber as chances que as conjunturas lhe ofereceram, e usá-las em proveito próprio e de seu grupo”⁴⁹. O cônego, por outro lado, era o vigário geral da freguesia, a maior autoridade eclesiástica de toda a região da Farinha Podre.

Conforme relata-nos Lourenço, “o que a parentela dos irmãos Silva e Oliveira e do padre Hermógenes buscava era recriar um mundo no qual pudessem distinguir-se”. Sendo assim, criaram uma estratégia muito bem sucedida onde, “liderando um grupo de pioneiros generalistas, transformaram-se numa das mais poderosas oligarquias rurais do Brasil central”⁵⁰. Esta liderança familiar possibilitou não apenas a consolidação de uma elite política que

⁴⁸ FAORO, 1991, op. cit., p. 367.

⁴⁹ LOURENÇO, 2005, op. cit., p. 322.

⁵⁰ Ibidem, p. 324.

participou ativamente da construção do Estado imperial numa região distantes do centro, ela possibilitou também a inserção de uma região muito produtiva na vida econômica do Império.

Desde a expulsão dos índios até a abertura de caminhos e estradas que conectassem o despovoado Brasil central ao restante do Império, passando pela intensificação do comércio interprovincial e do estabelecimento de rotas fluviais nos rios daquela região, este grupo teve importante atuação. O Triângulo Mineiro tornou-se uma importante região de agropecuária ainda durante o Império e suas cidades tornaram-se promissores centros urbanos.

Consideramos este primeiro momento da vida de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik, enquanto membro deste grupo dominante local, um dos principais momentos de sua carreira. Uma fase em que sua vida foi sendo costurada à atuação dos demais membros da nascente elite local no sentido estrito de constituir um grupo dirigente local forte e coeso que atuava de acordo com os governos provincial e imperial. Este grupo levou a cabo um projeto pessoal e familiar de conectar esta região ao comércio imperial e se beneficiar de suas conseqüências, abrindo caminho para que o governo usufrísse das potencialidades de suas terras. Assim, “ocorreu a progressiva convergência entre a expansão de interesses particulares e a institucionalização de uma ordem estatal [...] revelando como os destinos individuais acabavam por se confundir com os destinos do Império”⁵¹.

A família teve neste sentido um papel fundamental. “As condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata”. Esta situação, associada a fatores “como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade de tipo paternalista”⁵².

O panorama político local do Império começa a mudar a partir de meados do século XIX. Analisando a relação entre poderes locais e autoridade central durante o século XIX, Fernando Uricoechea observa como se deu o acomodamento das elites locais na burocracia imperial e explica que foi

[...] um processo complexo, composto de antagonismos relativos, identidades relativas, e autonomias relativas entre os dois atores. O estado gozava de uma relativa autonomia que lhe permitia eventualmente antagonizar grupos privados e vice-versa. Simultaneamente, compartilhava-se de algum grau de identidade com grupos privados que tornaram possível a esse poder antagonizar outras facções, e assim sucessivamente. Nem um monismo administrativo, nem um monismo agrário podem capturar dialeticamente todos esses aspectos do processo histórico. Era da essência do processo certo dualismo que se manifestava, por um lado, num governo relativamente

⁵¹ ALBUQUERQUE, 1988, op. cit., p. 11.

⁵² SAMARA, 1986, op. cit., p. 10.

centralizado e, por outro, numa oligarquia agrária relativamente poderosa. [...] Cada um deles era fraco sem o outro⁵³.

Ou seja, a participação das elites locais na burocracia estatal, e conseqüentemente, sua participação na construção e consolidação do Estado foi realmente importante para ambos os grupos: governo e elites locais. “O Estado, como a família, enfatizava a obediência e a deferência em troca da proteção complacente”⁵⁴. Neste sentido, faz parte da proposta deste trabalho relativizar a participação destes grupos locais na condução política do Império, assim como propõem Uricoechea e Dolhnikoff. No entanto, nosso foco analítico é a atuação política do cônego Hermógenes enquanto membro da elite local que se consolidou naquela região das Minas Gerais.

O panorama político, portanto, mudou a partir de meados do século XIX. “A terceira década, de fato, presenciou o experimento mais radical em governo descentralizado, logo após a centralização inicial criada pelo pacto constitucional de 1824”⁵⁵. Como veremos nos capítulos seguintes, o cônego consolida uma sólida liderança política e religiosa naquela região e passa a estabelecer relações fortes com o governo provincial. Sua ascensão política passa do âmbito local para uma atuação política provincial. A partir deste momento as manobras políticas desta elite local aparecem articuladas no sentido de concretizar as mudanças constitucionais outorgadas pela Carta de 1824 e consolidar o Estado imperial naquela distante região. Assim, o cônego tornou-se um interlocutor entre os interesses desta elite agrária local, do governo provincial mineiro e do governo imperial.

⁵³Fernando Uricoechea. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1986. p. 108-109.

⁵⁴ GRAHAM, 1997, op. cit., p. 64.

⁵⁵ URICOECHEA, 1986, op. cit., p. 110.

2 DA FORMAÇÃO PAULISTA À VELHA MATRIZ MINEIRA.

2.1 A Igreja Católica no Brasil.

A atuação religiosa do cônego Hermógenes foi fundamental para a consolidação de sua carreira política. Beneficiado durante toda sua vida por suas origens familiares, como vimos, esta ascendência foi também importante na hora de ingressar nas bases da Igreja paulista e dar início a sua carreira religiosa. Embora saibamos da existência do padroado durante o período colonial e imperial, que foi um direito conquistado pela coroa portuguesa junto a Roma, é necessário uma explicação maior para que possamos entender como ocorria, seu funcionamento e quais as conseqüências para o Estado que se construía durante o século XIX.

Foi através da Bula *Super Specula*⁵⁶ que a Igreja Romana, através da metrópole portuguesa, elevou a cidade do Salvador à condição de bispado, o primeiro do Brasil. O bispado baiano tornou-se também a primeira diocese do Brasil. Este documento fundador da Igreja do Brasil foi assinado em 1551 e por mais de cento e vinte anos foi o orientador do clero no tocante aos direitos, deveres e na organização da Igreja na Colônia. Somente no início do século XVIII, mas precisamente no ano de 1707, um outro documento de tal importância foi elaborado e publicado para orientar a Igreja em sua atuação colonial. Elaborada por Dom Sebastião Monteiro da Vide a obra *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* concentrava todas as informações, normas, regras e orientações relativas à disciplina eclesiástica no Brasil. Documento de fundamental importância para os estudiosos da Igreja Católica brasileira, elaborado sob o regime do padroado, comporta os interesses tanto da Igreja como do governo português sobre a vastidão do território colonial e seus habitantes. Ao longo dos séculos XVIII e XIX outros bispados e dioceses foram sendo criados no território brasileiro e as *Constituições Primeiras* continuaram a orientar o clero em suas diversas regiões.

O padroado tem raízes muito antigas, ligadas ao tempo da criação da Ordem de Cristo em 1319, tendo como finalidade propagar a fé católica. Durante a dinastia de Aviz a coroa portuguesa concedeu a esta ordem todas as terras que fossem descobertas. No entanto, o grão-

⁵⁶ Segundo informações do Monsenhor Dr. Eugênio de Andrade Veiga, em seu *Os párocos no Brasil no período colonial*, existe divergência sobre a data da assinatura da bula, e conseqüentemente, sobre criação da primeira diocese do Brasil. As datas variam de fevereiro de 1550 a março de 1555.

mestre da ordem era o infante D. Henrique, filho de D. João I, ao mesmo tempo um membro da dinastia real e membro da ordem religiosa, deixando claras as intenções mútuas de ambos os lados: o poder religioso e o poder real. Os interesses de ambos se atrelavam na consolidação do padroado: por um lado os interesses mercantilistas da coroa pelo mundo afora – lembrando que estamos ainda no tempo das grandes navegações e explorações oceânicas – e por outro o grande interesse da Igreja em disseminar a fé católica pelo mundo a partir das terras conquistadas pela coroa. O clero ficava responsável pela cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, fonte importante de receita nos tempos coloniais, e pela manutenção dos locais de culto em suas dioceses⁵⁷. Esta estratégia em comum concretizou a articulação entre Estado e Igreja sob o pretexto do padroado.

Com intuito de expandir seus domínios sobre os novos territórios e novas populações, o padroado marcou a história da Igreja no Brasil até a proclamação da República, muito embora mudanças tenham sido exigidas oficialmente por parlamentares durante o Império.

Caio César Boschi sugere que o controle estatal português sobre o clero começou com a constituição do próprio país. Ou seja, “logo nos seus primórdios, o Estado português, sob a égide da proteção da Igreja, tomou as primeiras medidas que viriam caracterizar a sua permanente intervenção nos negócios espirituais.” A necessidade de ambas as instituições foram traduzidas em uma “íntima colaboração, pois que, para o Estado Moderno, a unidade política exigia unidade religiosa”⁵⁸.

Graça Salgado esclarece que:

O Estado português, em termos políticos, jurídicos e administrativos, foi se moldando em um processo sinuoso, de acordo com as influências exercidas pelos diferentes setores da sociedade lusa. O regime absolutista respondeu aos interesses desses grupos de maneira diferenciada. Para os setores mercantis, a importância do Estado centralizado era fundamental na coordenação e no investimento da empresa ultramarina. De outro lado, a aristocracia civil e eclesiástica dependia, para sua manutenção, das rendas provenientes das atividades comerciais. O Estado absolutista, portanto, ao conceder privilégios e mercês a tais grupos, garantia-lhes sua existência e poder⁵⁹.

Voltando um pouco mais no tempo, observamos que em 1676, o papa Inocêncio XI elevou à condição de arcebispado o bispado da Bahia e criou as dioceses do Rio de Janeiro e

⁵⁷ Graça Salgado. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. p. 114.

⁵⁸ Caio César Boschi. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 42.

⁵⁹ SALGADO, 1985, op. cit., p. 46.

Pernambuco, e no ano de 1745, o papa Bento XIV dividiu o bispado do Rio de Janeiro em cinco partes, criando os bispados de Mariana, São Paulo e as prelações de Goiás e Cuiabá⁶⁰. No caso específico de Minas Gerais muitas de suas freguesias pertenciam a outros bispados que não o de Mariana, como o de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Goiás, situação que perdurou até meados do século XIX. Por exemplo: a freguesia do Desemboque, onde o cônego exerceu sua autoridade religiosa até o final de sua vida, pertencia ao bispado de Goiás.

Jorge Caldeira, em seu estudo sobre a vida do padre-regente Diogo Antônio Feijó, observou que o governo português tinha grande poder sobre a organização da Igreja e que isso era uma característica que diferenciava este governo dos demais países católicos europeus. Ou seja, por conta do direito do padroado que Portugal recebeu de Roma este governo dispunha de autoridade para organizar a administração religiosa de suas possessões, sendo assim “todos os cargos e provimentos eclesiásticos eram criados e tinham seus ocupantes indicados pelo rei, não pelo papa”⁶¹. Esta situação da interferência real nas questões religiosas perdurou após a independência do Brasil e se arrastou durante o período imperial.

A função do clero dentro do contexto do padroado ia além da organização e manutenção dos sacramentos da religião católica. Eram eles os responsáveis pelos registros paroquiais das mais diversas regiões – da Colônia como do Império –, registros estes que eram tanto civis como eclesiásticos, serviam como forma de levantamento populacional para que ambos (Igreja e governo) pudessem reconhecer a população a eles subordinada. Os rendimentos do clero vinham da Igreja, através das taxas cobradas pela realização dos sacramentos, e também do tesouro, responsável tanto pelo recolhimento do dízimo como pelo pagamento dos padres.

José Murilo de Carvalho observa que a situação do clero em relação ao Estado era ambígua.

Se por efeito da união Igreja-Estado o padre era um funcionário público, pago pelos cofres do governo geral, não deixava também de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história se tinha empenhado em longas batalhas contra o mesmo Estado pelo controle do poder político. No caso de Portugal, a vitória do Estado se consolidara com a expulsão dos jesuítas em 1759 e com o triunfo do regalismo, já antes reconhecido por Roma quando aceitou o Padroado. Mas a Igreja conservava sua identidade e o sistema de dupla lealdade era fonte potencial e permanente de conflitos⁶².

⁶⁰ MENEZES, 1930, op. cit., p. 13.

⁶¹ Jorge Caldeira (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 23.

⁶² CARVALHO, 1996, op. cit., p. 165.

De acordo com Caldeira, “um padre na estrutura portuguesa era bem mais um funcionário público graduado que um pastor de almas”⁶³. Fato este que servia de inspiração aos jovens que buscavam uma forma de ingressar na política ou mesmo de dar continuidade ao estilo de vida de seus antecessores. Isso tudo pode indicar que a opção pelo sacerdócio era na maioria das vezes não uma opção pela fé, mas sim uma opção por uma via de acesso ao governo e às regalias geradas em seu meio. Uma opção pela distinção em uma sociedade marcada pela escravidão e pela necessidade de comprovar as boas origens de seus antecedentes.

A expulsão dos jesuítas ocorrida em 1759 causou uma profunda crise na formação do clero, e conseqüentemente, na educação do Brasil. Eram os jesuítas que dirigiam as aulas nos seminários episcopais e após a sua expulsão estes seminários ou foram fechados temporariamente ou mesmo não voltaram a funcionar. Portanto, a formação do clero em fins do século XVIII ficou bastante comprometida.

Foi a partir do ano de 1800 que a questão do padroado passou a ser contestada pela coroa portuguesa. O alvará de 14 de fevereiro de 1800 demonstrava certa intromissão régia nas competências eclesiásticas. Através deste alvará a coroa passou a interferir diretamente na nomeação dos candidatos aos cargos religiosos em território brasileiro. Ou seja, o funcionamento era basicamente o seguinte: os indivíduos já ordenados que tivessem interesse em concorrer publicamente a certo cargo na hierarquia eclesiástica passavam por todo um processo regido pelo Concílio Tridentino. Segundo relatou monsenhor Dr. Eugênio de Andrade Veiga em sua Tese doutoral, depois do exame “recebiam tais vigários a apresentação vinda de Sua Majestade e, desse modo, eram instituídos pelos próprios Bispos, para reger a paróquia em caráter definitivo e perpétuo”⁶⁴.

O que aconteceu após o alvará de 14 de fevereiro de 1800 foi que a coroa passou a exigir a ampliação dos concursos públicos a mais indivíduos, aumentando o número de candidatos e decretava que os exames deveriam ser mais rigorosos do que aqueles aplicados pelos bispos até então. Deste modo, a coroa desarticulava e distanciava a realização dos concursos por parte dos bispos, passando ela mesma a estabelecer a indicação dos párocos. Segundo o alvará, o Rei escolheria dentre os indivíduos aprovados, “comparando o

⁶³ CALDEIRA, 1999, op. cit., p. 23.

⁶⁴ Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta. *O Bispado de São Paulo: Dom Matheus de Abreu Pereira, a oração e a política (1796-1824)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1983. p. 38.

merecimento de cada um, para que à vista desta específica informação eu haja de escolher o que se mostrar mais benemérito”⁶⁵.

Ou seja, como demonstra Maria Aparecida J. V. Gaeta,

[...] cabia ao monarca a apresentação dos nomes dos escolhidos para ocupar o governo das dioceses, das paróquias e outros benefícios eclesiásticos, bem como a obrigação de zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto, de remunerar o clero e de promover a expansão da fé cristã. O monarca português tornava-se uma espécie de delegado pontifício para o Brasil. Ao papa restava a confirmação das atividades religiosas do rei⁶⁶.

No entanto, esta situação mudaria novamente no ano de 1822. Pouco antes da independência, a 27 de junho, o alvará de 14 de fevereiro de 1800 foi revogado e os concursos voltaram a ser obrigação dos bispos diocesanos.

⁶⁵ *Alvará de 14 de fevereiro de 1800*. apud, VEIGA, 1977, op. cit., p. 83.

⁶⁶ VEIGA, 1983, op. cit., p. 25.

2.2 A formação iluminista em São Paulo.

Para compreender a atuação do cônego enquanto um representante do poder divino e também como um membro do governo representativo é necessário analisar a sua formação religiosa. Para isso vamos analisar o contexto intelectual de sua formação, vamos procurar conhecer um pouco mais sobre a São Paulo de início do século XIX, conhecer algumas das idéias que predominavam no clero paulista daquele momento, assim como analisar o tipo de religioso que foi o cônego Hermógenes, a partir de sua carta de ordenação.

Por volta de 1805 o jovem Hermógenes foi morar em São Paulo para estudar e ordenar-se padre. A opção pelo sacerdócio possivelmente teria surgido como uma opção pela continuidade de sua condição social dentro da sociedade de sua época, onde ser considerado de boa origem familiar significava uma porta aberta dentro do Estado. Também era comum o fato de que, devido ao altíssimo índice de mortalidade infantil naquele período, principalmente nas regiões interioranas, as mães prometessem seus filhos ao caminho religioso caso estes alcançassem a juventude. Neste caso seriam entregues aos religiosos nos mosteiros, nos colégios e seminários para seguir adiante com as obrigações religiosas devidas.

No período em que o cônego viveu em São Paulo, que corresponde praticamente à primeira década do século XIX, a Igreja paulista já vinha passando por transformações no sentido de mudar os rumos e as formas de sua atuação. O *catolicismo iluminista*, também conhecido por pombalino, e que predominava naquele momento, foi sendo suplantado pelo *catolicismo ultramontano*. É este, portanto, o momento em questão.

A São Paulo do século XVIII era uma vila estratégica, no que diz respeito aos caminhos e estradas que cruzavam a capitania, mas sem muita importância econômica. Era quase um povoado rural onde o campo invadia o centro urbano. No entanto, este panorama começou a mudar a partir de meados deste mesmo século XVIII e início do século XIX. Ou seja, como explica Maria Aparecida Gaeta:

Por volta da segunda metade do século XVIII, os paulistas que haviam se deslocado para as Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás começaram a retornar para a capitania e sobretudo para a cidade de São Paulo. Durante este período, entre a perseguição ao índio e a busca dos Eldorados, a cidade de São Paulo, tendo poucas trocas com outras regiões, vegetara em uma economia sem grande dinamismo. Seus habitantes compunham-se, em sua maioria de gente pobre, agricultores, criadores, negociantes sem grandes recursos e artesãos. A propriedade rural determinava a condição social e classificava os homens; dela provinha o poder, a autoridade efetiva e o prestígio⁶⁷.

⁶⁷ Ibidem, p. 31.

A autora demonstra que São Paulo era já naquele momento o mais importante centro político da capitania e que por este motivo “em 1746 a cidade de São Paulo era escolhida para a sede da diocese então criada”⁶⁸. Este acontecimento contribuiu muito para mudar o panorama paulista, principalmente por conta da instalação do bispado e, ao longo do século XIX, das instituições do governo provincial. A instalação do bispado contribuiu até mesmo para modificar o panorama urbano de São Paulo. Assim,

[...] a despeito de toda a conjuntura lhe impor um contexto adverso, a Igreja desempenhou um papel importantíssimo na composição da estrutura urbana de S. Paulo. A sua tessitura administrativa e o ritual próprio das festividades sacras, concorreram em larga escala para que a capitania se firmasse num estilo de vida, onde o processo de urbanização se definisse separando-se do campo⁶⁹.

Além disso, contribuíram para esta mudança o surgimento da imprensa, a criação dos cursos de Filosofia e Teologia e a criação da Academia Jurídica. Assim como a situação geográfica, que conectou São Paulo aos principais caminhos paulistas. Isto tudo possibilitou que São Paulo se transformasse em um estratégico centro urbano⁷⁰.

Foi esta cidade de São Paulo de início do século XIX que o jovem Hermógenes escolheu para dar início aos estudos religiosos. Diante do que foi constatado na pesquisa é sensato pensar na opção pelo caminho religioso como uma opção por uma via de acesso garantida ao mundo do governo – entendido aqui dentro do contexto do padroado, ou seja, como uma via de acesso aos diversos cargos na hierarquia da Igreja e do governo. Ora, o catolicismo tradicional⁷¹ de que trata Wernet havia sido implantado junto com a própria colonização portuguesa na América e ele tem caráter leigo, social e familiar. Ou seja, havia um grande número de pessoas leigas na direção das instituições religiosas como as irmandades e confrarias e o catolicismo tradicional, ou popular, estava intimamente ligado ao cotidiano das pessoas. Sendo assim,

⁶⁸ Ibidem, p. 32.

⁶⁹ Ibidem, p. 103.

⁷⁰ Augustin Wernet. *A Igreja paulista do século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

⁷¹ “Autores que tratam do catolicismo brasileiro deste período usam as expressões *catolicismo popular* e *catolicismo tradicional* não distinguindo sempre, nitidamente, um do outro. Usamos o primeiro termo, entendendo por este conceito a forma predominante nos primeiros três séculos de cultura cristã no Brasil. Só em meados do século XIX, alguns bispos tentaram introduzir o *catolicismo renovado* de tendência ultramontana. A partir daí, o catolicismo tradicional sofreu também influência de práticas e devoções implantadas pelo catolicismo renovado e do espiritismo. Chamamos *catolicismo popular* as expressões religiosas influenciadas pelo *catolicismo tradicional e renovado*”. apud, WERNET, 1987, op. cit., p. 17.

[...] a Igreja no Brasil se apresenta, desta maneira, como “cristandade”, estado de interpretação estreita entre “religião” e “sociedade”, “Igreja” e “Estado”, sagrado e profano, em que o poder político e o religioso se confundem, sendo que a supremacia pode pertencer ao religioso ou ao político como no Brasil. Nesse caso, o poder político é exercido em nome da religião⁷².

Portanto, havia naquele período um catolicismo no qual imperava o caráter leigo e familiar e isto contribuiu para explicar como a opção pelo sacerdócio era tanto uma decisão familiar. A religião estava presente na mentalidade da população: fazia-se presente nas festas, nas procissões. Ela impregnava toda a sociedade com seus ritos e ditava a vida social de uma comunidade. Este catolicismo se fazia presente nas capelas das fazendas, nos oratórios das casas, e isso se verificava de forma mais familiar ainda nas regiões distantes dos centros urbanos e, portanto, mais isoladas.

Existia também a possibilidade de ascensão política dos religiosos dentro do Estado, como demonstrou Wernet na citação acima, pois a Igreja era uma instituição tão política quanto o próprio Estado e que caminharam juntas durante a administração da Colônia e do Império. Sendo assim, a opção pelo caminho religioso era também, sem dúvida, uma opção pelo mundo do governo. Além do mais, como ressalta Gaeta, as cômmodas e outros vencimentos destinados aos religiosos não era alta e também por isso “muitos bispos e sacerdotes se laicizavam e buscavam profissões mais rendosas”. Ou seja, “o campo em que estes eclesiásticos podiam distinguir e que realmente se distinguiam era o político, mercê de uma situação privilegiada por constituírem a parte mais numerosa da pequena elite intelectual”⁷³.

A cultura iluminista entrou em Portugal em meados do século XVIII através das elites letradas do período pombalino que passaram a ler, dentre outros pensadores, Luis Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches, e o sacerdote italiano Antônio Genovesi. Este último ficou conhecido em Portugal como Genuense e transformou-se numa espécie de filósofo oficial quando sua obra *Institutiones Logicae* foi adotada para o ensino da Filosofia. Explica Augustin Wernet:

Institucionalmente falando, a cultura iluminista se fez presente pelas reformas dos estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. Repercussões das “novas idéias” no Brasil houve sobretudo nas Academias então fundadas e nos cursos de Filosofia para o clero regular e secular, como, por exemplo, nos Seminário dos Beneditinos e Franciscanos no Rio de Janeiro e no Seminário de Olinda, denominado por Muniz

⁷² Ibidem, p. 18.

⁷³ GAETA, 1983, op. cit., p. 181.

Tavares de “Nova Coimbra”. A orientação pombalina teve continuidade, no plano educacional e eclesiástico, no período de D. Maria I e do príncipe regente D. João VI, ambos preocupados com que Portugal se abrisse definitivamente às tendências modernizantes da cultura ilustrada da Europa⁷⁴.

José Ferreira Carrato salienta que:

A posição iluminista portuguesa [...] foi essencialmente Reformismo e Pedagogismo. O seu espírito era, não-revolucionário, nem anti-heróico, nem irreligioso como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. [...] Se as influências que passam a dominar as elites intelectuais portuguesas irão destacar o prestígio novo da razão humana, acendrando-a especialmente no cultivo das ciências da natureza, ao manterem elas contato com os fatores da Ilustração europeia, nem por isso perderão o seu acatamento pelos antigos valores espirituais, principalmente os dogmas da religião revelada: aquele reformismo pedagógico, que constituiria a nota dominante do Iluminismo português, haveria de ser promovido, não por livres-pensadores, como o foram, na França, Diderot, D’Alembert, D’Holbach, Helvetius e, destacadamente, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, mas por homens “ilustrados” da própria Igreja⁷⁵.

Em São Paulo, no entanto, a cultura iluminista foi introduzida através da reforma iniciada pelos bispos D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus), pessoa próxima ao marquês de Pombal, e o bispo D. Frei Manoel da Ressurreição. Estes dois bispos foram os responsáveis pela introdução da reforma pombalina na capitania e mais tarde província de São Paulo. Foi durante o bispado de D. Frei Manoel da Ressurreição, de 1771 a 1789, que iniciaram-se as aulas de Filosofia e Teologia baseadas na nova orientação ditada pela reforma pombalina. Uma obra em especial teve grande importância naquele momento, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*⁷⁶.

Naquele início do século XIX o bispado de São Paulo não possuía um local próprio para instalar o Seminário Episcopal. Este foi fundado apenas em 1855 por ordem da Câmara dos Deputados. Sendo assim, quando o bispo D. Matheus de Abreu Pereira chegou a São Paulo “encontrou o governador Bernardo José de Lorena residindo no antigo Colégio dos Jesuítas. [...] Desta forma, os bispos em São Paulo perderam o prédio onde poderiam continuar o Seminário Diocesano”⁷⁷.

⁷⁴ WERNET, 1987, op. cit., p. 30-31.

⁷⁵ CARRATO, 1968, op. cit., p. 125.

⁷⁶ O *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* foi publicado em 1771. “Era, como se esperava, um libelo contra a Companhia de Jesus e tentou vencer os portugueses de que a fonte de todos os males nacionais era o jesuitismo. Manifestava também novas tendências pelo seu entusiasmo pelas novas ciências e sua determinação de levar a cabo uma reforma decisiva”. apud, WERNET, 1987, op. cit., p. 33.

⁷⁷ GAETA, 1983, op. cit., p. 137.

No entanto, os jovens sacerdotes não ficaram sem orientação. As aulas eram dadas na residência oficial do bispo. Ou seja, os jovens sacerdotes não viviam na forma de internato. Eles viviam alojados na própria cidade, em casas de estudantes, pensões e casas de familiares, e freqüentavam as aulas no Palácio Episcopal. Ou seja,

[...] os aspirantes ao sacerdócio, portanto, não viviam afastados do ambiente social. Procuravam assimilar os progressos da cultura e das ciências da época como qualquer estudante. Não havia diferença de orientação entre a cultura eclesiástica e a leiga. A preparação para o sacerdócio era teórica e prática. O aspirante ao sacerdócio devia já conhecer concretamente o ambiente, a realidade da sua futura profissão⁷⁸.

Esta situação de proximidade dos seminaristas com a população e com a realidade social, política e econômica da mesma, foi denominada por alguns como “espiritualismo ecletista” ou “ecletismo” e teria marcado toda a sociedade paulista da primeira metade do século XIX. Estava marcada pela vontade de conciliar o pensamento filosófico da ilustração com as crenças tradicionais do catolicismo⁷⁹.

Por conta desta proximidade da ilustração com a realidade da população, que se verificava naquele momento, Augustin Wernet disse o seguinte:

Os “padres ilustrados”, como já vimos, encaravam positivamente o mundo e as realidades terrestres. Caberia a eles, como a todos os homens, inserir-se neles pelo trabalho, valorizar a tarefa terrestre e buscar nela a realização da felicidade. Por isso não se limitaram à difusão de idéias iluministas e liberais e à participação no processo de emancipação política; tiveram também sua importância na inovação das técnicas rurais e nas tentativas de modernização da Colônia e do Império, acumulando às funções sacerdotais, as de fazendeiros, professores, homens de negócio e políticos⁸⁰.

Ora, este parágrafo acima transcrito é extremamente revelador. A proximidade dos padres com a realidade cotidiana da população, que se observa no clero paulista do início do século XIX, gerou padres de grande ilustração que passaram a exercer suas funções sacerdotais de uma forma mais próxima da realidade das respectivas regiões em que foram atuar e que passaram a atuar em diversas áreas além das funções religiosas. Foi o caso do cônego Hermógenes e do padre Diogo Antônio Feijó, ambos ordenados em São Paulo no mesmo período, que exerceram outras funções além do sacerdócio. Tornaram-se proprietários de terras e ao longo do século XIX ocuparam cargos importantes na política imperial. Porém,

⁷⁸ WERNET, 1987, op. cit., p. 37.

⁷⁹ Ibidem, p. 37-38.

⁸⁰ Ibidem, p. 38.

seguiram por caminhos diferentes: o cónego aderiu ao Partido Conservador mineiro e o padre Feijó juntou-se aos liberais paulistas.

A compreensão iluminista da religião de que os sacerdotes eram educadores do povo provou-se bastante fecunda e fez disseminar pelo território da Colônia e do Império uma nova atuação dos padres. Como disse Gaeta, o bispo instruía aos párocos “para que procurassem levar a doutrina ao povo, de forma acessível, mais próxima, além de que promovessem conferências com o clero”⁸¹.

Eduardo Frieiro, analisando a pessoa do cónego Luís Vieira da Silva e a composição de sua enorme biblioteca, que foi seqüestrada pelas autoridades portuguesas quando deflagrada a Inconfidência Mineira, diz o seguinte:

Educado na Congregação do Oratório, Verney tornou-se inimigo da Companhia de Jesus, geralmente acusada então de obscurantista. No ódio que tinha aos jesuítas nada ficou a dever ao Marquês de Pombal, de quem foi aliás “o mais fecundo oráculo”. Era contrário ao domínio político da Igreja, sem ser entretanto hostil ao Cristianismo. [...] No clero português, como no brasileiro, havia muitos antijesuítas, progressistas, mações. Luís Vieira da Silva, pode-se afirmá-lo sem muita afoiteza, era um filho da ilustração, como todos ou quase todos os inconfidentes mineiros e como tantos outros brasileiros esclarecidos e descontentes, em fins do século XVIII e princípios do seguinte. E o ilustrado Vieira, como não era para menos, conhecia o pensamento social e político e a ação pedagógica do iluminista racionalista Luís Antônio Verney, deflagrador do movimento de renovação mental em Portugal de seu tempo, o qual teve seus principais cooperadores em Ribeiro Sanches, Alexandre de Gusmão e Francisco Xavier de Oliveira⁸².

Ou seja, Hermógenes, um jovem sacerdote em formação em São Paulo, que viria a tornar-se cónego em meados do século XIX, não foi apenas influenciado pelas idéias propagadas pelo iluminismo português, toda a sua formação religiosa foi orientada por esta tendência.

Segundo consta, a biblioteca do bispo D. Frei Manoel da Ressurreição possuía 1548 volumes, dentre obras de literatura latina e de cultura religiosa, e muitas pessoas além dos seminaristas freqüentavam a biblioteca, como era o caso do estudante José Bonifácio de Andrada e Silva. Ao que tudo indica o bispo não poupou esforços para melhorar a formação dos jovens sacerdotes e tornar o clero paulista um dos mais distintos do Brasil. Segundo Wernet, a atuação do bispo foi elogiada por Taunay e enaltecida pelo cónego Joaquim do

⁸¹ GAETA, 1983, op. cit., p. 140.

⁸² Eduardo Frieiro. *O diabo na livraria do cónego; Como era Gonzaga? e outros temas mineiros*. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1981. p. 50-51.

Monte Carmelo, autor de *O Arcipreste de São Paulo*, que disse: “em pouco tempo era o clero de São Paulo indigitado como um dos melhores do Brasil”⁸³.

Dentre as obras da biblioteca do bispo, que também eram utilizadas para o ensino dos jovens sacerdotes, havia principalmente duas linhas centrais:

Nota-se, em primeiro lugar, uma linha antijesuítica: a presença de muitas obras de Santo Agostinho, como o idealismo platônico, desdobra-se em significação com a ausência de obras de São Tomás de Aquino; a presença de São Boaventura, opositor deste último, reforça esta linha, portanto antiescolástica e antijesuítica; e ainda como testemunha da oposição à Companhia de Jesus, notam-se a República Jesuítica, as obras de Verney, iniciador da campanha pela reforma dos estudos, e as do bispo de Beja, D. Frei Manoel do Cenáculo, o sustentador da reforma e o seu realizador. Em segundo lugar, impressiona o prestígio da cultura francesa, tanto em matéria de ciência, como de religião. Lá estão três luminares do jansenismo: M. Antoine Arnauld, M. Pierre Nicole e M. de Sacy. Arnauld foi o apóstolo e teólogo de Port Royal e M. Nicole ligou-se-lhe na campanha contra os jesuítas. Juntos escreveram a *Lógica de Port Royal* e também juntos se exilaram. M. de Sacy, entre outras funções, teve a de tradutor da Bíblia para o francês⁸⁴.

O jovem Hermógenes recebeu as ordens no ano de 1809 quando o bispo de São Paulo era D. Matheus de Abreu Pereira, cujo bispado foi de 1796 a 1824⁸⁵. As aulas durante o bispado de D. Mateus eram dadas nos conventos, dentre elas, Gramática Latina, Retórica, Humanidades, Artes, Filosofia e Teologia. A orientação teológica estava em consonância com as correntes predominantes na Universidade de Coimbra, centro gerador das idéias reformistas para as instituições coloniais. Liam-se as obras de Heinecke, van Espen, Febronius e, especialmente, o *Catecismo de Montpellier* e a *Theologia Lugdunensis*⁸⁶.

Na carta de ordenação do cônego Hermógenes consta que em 1809 ele foi promovido “à primeira tonsura clerical e aos quatro graus das Ordens Menores; [...] e também ao subdiaconato; [...] ao diaconato; [...] e ao presbiterato”⁸⁷. Na hierarquia da Igreja existem três ordens: o diaconato, o presbítero ou padre e o bispo, a terceira ordem. Ou seja, naquele ano de 1809 o cônego Hermógenes – o título de cônego foi recebido em 1855, como veremos adiante

⁸³ Cônego Joaquim do Monte Carmelo. *O arcipreste de São Paulo, Joaquim Anselmo de Oliveira e o clero do Brasil*. Rio de Janeiro, 1873. apud, WERNET, 1987, op. cit., p. 34.

⁸⁴ WERNET, 1987, op. cit., p. 34.

⁸⁵ “O padre Matheus de Abreu Pereira era natural de Funchal na Ilha da Madeira onde nasceu a 08/08/1741. Vinte anos depois, recebia ordens sacras, servindo à igreja de São João de Almeida, diocese de Coimbra, e Ventosa da mesma diocese. Era licenciado em Direito Canônico e prometeu defender a Imaculada Conceição, conforme uso daquela Universidade. [Foi] apresentado para bispo de São Paulo pelo Regente (02/agosto/1794)”. In: GAETA, 1983, op. cit., p. 115.

⁸⁶ WERNET, 1987, op. cit., p. 36.

⁸⁷ *Carta de Ordenação de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik*. In: NABUT, 1986, op. cit., p. 187.

– recebeu a sagrada ordenação, tornando-se padre e, portanto, estando apto a assumir a administração de qualquer freguesia ou paróquia.

Augustin Wernet demonstra que durante o bispado de D. Mateus de Abreu Pereira destacava-se o curso de Filosofia dado no Convento dos Franciscanos e que durante o período de 1804 a 1818 todos os seminaristas freqüentavam este curso. Por certo o cônego Hermógenes freqüentou o dito curso de Filosofia dado no Convento dos Franciscanos, pois recebeu as ordens em 1809. “Divulgaram-se nesse curso as idéias do iluminismo português e o pensamento filosófico de Kant, certamente característica particular da cultura iluminista de São Paulo”⁸⁸.

Dentre os colegas que também freqüentaram o curso junto ao jovem Hermógenes figuravam Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Vicente Pires da Mota, José Antônio dos Reis, Ildefonso Xavier Ferreira, Diogo Antônio Feijó, Antônio Joaquim de Melo e frei Mont’Alverne, figuras que mais tarde se projetaram nacionalmente, quer pela importância religiosa, quer pela atuação política. De acordo com Magda Ricci o padre-regente Diogo Antônio Feijó também se ordenou no ano de 1809, mesmo ano em que o cônego Hermógenes. Certamente eles foram colegas e freqüentaram as mesmas aulas nos conventos paulistanos.

Dentre os professores mais afamados, como coloca Wernet, estavam Martin Francisco de Andrada e Silva e o padre Francisco de Paula e Oliveira. O frei Mont’Alverne figura também entre os professores mais afamados. Consta que o frei iniciou os estudos em São Paulo no ano de 1804 e que recebeu as ordens em 1808, a partir de quando passou a lecionar Filosofia até 1816 quando se transferiu para o Rio de Janeiro. Foi calculando o tempo que levou o frei Mont’Alverne para ordenar-se que sugerimos o ano de 1805, talvez alguns anos a mais ou a menos, para a chegada do jovem Hermógenes a São Paulo, pois o mesmo ordenou-se em 1809.

O próprio D. Antônio Joaquim de Melo, foco central da análise feita por Wernet em sua obra sobre a Igreja paulista, foi aluno em São Paulo. Ele recebeu as ordens menores em 1812 e as ordens maiores em 1814. Era fruto, portanto, deste clero paulista. Quando tornou-se bispo de São Paulo passou a empreender sua atuação reformadora sobre o mesmo clero no qual havia iniciado a carreira. O padre Antônio Joaquim de Melo era de Itu e por anos esteve muito próximo do padre Feijó. Assim como o cônego Hermógenes, embora formados naquele mesmo ambiente iluminista do clero paulista, estes três padres distanciavam-se no que diz respeito aos rumos tomados durante o Império. Por algum motivo o cônego Hermógenes e o

⁸⁸ WERNET, 1987, op. cit., p. 35.

padre Antônio apoiaram os conservadores durante o movimento liberal de 1842, um em Minas Gerais e o outro em São Paulo. Já o padre Feijó foi um fiel defensor dos liberais. Augustin Wernet levantou alguns questionamentos sobre a tendência conservadora de D. Antônio Joaquim de Melo:

Os livros e documentos não dizem de maneira explícita por que o padre Antônio Joaquim de Melo se encaminhou por uma reforma conservadora. Influência de “sacerdotes veteranos, exemplares e piedosos”, como dirá o seu ex-colega do Colegiado de Itu, o padre João Paulo Xavier na sua oração fúnebre de 1861? Contato com pessoas e leituras de tendência ultramontana? Expressão de um ambiente peculiar de uma sociedade agrária, hierarquizada e escravista na qual idéias conservadoras, monarquistas e valores tradicionais parecem mais lógicos do que argumentos filosóficos racionais⁸⁹?

Não se sabe ao certo quais teriam sido as motivações que levaram alguns padres de formação iluministas, como foi o caso do cônego Hermógenes e do padre Antônio Joaquim de Melo, futuro bispo de São Paulo, a adotarem um pensamento conservador. Pode ter sido por motivações políticas, econômicas, sociais, ou até mesmo por motivação religiosa, através do contato com idéias ultramontanas ou com alguns religiosos ultramontanos. Sabe-se que a oposição feita pelo padre Antônio Joaquim de Melo aos liberais de Itu, um dos centros do movimento liberal paulista de 1842, praticamente renderam-lhe a indicação para bispo de São Paulo.

A discussão a respeito das tendências ultramontanas vai atravessar todo o século XIX. Como veremos adiante, durante a atuação do cônego Hermógenes na Câmara dos Deputados, como membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos, havia certo receio por parte de alguns deputados quanto ao termo ultramontano. Por outro lado, alguns membros do clero no parlamento, como foi o caso de um padre que também era membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos da Câmara junto ao cônego Hermógenes, defendiam seu posicionamento frente à nova linha de atuação da Igreja.

Ivan Aparecido Manoel observou que:

[...] quando dizemos que o ultramontanismo foi uma política da Igreja, afirmamos, na verdade, que muito mais do que um conjunto de teorias e ações, ele foi uma intenção, uma vontade da instituição católica de intervir no governo da *polis* para transformá-la efetivamente na Civitas Dei, e essa vontade de intervenção estava em consonância com as funções que a Igreja sempre se atribuiu e em harmonia com sua filosofia da história⁹⁰.

⁸⁹ Ibidem, p. 48.

⁹⁰ Ivan Aparecido Manoel. *O pêndulo da história: a filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960)*. Tese (Livre-Docência). Franca: FHDSS/UNESP, 1998. p. 18.

As discussões a respeito do catolicismo ultramontano e as próprias tendências do clero imperial em aderir ao pensamento ultramontano atravessaram o século XIX. Na Câmara dos Deputados ocorreram discussões acaloradas sobre o posicionamento de parte do clero. Vale lembrar que, a partir de meados do século XIX até o final do Império a participação dos padres no legislativo imperial foi amplamente contestada por outros setores da política imperial.

Em São Paulo, a partir do ano de 1818 o curso de Filosofia, que era dado no Convento dos Franciscanos, parou de funcionar regularmente. A partir deste momento o clero paulista entrou em uma profunda crise moral e econômica. De acordo com Wernet o auge desta crise teria sido durante o bispado de D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, no período entre 1827 e 1847, quando se verificava a grande falta de ilustração, o engajamento em atividades econômicas e a politização do clero paulista. Aproximava-se o final do clero iluminista e o futuro bispo, D. Antônio Joaquim de Melo, já estava ligado ao ultramontanismo.

2.3 O vigário da matriz e a freguesia desamparada.

O título deste tópico, *O vigário da matriz e a freguesia desamparada*, merece uma breve reflexão. Toda a freguesia do Desemboque estava sob a administração do *vigário da matriz*, neste caso o cônego Hermógenes. A *freguesia desamparada* é fruto da precária assistência espiritual em que se encontravam os seus habitantes quando o cônego assumiu a mesma em 1814. Esta situação de desassistência foi denunciada pelo cônego às autoridades eclesiásticas de Goiás no intuito de reverter tal situação. Em sua atuação naquela freguesia ele se empenhou em mudar aquele panorama e passou a assistir aos povoados mais isolados. Neste sentido foi o responsável pela ereção de novas capelas na região e é considerado o fundador da cidade mineira de Sacramento. No entanto, esta atuação tem dois motivos: o cônego não estava apenas interessado em melhorar a assistência religiosa daquela população desamparada e disseminar a fé católica entre ela, ele tinha suas intenções políticas e quanto mais se fizesse conhecer melhor seriam as possibilidades de alcançar estes objetivos. É neste sentido, portanto, que o *vigário da matriz e a freguesia desamparada* se complementam ao longo deste tópico.

Antes de assumir a freguesia do Desemboque, Hermógenes Brunswik passou por todas as etapas estipuladas pelo Concílio Tridentino para ingressar na hierarquia eclesiástica e dar prosseguimento à sua carreira religiosa. Observamos que isso ocorreu justamente naquele período em que o alvará de 14 de fevereiro estava vigente. Após cumprir os exames e ser indicado pelo prelado de Goiás⁹¹ ele teve sua nomeação aprovada, assumindo a administração da freguesia a 12 de abril de 1814. De acordo com Sampaio,

De 12 de abril de 1814 até 26 de setembro de 1861, dia do seu falecimento, parouquiou o Padre Hermógenes Cassimiro de Araujo Bruonswik (47 anos, cinco meses e sete dias), a saber: desde 12 de abril até 24 de junho de 1814 interinamente; desde esse dia até 6 de agosto de 1820, como vigário encomendado; daí em diante até o dia de seu falecimento, como vigário colado, tendo sido seu coadjutor, em diferentes épocas, o Padre Zeferino Batista do Carmo⁹².

⁹¹ O prelado de Goiás, no ano em que o cônego Hermógenes assumiu a freguesia do Desemboque, era D. Antônio Rodrigues de Aguiar, confirmado por eleição de 24 de junho de 1810. “Filho do Rio de Janeiro, e bacharel em cânones, foi familiar do bispo D. José Joaquim Justiniano, depois secretário do bispado do Rio de Janeiro, reitor do Seminário de S. José, e cônego da Capela Real. Tomando posse da prelazia em 13 de janeiro de 1811, designou para seu governador o Rev. Padre Vicente de Azevedo Noronha e Câmara, com faculdade de poder delegar seus poderes no caso de impedimento ou de força maior”. A prelazia de Goiás foi elevada a bispado pela bula de Leão XII, de 15 de junho de 1826. In: Governo do Estado de Goiás. *Anais da Província de Goiás do ano de 1863*. Por José Martins Pereira de Alencastre. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979. p. 294.

⁹² Consta ainda que o cônego Hermógenes “foi apresentado para colação por decreto de 19 de agosto de 1819, com pensão de 25\$000 anuais e a colação confirmada a 15 de maio de 1820”. In: Antônio Borges Sampaio. “O

Portanto, o cônego teve seu processo aprovado justamente no período de vigência do alvará de 14 de fevereiro de 1800 – que teve validade até o ano de 1822. Isto demonstra que seu nome tinha sido aprovado diretamente pela coroa portuguesa e não apenas pelo bispo diocesano.



Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. A velha matriz mineira responsável por toda a freguesia. Em seu interior o cônego professava a religião católica e ainda, com as demais autoridades locais, realizava as reuniões da Assembléia Paroquial. Fotografia tirada por volta de 1950. Fonte: Acervo do pesquisador Amir Salomão Jacób.

A atuação religiosa do cônego na freguesia do Desemboque foi além da simples manutenção dos sacramentos. Analisando os requerimentos⁹³ enviados pelo cônego aos superiores do bispado de Goiás, observamos que ele mostrava preocupação quanto à falta de

Cônego Hermógenes: apontamentos biográficos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 1, n. 1/4, ano 1896. p. 738.

⁹³ Este e os outros requerimentos foram enviados pelo cônego ao bispado de Goiás e remetidos ao rei. O cônego recebeu então uma *Provisão de Licença do Régio Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens* que autorizava a ereção das ditas capelas. Ambos constam na relação de fontes analisadas, no final do trabalho.

assistência espiritual em que se encontravam os seus paroquianos. Uma das capelas desassistidas era a de Santo Antônio e São Sebastião, primitiva capela do povoado de Uberaba. A intenção do cônego através destes requerimentos enviados ao bispado era de ampliar as visitas aos dispersos povoados de sua freguesia, continuar o culto religioso na capela de Santo Antônio e São Sebastião, que havia sido interrompido desde a morte de seu antecessor e, conseqüentemente, “mais seguramente continuar a socorrer as almas daqueles seus paroquianos”⁹⁴.

Lendo este requerimento de 1818 é possível observar, através das próprias palavras do cônego, que nestas primeiras décadas do século XIX a população do Sertão da Farinha Podre aumentava rapidamente, como foi dito no primeiro item deste capítulo. O documento, assim como a provisão de licença com a autorização, revela o interesse comum do cônego – administrador da freguesia –, do bispado goiano e do próprio governo colonial. Dentro do contexto do padroado estas autoridades, no caso a Igreja, o governo e os religiosos espalhados pelo vasto território, se articulavam em torno de um objetivo comum que era povoar as terras e disseminar a fé católica entre a população. Uma das preocupações da Igreja neste momento era com a “disciplinarização moral e acompanhamento das famílias que se dirigiam ao sertão, a fim de impedir que se desgarrassem da doutrina cristã, praticando crimes ou adotando toda sorte de vícios.

A Igreja teve papel primordial no surgimento destes povoados dispersos pelo território do Brasil. Ela tinha o direito de transformar em freguesia os núcleos urbanos que observasse surgir dentro de suas dioceses. Com a freguesia tinha-se a oportunidade de constituir um aparelho burocrático municipal. E a figura mais importante dentro deste rústico, mas funcional, aparato burocrático, era o vigário da freguesia.

Em resposta ao primeiro requerimento de 1818 o bispado de Goiás, através da Câmara Eclesiástica de Vila Boa, envia ao cônego Hermógenes uma provisão de licença datada de 20 de julho deste mesmo ano com autorização para que pudesse celebrar missa na capela de Santo Antônio e São Sebastião, desde que a mesma fosse visitada e um inventário de seu patrimônio fosse lavrado. Junto a esta provisão o cônego recebeu o Alvará Régio com a autorização para erigir uma nova capela e começou a promover os sacramentos com certa freqüência na dita capela onde os paroquianos estavam praticamente abandonados. Este Alvará Régio foi aprovado pelo conselho de ministros do Rei D. João VI e pelos deputados da Mesa de Consciência e Ordens em 3 de agosto de 1818, no entanto, só chegou às mãos do

⁹⁴ *Requerimento enviado pelo cônego ao prelado da diocese de Goiás*. In: NABUT, 1986, op. cit., p. 187.

cônego em 15 de março de 1819, após passar pela Câmara Eclesiástica de Vila Boa. Logo depois de recebidas as devidas autorizações as melhorias foram implementadas pelo cônego e seus subordinados. A construção da capela deu-se por meio da participação e contribuição dos habitantes locais.

Em 1820 o cônego Hermógenes tornou-se vigário colado da freguesia do Desemboque. O cargo era vitalício e isto significa que a freguesia estaria sob sua administração até sua morte. Era o primeiro vigário a ser colado naquela freguesia e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro era sua sede⁹⁵.

De acordo com Gaeta os vigários colados eram pagos pela Fazenda Real, não eram mantidos apenas à custa das cômguas recebidas junto à população. Portanto, tornar-se vigário colado significava desonerar a população e isto era bem recebido pelos fregueses. Analisando o bispado de São Paulo a autora demonstra que em alguns casos as câmaras municipais pediam que “a Igreja, da dita vila, passasse a ser colada para que o povo ficasse livre do pagamento das ‘conhecenças’ e o vigário fosse pago pela Fazenda Real”⁹⁶.

Neste mesmo ano de 1820 outros dois requerimentos foram enviados pelo cônego às autoridades eclesiásticas goianas com o mesmo intuito de estabelecer melhorias no atendimento aos fregueses. Estes requerimentos tratavam da necessidade de se construir novas capelas naquela freguesia para que o vigário pudesse “administrar cômoda e decentemente os sacramentos a seus fregueses”⁹⁷.

O primeiro requerimento foi aprovado em 11 de agosto de 1820 e era relativo a construção da capela do Santíssimo Sacramento, no local denominado Ribeirão Borá. As terras foram doadas pelos próprios pais do cônego, o capitão Ferreira e sua esposa Joaquina. Os arredores do Ribeirão Borá já eram conhecidos por mineradores que ali estabeleciam acampamento. O próprio cônego conhecia o local desde suas andanças com a expedição de 1812, mas apenas com a construção da capela iniciou-se ali um novo povoado. A capela do Santíssimo Sacramento estava subordinada à Matriz de Nossa Senhora do Desterro, e conseqüentemente, estava subordinada ao cônego Hermógenes enquanto vigário geral.

O segundo requerimento também foi aprovado por meio de um Alvará Régio, sendo recebido pelo cônego em 20 de outubro de 1820. Referia-se à ereção de uma capela em São João Batista da Serra da Canastra, outro povoado localizado dentro da freguesia do

⁹⁵ “Criada a Comarca Eclesiástica do Novo Sul, no Bispado de Goiás, foi para ela nomeado o vigário Hermógenes provisor, vigário geral, visitador e juiz dos resíduos, e nesses encargos sempre conservado com muitas faculdades prelatícias e episcopais”. In: Antônio Borges Sampaio. “O Cônego Hermógenes: apontamentos biográficos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 1, n. 1/4, ano 1896. p. 739.

⁹⁶ GAETA, 1983, op. cit., p. 162.

⁹⁷ NABUT, 1986, op. cit., p. 195.

Desemboque com uma população que carecia de uma assistência espiritual mais freqüente. Esta capela também passou a ser visitada pelo cônego ao longo de sua peregrinação pela Serra da Canastra.

Todo este processo que propunha a construção de novas capelas e a manutenção do culto nos mais distantes povoados de sua freguesia, no sentido de promover melhorias relativas à assistência espiritual aos moradores daquela vasta região, resultou na promoção daquele território, e principalmente, no reconhecimento, na promoção pessoal e articulação política do cônego Hermógenes, que via seu nome ecoar na vastidão do sertão. Neste período de sua atuação religiosa o cônego percorreria em mulas, como era de costume da época, todos os povoados da freguesia atendendo a seus fregueses como nunca antes ocorrera naqueles sertões.

A distância e a dificuldade de acesso aos esparsos povoados pioravam a situação, considerando que os caminhos eram precários. Este deslocamento sistemático entre os povoados de sua freguesia, bem como o contato pessoal mais próximo com os moradores, foi fundamental para que ele conhecesse e interagisse com os problemas enfrentados pelos moradores das diversas localidades de sua freguesia. Ao mesmo tempo, estas visitas suscitariam na população um sentimento de admiração, respeito e lealdade em relação ao cônego, fatores extremamente importantes para um religioso com pretensões políticas. O cônego Hermógenes teria confortado a então desamparada população daquela região. Não por acaso, o resultado deste importante período de atuação religiosa foi a repercussão positiva nas diversas eleições que o cônego disputou.

Luciano Figueiredo demonstrou que a difusão dos sacramentos traduzia-se em um elemento essencial para disseminar o cristianismo na região. O pároco da localidade era o representante legítimo, aquele para quem havia sido designada a tarefa de organizar e disciplinar o cotidiano das vilas. Este representante do Estado poderia inserir-se na vida cotidiana das famílias, dos escravos, dos desvalidos e de toda a população da sua freguesia e os problemas, ou desvios, encontrados deveriam ser relatados às autoridades superiores que tratariam de tomar as devidas providências.

Outra discussão de caráter religioso sobre a vida do cônego gira em torno da questão do celibato e do concubinato. O cônego constituiu família com Ludovina Clara dos Santos e com ela teve oito filhos. Ludovina seria a responsável pela administração da fazenda e das atividades domésticas. A fazenda tinha produção e funcionamento diversificado: o gado, as plantações, os escravos, a comida, as crianças, a casa, tudo demandava planejamento e atenção diária. Neste sentido, a presença feminina ao lado de um homem com tantas

atividades como era o caso do cônego, possibilitava certa divisão das tarefas dentro do contexto social em que viviam. O fato de os padres constituírem família era comum naquele período e muitos padres tiveram filhos embora a Igreja não aceitasse. Sendo assim, é possível que o comando e a administração de algumas atividades relacionadas ao cotidiano da fazenda e a criação dos filhos fosse dividida entre o cônego e a companheira, Ludovina Clara dos Santos. A fragilidade do celibato era de certa forma algo comum naquele século XIX e era publicamente contestada por alguns padres, dentre eles o próprio Diogo Feijó, eleito primeiro chefe do executivo nacional em 1835.

Em seu trabalho sobre o concubinato no Brasil colonial, Fernando Torres-Londoño cita diversos casos de padres que mantinham concubinas e com as quais geralmente tinham filhos. É sabido que durante o período colonial e imperial era uma prática de certa forma comum. Muitos desses religiosos, segundo o autor, chegavam a declarar a existência dos filhos, assumindo a culpa pela quebra do voto feito, para que os filhos tivessem direito a herança. Torres-Londoño diz que “essas relações poderiam ter se iniciado aproveitando-se os sacerdotes dos recursos que seu estado lhes proporcionava, como a administração dos sacramentos e o controle sobre um espaço de reunião e trânsito público como o templo”⁹⁸.

Se o caráter divino relacionado à figura dos padres e religiosos interferia na rotineira relação de mancebia e concubinato durante o Império não importa no momento, o que deve ser levado em conta é que a presença feminina, especialmente no trato da administração doméstica e familiar, era de grande importância para a vida cotidiana.

Em sua pesquisa documental nos arquivos da família Ferreira Armond, Antônio Luiz Porto e Albuquerque traz uma comprovação interessante sobre a participação da mulher nas atividades cotidianas da fazenda. O autor relata-nos que a esposa de Camilo Maria Ferreira Armond participava ativamente não só das atividades domésticas, mas também da administração dos negócios. Ou seja, “sua mulher e seus genros estavam associados a seus negócios. Josefina participava ativamente dos interesses da fazenda [...] sobre questões relativas, principalmente, à administração de pessoal”⁹⁹.

O fato de o cônego ter constituído família era conhecido pela população. Vivendo de modo discreto, muito provavelmente na residência da fazenda e não na vila, esta situação era aceita e respeitada pelos moradores locais, pois não consta que o cônego Hermógenes foi denunciado às autoridades eclesiásticas. A constante ausência do cônego também indica que a

⁹⁸ Fernando Torres-Londoño. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 76.

⁹⁹ ALBUQUERQUE, 1988, op. cit., p. 18.

companheira ficava por conta da administração da fazenda e da família. Desde sua chegada ao povoado do Desemboque ele perambulava pelo sertão percorrendo os esparsos povoados para realização dos sacramentos religiosos, posteriormente, em 1850 foi eleito deputado provincial e passou a viajar anualmente para participar das reuniões. Num primeiro momento ele empreendia viagem desde o Desemboque até Ouro Preto, seguindo para as reuniões da Assembléia Legislativa Provincial, e posteriormente, a partir de 1857, quando foi eleito deputado geral, viajava até o Rio de Janeiro para se reunir na Assembléia Geral Legislativa. Ou seja, por meses seguidos ele ficava ausente do cotidiano da fazenda e da vila. Em seu testamento o cônego instituiu herdeiros a todos os filhos, o que comprova a paternidade e indica que a seu lado sempre houve a presença feminina de Ludovina Clara dos Santos¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Outra comprovação sugestiva da participação desta companheira na vida do cônego foi-nos relatada pelo professor e pesquisador Amir Salomão Jacób (autor do livro *As terras de Maria Ausente: fundação da cidade de Sacramento*. Uberaba: Editora Rios, 2003). O cônego foi sepultado em frente à porta principal da Igreja Matriz do Desemboque, junto a outro corpo até então não identificado. Porém, de acordo com Jacób, quando a sepultura do cônego foi aberta no ano de 1957, para que os restos mortais fossem transferidos para o cemitério municipal de Sacramento, as autoridades presentes na cerimônia notaram a existência de uma outra lápide, que se encontrava logo acima da do cônego. Foi comprovado posteriormente que a outra ossada era de uma mulher, muito provavelmente aquela com quem ele viveu boa parte da vida. Deste modo, em razão de seu concubinato ser de conhecimento de muitos, o cônego teria desejado que sua companheira fosse enterrada junto a ele, do lado externo da matriz. A transferência dos restos mortais do cônego fez parte da programação para celebrar o centenário de sua morte no ano de 1961. Foram levados do Desemboque ao cemitério da cidade de Sacramento e tempos depois foram novamente transferidos para a matriz daquela cidade. Embora o cônego tenha manifestado em seu testamento o desejo de que seu corpo fosse dado a terra na entrada principal da Igreja Matriz do Desemboque sua vontade final foi desrespeitada pelas autoridades municipais.

3 PAI, FILHO E GENRO: TRÊS HOMENS PÚBLICOS.

3.1 O cônego e o barão: pai e filho na política mineira oitocentista.

Neste capítulo pretendemos demonstrar como a política imperial foi absorvida por três indivíduos diferentes, mas que faziam parte de uma mesma realidade. O cônego, o barão e o português faziam parte de uma mesma família, viviam em uma mesma região, dentro dos limites de um mesmo Império, no entanto, cada qual possuía suas próprias referências. Assim, cada um se adaptou às circunstâncias políticas do Império à sua maneira. O interessante é que ambos fazem parte de uma mesma rede de relações familiares e de favorecimento e compartilham o mesmo desejo por ascensão social e participação política. Os três beneficiaram-se também de uma mesma trama familiar a partir da qual projetaram sua inserção nas bases do Estado imperial. Vamos, então, ver como isto ocorreu.

O século XIX foi um período muito peculiar da história política brasileira. A família real veio para ao Brasil em 1808 e aqui instalou todo o aparato político e administrativo do Reino. Mas D. João VI retornou a Portugal em abril de 1821 deixando o herdeiro da coroa, o príncipe regente Pedro I, no Brasil. No entanto, a transmigração da Corte mudou a mentalidade da sociedade da época tanto em Portugal como no Brasil e deu uma nova cara ao cenário político daquele século XIX. Ou seja, embora o Rei tenha regressado a Portugal a presença da família real na Colônia causou um impacto profundo na sociedade da época, e conseqüentemente, uma transformação irreversível nas relações políticas e econômicas entre Metrópole e Colônia.

Ironicamente a vinda da Corte despertou os sentimentos de grandeza, de riqueza, de vastidão territorial que acabaram culminando no rompimento político com a Metrópole européia. A pequena nação européia despertou o sentimento de independência na sua grande Colônia tropical. A independência, então, tornou-se inevitável e uma vez absorvida pela elite carioca não tardou em adentrar o vasto território e chegar aos mais remotos povoados¹⁰¹.

No entanto, o processo de emancipação não foi nada simples e suas conseqüências foram duradouras, causando cisões e rupturas dentro da elite dirigente e ameaçando a tão

¹⁰¹ “A chegada do Rei e de todo o aparato do Estado significava que o núcleo do governo encontrava-se agora em território brasileiro e que as restrições mercantilistas ao comércio com outras nações terminavam; mas também significava a presença imediata dos homens do rei. Minas Gerais e São Paulo, que devido às dificuldades de transporte sempre haviam oferecido barreiras especiais à intromissão da burocracia, agora sentiam mais intensamente a proximidade do governo”. In: GRAHAM, 1997, op. cit., p. 69.

almejada unidade territorial do jovem Império. De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda aquele período foi de grande tensão e o cenário demonstrava um território politicamente dividido e passível de rompimento a qualquer momento. As *Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, que se reuniram em Lisboa nos anos de 1821 e 1822, discutiam os rumos do grande Reino, mas tudo o que não encontravam era consenso entre as temáticas discutidas pelas deputações lá reunidas. Assim, a discórdia que já havia levado os pernambucanos e os habitantes do Porto, entre outros, a levantar-se em armas, demonstrava o possível desmembramento do Brasil.

No clima confuso, acentua-se o isolamento das províncias: naquelas em que é sensível a influência do elemento português, como no Pará, Maranhão, Bahia, Cisplatina – que se levantam em armas –, verifica-se a fidelidade a Portugal com o desapareço do Príncipe ou seu reconhecimento puramente formal¹⁰².

A deputação mineira não chegou a tomar assento nas reuniões das Cortes por ter sido eleita tardiamente e por discordar do posicionamento das demais deputações sobre os rumos do Brasil. O cônego Hermógenes teria sido um dos deputados mineiros eleitos para se reunir em Lisboa, foi o que escreveu Antônio Borges Sampaio. Mas seu nome não aparece entre os nomes dos membros eleitos, nem mesmo aparece como membro suplente. No entanto, Marcus Caetano Domingos analisou a eleição tardia de um deputado mineiro ocorrida na comarca de Paracatu, em Minas Gerais. Este deputado era o cônego Hermógenes. Se por um lado o trabalho de Marcus Caetano Domingos é cronologicamente restrito a análise dos acontecimentos dos anos 1821 e 1822 sua contribuição é muito importante, uma vez que o autor analisou o processo eleitoral ocorrido na comarca de Paracatu e confirmou que o cônego Hermógenes foi realmente eleito para fazer parte da deputação mineira que iria para Lisboa. No entanto, é sabido que a deputação mineira não viajou para Portugal. Sendo assim, Marcus Caetano Domingos acabou com as dúvidas a este respeito quando analisou que o cônego foi eleito tardiamente e que por isso seu nome não constava na relação de deputados mineiros.

O autor ressalta que:

Entre os documentos existentes no IHGB, e que acompanham a ata de Paracatu, há um que registra a notícia de que os deputados mineiros não foram para Lisboa. Esta célebre iniciativa da deputação mineira determinou, em parte, o “esquecimento” da eleição do décimo quarto deputado mineiro às Cortes de Lisboa, Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswick. Após receber a notícia da permanência da deputação

¹⁰² Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8ª edição. Tomo II – O Brasil monárquico. Vol. 4 – Dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 437.

mineira, Hermógenes parece ter abortado os preparativos de sua partida para o Rio de Janeiro, de onde iria embarcar para Lisboa. Sua permanência se deu antes que sua eleição tardia fosse validada pela Junta Governativa mineira e pelo Príncipe Regente, ou caso rumasse para a Europa, pelas Cortes de Lisboa. Por isso, talvez, poucos vestígios da memória deste complexo processo eleitoral na comarca de Paracatu tenham sobrevivido ao tempo. Hermógenes não cuidaria em validar o reconhecimento de uma eleição que perdera completamente o sentido¹⁰³.

O fato de ter sido eleito para compor a deputação mineira que iria se reunir em Lisboa, mesmo que em eleição tardia, revela ainda mais a efetiva participação do cônego Hermógenes na vida política da Colônia e do Brasil independente. Sua atuação política durante o Império, analisada ao longo deste trabalho, demonstra como ele soube articular-se dentre as elites dirigentes. A eleição para as Cortes de Lisboa, por si só, já demonstra a grande articulação política do cônego naquela região oeste de Minas antes mesmo da independência.

Embora a província de Minas Gerais – assim como as de São Paulo e Rio de Janeiro – tenha jurado obediência ao príncipe regente D. Pedro I, o desenrolar dos fatos não foi de todo tranqüilo e pacífico. O governo provisório eleito a 20 de setembro de 1821 teve muitas dificuldades e sofreu até mesmo oposição interna para administrar a província. A junta era composta por 10 membros e em suma refletia a divisão existente na capital provincial. Os ressentimentos forçaram o presidente D. Manoel de Portugal e Castro a pedir demissão por ver-se impossibilitado de exercer suas funções. Até mesmo a figura do Tiradentes foi resgatada de forma respeitosa, demonstrando o sentimento nacional que se opunha às Cortes de Lisboa. Como disse Sérgio Buarque de Holanda:

É expressivo que no seu primeiro dia de trabalho a Junta resolva demolir o padrão de infâmia que se erguera em Vila Rica à memória de Tiradentes. A Junta, mais representativa do partido nacional que do partido português, imediatamente fica em discordância com o Presidente, e este, desgostoso e sem força, retira-se para o Rio, depois de pedir demissão que é aceita¹⁰⁴.

A província de Minas Gerais, embora estivesse jurado subordinação ao governo de Pedro I, sofria com a divisão interna de sua elite dirigente. A situação foi então apaziguada por conta de uma bem sucedida manobra do príncipe regente. Pedro I organizou uma comitiva e marchou rumo àquela província. Atravessando o Vale do Paraíba adentrou o território

¹⁰³ Marcus Caetano Domingos. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2007. p. 20-21.

¹⁰⁴ HOLANDA, 2004, op. cit., p. 439.

mineiro, numa viagem que selaria a fidelidade daquele povo ao seu governo. Foi bem recebido em Barbacena, São João del Rei, São José del Rei (hoje Tiradentes), Queluz, e após certa incerteza e intransigência entrou triunfante na capital Vila Rica. A viagem significou uma manobra audaciosa e politicamente bem sucedida. Desobedecendo às ordens das Cortes de Lisboa, o príncipe permaneceu no Brasil e conquistou a simpatia de parte importante da população.

Francisco Adolfo de Varnhagen classificou a viagem de Pedro I como sua naturalização enquanto cidadão brasileiro. Após 14 anos de Brasil ele agora se inseria realmente na política do nascente Império brasileiro. Não tardou o príncipe em entender a dimensão daquele território. Maior ainda era sua dimensão política e a independência veio concretizar todo este período de discórdia e selar o pacto estabelecido entre o regente e o vasto Império.

A situação em Minas permaneceu instável por um largo período de tempo. Suas juntas de governo eram constantemente alteradas e destituídas dado o difícil trabalho de administrar sem o apoio interno da elite. Nem mesmo a Constituição de 1824 resolveu definitivamente a cisão interna, como podemos observar nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

De 1824 a 1850 Minas teve 45 períodos administrativos, sendo 27 ocupados por presidentes e 18 por vice-presidentes; considerando que 4 autoridades passaram a presidentes estando no exercício como vice-presidentes, temos 41 períodos, o que dá para cada um pouco mais de 7 meses, em média. Entretanto, de 1808 a 1821 Minas teve apenas 3 administrações¹⁰⁵.

O Império agora era único, vasto, independente, porém continuava subordinado a um governo central. As insatisfações e incompatibilidades continuavam a solapar a governabilidade e constantemente estas divergências internas assombravam a mentalidade da elite dirigente que temia a fragmentação territorial do Brasil. Mas uma mudança radical havia ocorrido: deste momento em diante a “casa” seria organizada pelos seus próprios moradores e o passar do século XIX foi o palco deste acontecimento. Inserido neste contexto, o cônego Hermógenes já era neste momento vigário geral da freguesia do Desemboque, e conseqüentemente, fazia parte da burocracia imperial. Um funcionário que estava intimamente ligado ao processo de ocupação e reconhecimento de uma região periférica e distante da Corte imperial.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 443.

O filho mais velho do cônego era Antônio Elói Casimiro de Araújo. Nascido a 16 de maio de 1816 no Desemboque, foi ainda jovem trabalhar como negociante na Vila de Catalão, na província de Goiás. De volta a Minas Gerais casou-se em 1840 com Marcelina Florinda da Silva e Oliveira, com quem teve 10 filhos. A esposa era filha do tenente Joaquim da Silva e Oliveira, membro do clã dos Silva e Oliveira que prosperava naquela região desde meados do século XVIII. Através do casamento ele recebeu parte de uma grande sesmaria cujo sogro tinha concessão. Tendo falecido sua esposa em 1863 contraiu segundas núpcias com Francisca Augusta de Oliveira, com quem teve outros 9 filhos. Sua fazenda localizava-se a meia légua distante do rio Grande e quatro léguas da Vila de Uberaba. De acordo com Sampaio, ali ele “construiu grande casa de morada, paiol, currais, pastos; engenho de serrar madeira, de fabricar de açúcar e aguardente; engenho de pilões, o infalível monjolo para o fabrico da farinha e outras dependências”¹⁰⁶.

Hábil empreendedor, Antônio Elói Casimiro de Araújo não tardou também em construir às margens do rio Grande armazéns para depósito de sal, gênero que vinha sendo muito consumido naquela região em função da criação de gado. Suas terras estavam muito bem localizadas, pois o rio Grande era a divisão com a província de São Paulo e o trânsito ali começava a intensificar-se. Antônio Borges Sampaio, como veremos adiante, foi sócio de Antônio Elói no comércio de sal nas margens daquele rio e é dele a seguinte nota: “Aberto ao trânsito público o Porto da Ponte Alta, no rio Grande, entre Uberaba e Franca, foram postas em comunicação mais direta e fácil com as praças de Campinas, São Paulo e Santos, não só Uberaba, como as capitais de Goiás e Mato Grosso”¹⁰⁷.

Foi naquele porto que Antônio Elói trabalhou até a chegada da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, que atravessou o rio Grande em 1888 trazendo o valioso sal e demais produtos em maior escala. Assim projetou sua ascensão econômica e deu início também à carreira política na provincial.

O cônego e o barão, embora pai e filho, distanciavam-se um do outro em certos aspectos. Duas personalidades diferentes, dois caminhos diferentes. Embora gerados no seio de uma mesma aristocracia rural os caminhos trilhados por pai e filho foram até certo ponto distintos. O pai optou pela carreira religiosa e ordenou-se padre na cidade de São Paulo, onde estudou com figuras proeminentes na política do Brasil imperial. Ou seja, o pai recebeu educação refinada, estudando Filosofia, Latim, Teologia e Moral. Tornou-se um homem de

¹⁰⁶ Antônio Borges Sampaio. “Notícia biográfica do Barão de Ponte Alta”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 14, ano 1909. p. 243.

¹⁰⁷ *Ibidem*, *ibidem*.

grande ilustração através da orientação sacerdotal e da formação iluminista que teve em São Paulo.

O filho, por outro lado, recebeu apenas as primeiras letras no sertão com professores da própria freguesia e daí em diante prosseguiu com a carreira de comerciante e negociante. No entanto, isto não o impediu de receber o título de Barão de Ponte Alta, de ser nomeado membro das ordens da Rosa e do Cristo, nem tampouco o impossibilitou de concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais e eleger-se deputado. Aliás, o pai não teve a habilidade do filho que expandiu os negócios comerciais da província de Minas Gerais com outras províncias. Às margens do rio Grande ele construiu um sólido empreendimento que não só beneficiou todo o comércio daquela região central do Império como também deu início a uma nova fase de investimentos por parte do governo e de proprietários locais.

Sua fazenda era ponto obrigatório para todos quantos procuravam o litoral, ou dele regressavam. Ali receberam pousada muitos presidentes de província, comandantes de armas, senadores, deputados, chefes de polícia, engenheiros, tropeiros, carreiros, caminhantes, acolhendo a todos com franca hospitalidade, como em grande hotel – gratuitamente¹⁰⁸.

O cônego foi político de carreira, trilhando o caminho natural desde o legislativo municipal até a Câmara dos Deputados, passando pela Assembléia Legislativa Provincial. O barão começou a carreira política na Câmara Municipal da Vila de Uberaba onde gozava de grande influência dentre a elite dirigente. No ano de 1857, quando o cônego terminou de cumprir seu último mandato na Assembléia Legislativa Provincial e foi eleito deputado geral, o barão foi eleito deputado provincial e assumiu o lugar deixado pelo pai no legislativo provincial. No entanto, após cumprir uma legislatura na Assembléia Província de Minas o barão não voltaria ao legislativo da província. Por certo as atividades comerciais que ele mantinha no rio Grande tomavam todo seu tempo e por isso abandonou a carreira política na província. Mas na Vila de Uberaba ele continuou a atuar enquanto vereador.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 244.



Antônio Elói Casimiro de Araújo, o Barão de Ponte Alta. Fotografia a partir de retrato publicado por Antônio Borges Sampaio.

Embora pai e filho se distanciem no que diz respeito à formação enquanto indivíduo e também no tocante ao caminho percorrido por cada um na burocracia imperial, eles fazem parte de uma mesma estrutura de poder que governa e administra a nação. Ou seja, a família, com sua função política, social e econômica; a posse da terra, condição necessária para permanecerem naquela situação social privilegiada; e a religião católica, pois a Igreja era parte integrante do governo. Todas estas condições possibilitaram que ambos tivessem lugar nessa estrutura de poder que era a burocracia imperial e a Corte era o centro de toda esta estrutura. Inserida no governo representativo, a elite local da qual faziam parte pai e filho, passou a participar da administração do Império. A participação deles na política mineira oitocentista se deu tanto em sua respectiva região, como membros do legislativo municipal, como na província enquanto deputados provinciais. E esta participação também era importante para o governo imperial uma vez que “a efetiva participação das elites regionais na organização do Estado nacional foi condição para a unidade, de modo a impedir que tendências centrífugas retalhassem a antiga Colônia em diversos países”¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Miriam Dolhnikoff. “A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”. *Novos Estudos*, n. 70, novembro de 2004. p. 34.

Ora, o governo central sofria com a falta de homens capazes de preencher os cargos e postos criados nas vilas. Não apenas nas distantes localidades como também nas capitais provinciais. Indivíduos com formação superior eram escassos nas vilas e quando tinham acesso ao ensino superior geralmente se mudavam para um centro maior onde acabavam por se fixar. Miriam Dolhnikoff relata de que forma o governo central superou a dificuldade em preencher cargos, e conseqüentemente, propagar a Constituição e as leis do Império.

Nas primeiras décadas do século XIX havia uma grande dificuldade em estender a hegemonia do Estado a todo o vasto território da ex-colônia. A solução encontrada pelos liberais para garantir uma rede mínima de funcionários a serviço do Estado, inclusive nas localidades mais distantes, foi empregar as pessoas disponíveis nas vilas e municípios. Era preciso conferir poder às instâncias locais, as únicas então habilitadas para construir uma rede que alcançasse todo o território¹¹⁰.

Conseqüentemente, aqueles indivíduos cuja família já mantinha relações com o governo acabavam por acumular diferentes cargos em suas vilas. Foi o que aconteceu com pai e filho. Tanto o cônego como o barão satisfaziam perfeitamente as exigências da Corte para ocupar cargos públicos. Inseridos no aparelho institucional estes dois homens representavam sua região na política provincial e é claro defendiam os seus interesses específicos frente aos demais deputados.

Pai e filho foram também oficiais da Guarda Nacional. Com a criação da Guarda Nacional em 1831 o cônego Hermógenes foi eleito tenente-coronel do Batalhão do Desemboque, o que lhe aumentou o prestígio no âmbito da província. “A lei que lhe deu origem, de 18 de agosto, era bastante similar à lei francesa promulgada cinco meses antes” e dentre as suas funções estava a de “institucionalizar uma nova ordem legal e administrativa, promovendo a racionalização e burocratização das instâncias administrativas do Estado oitocentista brasileiro”¹¹¹. Flávio Henrique Dias Saldanha expõe que os oficiais da Guarda Nacional muito se beneficiavam em suas posições, uma vez que esta milícia possibilitava criar uma rede de relacionamentos favoráveis à carreira política. O autor defende a idéia de

¹¹⁰ Ibidem, p. 85.

¹¹¹ “A institucionalização e efetivação da Guarda Nacional em todo o território do Império refletia o estado de coisas no Brasil no segundo quartel do século XIX. O governo autoritário de D. Pedro I havia dado lugar à Regência e, com esta, novos rumos e novas experiências abriram-se para a nação e para aqueles que tomaram as rédeas do poder. Além disso, a atmosfera política encontrava-se bastante conturbada e em algumas regiões do país verificavam-se violentos protestos armados que colocavam em risco a integridade territorial do Império. Aquilata-se ainda o nacionalismo exacerbado, anti-lusitano, que incitava a permanente desconfiança diante dos movimentos oposicionistas de restauração, principalmente em relação ao Exército, cuja oficialidade era de ampla maioria portuguesa e simpática à *persona* de D. Pedro I”. In: Flávio Henrique Dias Saldanha. *Os Oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006. p. 31-32.

que a criação da milícia foi imprescindível para o fortalecimento das elites políticas regionais durante o Império. O cônego pediu afastamento de suas funções naquela milícia quando atuava no legislativo provincial. O filho atuou na Guarda Nacional até a proclamação da República.

Para ingressar na Guarda Nacional os indivíduos tinham que ser eleitos. E para o comando maior, ou seja, para os oficiais, não era diferente. Saldanha demonstra que

[...] o sistema eletivo era expressão válida de um instrumento de teste do prestígio social dos oficiais civis da Guarda Nacional pelo fato de eles mesmos estarem inseridos numa dinâmica de associação, de construção de uma nova ordem administrativa, principalmente durante a primeira metade do século XIX, quando existia uma carência de contingentes humanos necessários à consecução das instâncias burocráticas do Estado brasileiro. Sendo assim, os oficiais e praças da corporação civil concorriam para a formação dessa ordem, na medida em que desempenhavam seus serviços gratuitamente à nação, sob um sistema de troca de fidelidades, dádivas e mercês baseadas, por sua vez, na noção de honra social¹¹².

Ou seja, os oficiais eleitos para a Guarda Nacional eram aqueles indivíduos que tinham influência e autoridade em suas regiões e que por este motivo poderiam articular-se com as demais autoridades a fim de elegerem-se. E isto não se dava apenas a nível local, pois o nome dos oficiais eleitos deveria passar ainda pela aprovação do presidente da província. Portanto, fazendo-se presente na milícia “o mandonismo local ganhou corpo, limitado à precária vigilância superior dos dirigentes da capitania”¹¹³.

Na política municipal foram muitos os postos ocupados pelo Barão de Ponte Alta. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Uberaba desde 1848 até 1857; foi juiz de paz no quadriênio de 1865 a 1868; e foi nomeado também substituto de juiz municipal. Na polícia ocupou o cargo de subdelegado. O barão fez parte ainda de comissões realizadas pelo governo da província para explorar o rio Grande e verificar a existência de carvão de pedra na Serra da Canastra. Por conta de seus trabalhos no porto da Ponte Alta, por sua contribuição ao comércio entre Minas Gerais e outras províncias e por conta de sua participação na Guerra do Paraguai enquanto coronel comandante superior da Guarda Nacional, o governo imperial concedeu-lhe em 1879 o título de Barão de Ponte Alta.

Ilmar de Mattos demonstrou bem o funcionamento da burocracia imperial e observou como se dava a participação dos diferentes grupos no governo. O autor divide a participação política destes grupos em: *mais distantes*, *estrato intermediário* e *mais próximos*. No caso da

¹¹² Ibidem, p. 152.

¹¹³ FAORO, 1986, op. cit., p. 194.

atuação política do cônego ela transcende esta classificação. Vejamos o que isto quer dizer: ao longo do século XIX a atuação política do cônego vai desde o âmbito municipal até a Câmara dos Deputados. De vereador a deputado geral. Portanto, conquistando maior participação no governo representativo ele automaticamente se transfere do grupo dos *mais distantes* ao grupo dos *mais próximos*. Ou seja,

[...] os mais distantes não estão vinculados diretamente ao que denominamos de vida política, num sentido estrito; deixam-se absorver pelo seu existir cotidiano, mas passam a constituir uma força no momento em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina. [...] As alianças familiares combinadas com o compadrio tanto os aproxima como os afasta entre si, levando a que, por ocasião das disputas eleitorais, os elementos se disponham em grupo fiéis aos chefes locais, reforçando as linhas divisórias que, não obstante, tendem a se apagar pelo culto ao Imperador e pela fidelidade à Coroa¹¹⁴.

Já o *extrato intermediário*,

[...] é constituído pelos elementos que articulam os “mais distantes” e os “mais próximos”. [...] Servem-se para tanto da rede de instituições que o Estado imperial fora tecendo pelos tempos afora, assim como das alianças familiares que mencionamos há pouco. Como um Visconde de Ipiabas, exercem o comando da Guarda Nacional em seu município; como um Barão do Pati do Alferes, não só exercem o comando superior da Guarda Nacional numa comarca, como também procuram orientar a produção econômica, por meio da redação de memórias; como o Marquês de Valença, são membros da seção local da Sociedade, criam instituições e grêmios locais, como as Misericórdias, patrocinam a fundação de jornais em seus municípios, e neles muitas vezes comparecem como colaboradores¹¹⁵.

Os *mais próximos* compunham o grupo que estava ligado diretamente ao mundo do governo e que faziam parte da administração imperial.

São os deputados gerais, os presidentes de província, os ministros de Estado, os senadores e conselheiros de Estado. Anima-os a convicção da necessidade de preservação de uma ordem que concebem como natural. Comungam a idéia de que o fundamental para o Império reside no exercício pleno e eficiente do poder administrativo, e não no jogo político¹¹⁶.

¹¹⁴ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: formação do Estado Imperial*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 193.

¹¹⁵ Ibidem, ibidem.

¹¹⁶ Ibidem, ibidem.

Ora, como podemos observar, a carreira política do cônego transcende esta classificação proposta por Mattos. De *mais distante a mais próximo* ele efetivamente triunfou no mundo do governo. Já o filho estabeleceu-se no extrato intermediário, embora tenha sido um dos responsáveis pelo desenvolvimento do comércio interprovincial que projetou o Triângulo Mineiro no cenário econômico, social e político do Império, e conseqüentemente, da República.

Pai e filho seguiram também caminhos diferentes na política da província. O cônego trilhou sua carreira política no âmbito do Partido Conservador e o filho engrossou a fileira dos liberais. Para explicar as diferenças existentes entre estes dois partidos políticos durante o Império recorreremos novamente a Ilmar de Mattos. Os conservadores se autodenominavam os únicos detentores de um projeto realmente amplo, de caráter nacional, que abrangia todo o Império. Mas para a aplicação deste projeto era necessário que a vontade nacional não se curvasse ao interesses meramente provinciais. Ou seja, tratava-se de centralizar o sistema político da monarquia para assegurar a aplicação de um projeto nacional para todo o Império. Por outro lado, entre os ideais liberais prevalecia o interesse de “conduzir a política de modo que assegurasse o predomínio de cada grupo em seu âmbito provincial, e que deveria expressar-se numa distribuição tendencialmente mais equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial”¹¹⁷.

Havia, então, grande incompatibilidade entre os ideais conservadores e liberais. A citação a seguir reflete exatamente alguns aspectos desta incompatibilidade quando diz que os liberais

[...] buscavam definir de modo mais preciso a importância dos poderes políticos previstos pela Carta de 1824 e a hierarquização que deveria presidi-los. Sustentavam como premissa da Liberdade a prevalência do “Corpo Legislativo” ou “representação Nacional” (entenda-se, da Câmara temporária), pois somente assim estaria garantida a soberania nacional, permanentemente ameaçada – quer pela presença ainda avassaladora do elemento português, visto como absolutista e recolonizador, e que emprestava o colorido à “Restauração dos Saquaremas”, ao firmar o “pacto de aliança dos inimigos da liberdade com os inimigos da nacionalidade”, na denuncia contundente do Timandro; quer pelo crescente fortalecimento do Executivo, defendido pelos regressistas como a condição para superar a anarquia¹¹⁸.

A citação acima demonstra bem a diferenciação feita pelo autor quanto a liberais e conservadores. Os liberais almejavam certa descentralização da máquina estatal e do aparato

¹¹⁷ Ibidem, p. 117.

¹¹⁸ Ibidem, p. 153.

político-administrativo do Império. Ou seja, a descentralização do sistema político do Império – a monarquia descentralizada segundo Mattos – era tratada pelos liberais como a suposta democracia. Mas para os conservadores ela não era compatível com uma política geral e única para todo o Império e ameaçava a integridade do mesmo. Por isso a centralização política deveria ser levada a cabo. O Império brasileiro durou 67 anos e durante este largo período de tempo conservadores e liberais se revezaram no governo do Estado. No entanto, não havia “nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”¹¹⁹.

O fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de uma nova geração de líderes. Neste momento, apenas o pai estava já inserido no mundo do governo, no entanto, não ocupava ainda postos na política da província, estando atuante no legislativo municipal. Era vereador e de acordo com a Lei de Organização Municipal de 1º de outubro de 1828 estava sob estreita dependência dos governos provincial e central. Então, “ao final da Regência, a nova geração chegava ao Estado e ao Conselho de Estado, já dividida em conservadores e liberais”¹²⁰. Foi neste período que o filho ingressou na política municipal, mas o pai já articulava sua caminhada rumo ao legislativo provincial.

A realidade bipartidária do Império – embora tenha sido muito bem questionada por Ângela Alonso¹²¹ quando demonstrou que mesmo dentro destes dois grupos havia subdivisões ideológicas substanciais –, perdurou praticamente até a Proclamação da República em 1889. Se voltarmos um pouco mais no tempo podemos observar que a Constituição de 1824 impôs o princípio da monarquia unitária a todo o Império, lançando assim as bases legais da política oitocentista que se constituía de quatro poderes: Judiciário, Legislativo (com sistema bicameral: Câmara temporária e Senado vitalício), Executivo e Moderador (delegado única e exclusivamente ao Imperador). No entanto, a década de 1830 veio mostrar que havia certa incompatibilidade entre a Carta de 1824 e os anseios políticos da nação e tentar romper com as tendências absolutistas da Constituição.

Vendo-se incapaz de satisfazer a nação e o parlamento Pedro I abdica ao trono e inicia uma nova etapa na política imperial. Joaquim Nabuco disse que o 7 de abril de 1831 significou “um desquite amigável entre o Imperador e a nação, entendendo-se por nação a

¹¹⁹ De acordo com Ilmar de Mattos era comum a utilização desta frase em meados do século XIX. In: MATTOS, 2004, op. cit., p. 118.

¹²⁰ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996. p. 50.

¹²¹ Ângela Alonso. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

minoria política que a representa”¹²². As reformas na Constituição não tardaram em começar e os liberais tomaram a dianteira. A Câmara dos Deputados aprovou o primeiro projeto de reforma constitucional em outubro de 1831. O projeto liberal tinha como característica central a adoção da Monarquia Federativa, abrangendo a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, a extinção do poder Moderador e do Conselho de Estado e o fim da vitaliciedade no Senado. Ora, era de se esperar que tal projeto tivesse seu conteúdo drasticamente questionado e modificado.

Foi exatamente o que ocorreu, como demonstra Gabriela Nunes Ferreira: “o projeto recebeu uma série de emendas que eliminou seu perfil radical, resultando na lei de 12 de outubro de 1832, que fixava os artigos da Constituição que deveriam ser reformados – origem do Ato Adicional de 1834”¹²³. Um outro projeto foi aprovado nesse momento liberal. O Código do Processo Penal, de 29 de novembro de 1832, “representou uma mudança importante no sistema político-administrativo do Império, consagrando a autonomia local”. Ele “deu amplos poderes às autoridades eletivas locais: os juízes de paz, agora habilitados a formar culpa, prender e julgar pessoas acusadas de pequenos delitos, acumulando portanto funções judiciárias e de polícia”¹²⁴.

Os juízes de paz eram peças centrais de grande importância para a municipalidade. Eles eram eleitos na própria localidade e tinham papel importante no jogo político. Estar em consonância com o juiz de paz significava estar em consonância com o mesmo jogo. Neste sentido a família estava muito bem articulada. Um outro filho do cônego ocupou por largo período o cargo de juiz de paz da paróquia do Desemboque. Ou seja, estamos falando de uma elite familiar local que tinha ótimas referências não só na sua localidade, pois estava tão bem articulada ao governo da província. Esta elite local praticamente dominou o cenário político municipal através da eleição, da nomeação e da indicação de seus membros por parte das autoridades constituídas no mundo do governo.

Na política municipal, pai e filho viam chegar as conseqüências das mudanças liberais na Constituição. Aprovando também o Ato Adicional em 1834 os liberais lançavam as bases de seu federalismo. O Ato Adicional emprestou às províncias certa autonomia e de certa forma acalmou os ânimos da elite provincial. Criaram-se as Assembléias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais. As Assembléias deixaram de ser meras instituições administrativas e ganharam importância política. Elas detinham agora o direito de

¹²² Gabriela Nunes Ferreira. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 25-26.

¹²³ FERREIRA, 1999, op. cit., p. 27.

¹²⁴ Ibidem, ibidem.

decidir a respeito do orçamento provincial e municipal, fixando as receitas e despesas, e podiam também criar novos impostos. O legislativo municipal estava sob as ordens do provincial. Até mesmo seus funcionários teriam de passar pelo crivo da província para serem aprovados. Ora, isto vem confirmar nossa hipótese de que gozava a família de muito boa influência dentre a elite provincial. Fato este que por certo facilitou a carreira política de pai e filho.

Analisando as Atas da Câmara Municipal do Desemboque, que compreendem o período de 1833 a 1869, pudemos observar que a atuação do cônego frente à administração local foi de longe a mais assídua dentre todas as outras autoridades. Sua presença nas sessões era digna de um religioso nos tempos de seminário. Ele simplesmente não deixava de comparecer às reuniões. Sua ausência passou a ocorrer a partir de 1850 quando foi eleito deputado provincial.

Quando em 1852 o cônego presidiu a Câmara Municipal do Desemboque, mais especificamente na sessão ordinária de 7 de janeiro, um acontecimento marcou a reunião. Feita a chamada dos presentes viu-se que estava ausente o Sr. Azevedo, vereador que há muito tempo não comparecia às sessões e nem mesmo justificava sua ausência. Na condição de presidente – naquela ocasião o cônego foi chamado para presidir a sessão por conta da ausência oficial do presidente que se encontrava na capital da província – o cônego fez votação dentre os vereadores presente para dar fim ao desapareço daquele senhor em relação ao poder constituído. Discutida a situação dentre os presentes, o escrivão registrou o seguinte:

O Sr. Presidente fez a leitura do artigo vinte e oito da lei do primeiro de outubro de mil oitocentos e vinte oito e declarou estar em deserção a falta sem justificado motivo do Sr. vereador Azevedo e não havendo quem tomasse parte na discussão e posta a falta a votação foi o senhor vereador multado em dous mil réis para as obras do conselho por unanimidade de votos dos senhores vereadores presentes e logo fiz a competente cargo no Livro de Receita¹²⁵.

O fato, que pode ser visto como algo corriqueiro pelo observador desatento, demonstra a efetiva aplicação das leis imperiais naquela instância municipal do Império. O funcionamento da administração municipal dependia do trabalho e da aplicação, por parte de seus funcionários, das leis e da Constituição. Os assuntos discutidos na Câmara Municipal do Desemboque versavam sobre os mais diversos temas de interesse daquela municipalidade,

¹²⁵ *Sessão Ordinária da Câmara Municipal da Vila do Desemboque de 7 de janeiro de 1852*. Livros de Atas da Câmara Municipal do Desemboque. Fonte: Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik.

como o comércio, a organização e distribuição das tarefas entre os funcionários, a cobrança de taxas e impostos aprovados pelo legislativo provincial, questões religiosas, obras públicas, transporte, sobre a organização e realização das eleições locais, provinciais e gerais. Ou seja, a Câmara Municipal tinha assuntos importantes para tratar e a ausência constante de um de seus vereadores, que inclusive continuava recebendo seus vencimentos, não deveria ser tolerada. E isto provavelmente não se tratava de perseguição política, uma vez que a ausência daquele vereador já vinha sendo motivo de alarde entre os demais vereadores desde anos anteriores. Portanto, a punição ao vereador, que foi afastado de suas funções e teve que ressarcir os cofres do município, foi encabeçada pelo cônego e demonstra o caráter legalista e o alinhamento daquela municipalidade com os anseios do governo central.

Os livros de atas constituem uma vasta documentação, no entanto, há um problema no que se refere à coleta de informações. Esta documentação oficial é muito ampla, repetitiva e pouco elucidativa. A leitura torna-se bastante cansativa à medida que os atos e procedimentos oficiais se repetem e o escrivão vai registrando os acontecimentos. Sendo assim, extraímos o que foi possível para compreender a atuação do cônego no legislativo imperial. O que vimos foi um homem atento aos ditames do governo provincial, intencionalmente articulado às demais autoridades locais, e que a partir de 1850 torna-se a principal conexão entre província e município. O cônego serviu de referencial às gerações mais novas que iniciavam suas carreiras na burocracia imperial.

Após a aprovação do Ato Adicional o Império passou por um momento muito conturbado que ameaçou até mesmo a unidade territorial. A renúncia de Diogo Feijó da regência marcou o início do regresso conservador e marcou também o início de diferentes rebeliões ao longo do território nacional: a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, a Farroupilha no Rio Grande do Sul e a Revolução Liberal em Minas Gerais e São Paulo. Tais rebeliões abalaram as estruturas do Império, mas não foram suficientes para barrar o regresso conservador. Em sua obstinada empreitada centralizadora os conservadores aprovaram a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840; reformaram o Código do Processo Criminal, lei número 261 de 3 de dezembro de 1841; e reorganizaram a Guarda Nacional, lei número 602 de 19 de setembro de 1850.

Embora as reformas conservadoras tivessem caráter centralizador elas não anularam as autoridades locais constituídas. Tanto José Murilo de Carvalho quanto Richard Graham são unânimes em dizer que governo central e autoridades locais dependiam um do outro e que passaram a se relacionar de forma que o governo intermediava as necessidades das autoridades locais. Ambos dependiam um do outro para beneficiar a governabilidade.

Gabriela Nunes Ferreira observa bem como ficou o panorama imperial após as reformas da Constituição e reformas conservadoras:

Chegamos, em meados do século XIX, a uma estrutura política e administrativa bastante centralizada, os dois tipos de centralização reforçando-se mutuamente. No plano político, a centralização manifestava-se em instituições como o Poder Moderador, apoiado pelo Conselho de Estado; o Senado vitalício, com membros nomeados pelo imperador; e a nomeação dos presidentes de província pelo governo central. No plano administrativo, a centralização firmou-se com o fim do princípio eletivo no sistema judiciário e policial, e sua substituição pelo princípio hierárquico – sob o comando do poder central. Os traços gerais do sistema político resultante desse processo de centralização são conhecidos: dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, arbitrados pelo Poder Moderador, que assegurava uma alternância no poder¹²⁶.

Liberais e conservadores se revezaram no poder durante todo este período e devido às divergências relativas aos rumos a serem adotados pelo governo central terminaram por enfrentar-se não apenas no campo ideológico. Em 1842 chegaram às vias de fato e levaram as disputas políticas para o campo da luta armada. A Revolução Liberal de 1842 tornou-se uma triste realidade, necessária de acordo com os liberais. As províncias de São Paulo e Minas Gerais, as mesmas que haviam prontamente se manifestado a favor do governo do príncipe regente Pedro I, agora se rebelavam contra o posicionamento dos conservadores que compunham o governo de Pedro II. Embora as batalhas ocorridas nestas duas províncias tenham extrapolado os limites geográficos das vilas de Barbacena e Sorocaba, respectivamente em Minas Gerais e São Paulo, não ocorreram grandes enfrentamentos na região da vila do Desemboque.

O Barão de Ponte Alta, ligado ao Partido Liberal, foi eleito deputado provincial em 1857, passando a integrar a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais no ano em que o pai fora eleito deputado geral. Um ilustre mineiro daquele período, político conservador, membro da Assembléia Provincial e posteriormente senador, Manoel Teixeira de Souza (Barão de Camargos) disse em relação ao barão:

O Sr. Elói deixou entre seus colegas muitas e merecidas simpatias, bem como em toda a sociedade ouro-pretana. Não era orador, mas compenetrava-se facilmente da importância dos negócios que se discutiam no recinto da Câmara, nas comissões e nas reuniões particulares. Formava convicção segura sobre os interesses da província, e, uma vez senhor deles, não havia pedidos de interessados que o demovessem; podia,

¹²⁶ FERREIRA, 1999, op. cit., p. 37.

pois, o governo, podia o corpo legislativo contar certo com seu voto justiceiro na deliberação dos negócios¹²⁷.

As palavras do Barão de Camargos sobre o Barão de Ponte Alta revelam uma característica peculiar da atuação tanto do Barão de Ponte Alta como do cônego Hermógenes. Ambos não eram grandes oradores que proferiam longos discursos no recinto da Assembléia Provincial, mas por outro lado tiveram efetiva participação nos trabalhos das comissões de poderes e nas reuniões reservadas aos deputados dentro da Assembléia. No entanto, mostravam-se inteirados a respeito dos assuntos discutidos, participavam da discussão dos diferentes projetos apresentados naquela casa e debatiam os interesses da província que naquele momento buscava novas possibilidades de crescimento econômico através da expansão da agricultura e da pecuária e da adoção de uma política mais ampla no que se refere à infraestrutura, pois a Assembléia Provincial recebia diariamente pedidos de construção de obras públicas em todo o seu território.

O Barão de Camargos foi amigo do cônego Hermógenes. Foi também político chefe e grande articulador dos conservadores da província de Minas Gerais. Ocupou diversos cargos no governo e na burocracia imperial. Foi Inspetor da Tesouraria Geral da Fazenda de Minas Gerais em 1841; Inspetor da Tesouraria Geral em 1842; Secretário da Presidência da Província em 1849; deputado provincial na 3ª e na 7ª legislatura; deputado geral na 8ª e 9ª legislatura; sendo nomeado senador em 1860. Em 1871 recebeu o título de Barão de Camargos e em 1876 foi nomeado vice-presidente da província¹²⁸.

A relação mantida pelo cônego e pelo filho com o Barão de Camargos, por certo, trouxe benefícios a ambos. Eles não apenas se encontravam nas reuniões da Assembléia Provincial, ou mesmo na Assembléia Geral no Rio de Janeiro, o cônego era hóspede do senador durante sua presença na capital da província de Minas Gerais. No entanto, a estreita relação mantida entre o cônego e o senador será analisada em tópico específico, tendo como fonte as correspondências trocadas por ambos.

¹²⁷ Antônio Borges Sampaio. *Uberaba: história, fatos e homens*. Vol. 1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. p. 271-272.

¹²⁸ Marcella Marques Bonsembiante. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2006.

3.2 Antônio Borges Sampaio: memorialista do sertão.

Outro importante personagem desta história imperial é Antônio Borges Sampaio. O homem que tornou pública a história do antigo Sertão da Farinha Podre e de seus mais importantes exploradores. De certa forma foi ele quem inaugurou os estudos sobre a memória daquela região e que deixou registrado nos periódicos do Império e da República as suas impressões enquanto um representante contemporâneo daquela história até então desconhecida. Talvez tenha sido o acaso que o trouxera desde Portugal até aquele longínquo sertão. Mas o fato é que ele não apenas passou a viver proximamente com os antigos habitantes daquela região tão estratégica da província de Minas Gerais, ele efetivamente passou a fazer parte da sua mais importante família.

Nascido a 2 de janeiro de 1827 na freguesia de Valença do Douro, província da Beira Alta, Sampaio era filho único e seus pais, assim como a maioria dos habitantes daquela região, eram agricultores. Em 1833, quando ele tinha apenas 6 anos de idade, seus pais faleceram e ele foi entregue a uma tia para que o criasse. Foi então morar com os tios na província de Trás-os-Montes, onde aprendeu as primeiras letras. “A estes bons tios devo o ter aprendido rudimentarmente as primeiras letras; única instrução que no pequeno povoado se podia então obter de mestres particulares: eram pobres os bons velhos, não puderam dar-me outra”¹²⁹.

Saiu da casa dos tios em agosto de 1844, rumo à cidade do Porto, onde pegou um navio para o Brasil. Chegou ao Rio de Janeiro em novembro do mesmo ano e em seguida embarcou novamente, desta vez rumo a Santos, para onde havia sido enviado seu passaporte.

Fixou-se em Santos no ano de 1844 e naquela cidade passou a trabalhar com o comércio de Sal. No ano de 1847 foi designado pelo seu patrão para administrar uma comissão fundada em Uberaba, na província de Minas Gerais, que visava facilitar o comércio de sal com o litoral. Consequentemente ele se estabeleceu naquela vila e a partir daí passou a ter contato direto com a família do cônego. Em 1849 casou-se com Maria Casimira de Araújo, uma das filhas do cônego Hermógenes. Teve negócios relacionados ao comércio de sal com o Barão de Ponte Alta e ocupou diferentes cargos públicos naquela vila ao longo de sua vida.

Antônio Borges Sampaio foi admitido como correspondente do IHGB e do Arquivo Público Mineiro. Escreveu seguidas vezes para essas duas instituições e teve muitos de seus artigos publicados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Dentre eles uma pequena

¹²⁹ SAMPAIO, 1971, op. cit., p. 217.

biografia sobre o cónego Hermógenes, outra sobre o Barão de Ponte Alta, um artigo biográfico sobre a esposa e muitos outros sobre a região da Farinha Podre, suas estradas e caminhos, sobre a luz elétrica em Uberaba, sobre festas populares, etc. A partir de 1861 Sampaio passa também a ser “correspondente do *Jornal do Comércio*, do Rio, o maior e mais influente do país no século XIX”¹³⁰.

Ao IHGB enviou alguns documentos manuscritos e outros impressos de grande importância para a história da região da Farinha Podre e alguns outros relacionados ao cónego Hermógenes, tais como documentos sobre a construção da Ponte da Jaguará – grande obra sobre o rio Grande, da qual trataremos no capítulo seguinte – outros relativos à Guarda Nacional, documentos relativos à eleição do cónego Hermógenes para as Cortes de Lisboa e para a Assembléia Geral Legislativa, sobre eleição na região da Farinha Podre, dentre outros¹³¹.

Em artigo intitulado *Notas Autobiográficas*¹³², escrito em 1896, Sampaio registrou que “fazer parte de tão ilustrada corporação, composta de cidadãos distintos por posição social e sabedoria, é para mim um consolo; um lenitivo aos dissabores que os empregos públicos, os encargos da família e a política, me fizeram tragar”. A tão ilustrada corporação a que se referiu é o IHGB. Sampaio escreveu também para diversos jornais da Corte, tais como o *Correio Mercantil*, *a Reforma*, *Nação* (de Niterói), o próprio *Jornal do Comércio*, assim como o *Uberabense* da cidade de Uberaba. Em 1874, trabalhando ao lado de Henrique Raimundo des Genettes, Sampaio teve importante participação na fundação da imprensa em Uberaba. Lançaram o primeiro número de *O Paranahyba*, “jornal dedicado aos interesses comerciais, agrícolas, industriais e fabris dos sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso”¹³³. Nas *Notas Autobiográficas* fez questão de lembrar a visita do Conde D’Eu à sua residência, quando o mesmo visitara a cidade de Uberaba no dia 20 de março de 1889. Antônio Borges Sampaio foi naturalizado cidadão brasileiro através de Carta Imperial de 6 de setembro de 1851.

Instalado na cidade de Uberaba, Sampaio logo se inseriu no seio da elite política local. Mesmo não tendo diploma de ensino superior, ele alcançou prestígio e distinção dentre a sociedade daquela região. Exerceu cargos na instrução pública do município, foi diretor efetivo do círculo literário, delegado geral da instrução pública, diretor da Escola Normal de

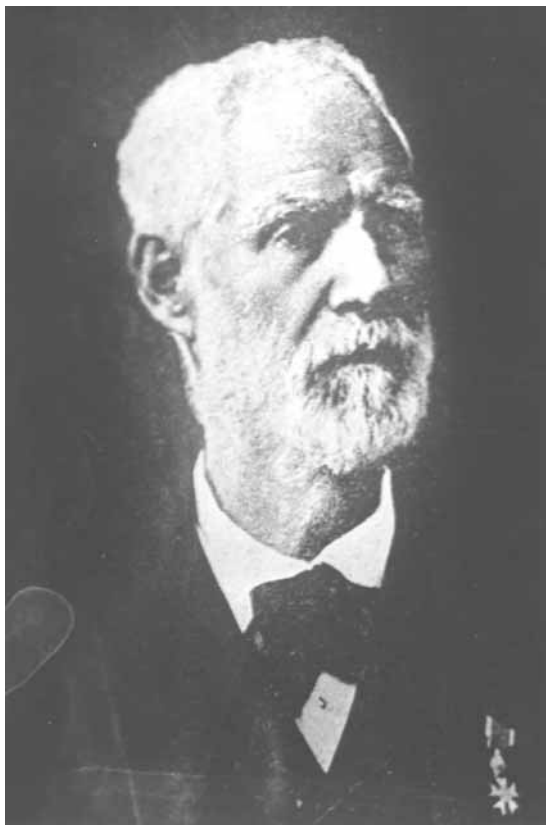
¹³⁰ Guido Bilharinho. *Uberaba: dois séculos de história* (dos antecedentes a 1929). Vol. 1. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007. p. 98.

¹³¹ Estes documentos enviados por Sampaio ao IHGB foram relacionados no primeiro capítulo. Ver nota de rodapé número 8.

¹³² SAMPAIO, op. cit., 1971.

¹³³ BILHARINHO, 2007, op. cit., p. 109.

Uberaba, entre outros. Foi nomeado curador geral de órfãos do Termo de Uberaba por ofício de 20 de abril de 1854, promotor público adjunto em 1873, tendo sido efetivado no cargo em 1879. Exercia a atividade de advogado, aprovada por uma provisão vitalícia de 4 de fevereiro de 1856 e também advogava pelo foro eclesiástico da diocese de Goiás.



Antônio Borges Sampaio em fotografia do início do século XX. Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Na política municipal foi eleito vereador e por algumas vezes presidente da Câmara. Trabalhou ainda na saúde pública como secretário da Santa Casa de Misericórdia, exerceu também o ofício de farmacêutico, para o qual recebeu do governo imperial um título com autorização vitalícia. Fez parte também de algumas associações de caridade para tratamento de enfermos e até mesmo de uma associação denominada Clube Abolicionista, isso no ano de 1883, momento em que se aproximava o fim da escravidão e que se espalhavam pelo território do Império as agremiações, clubes e associações para defesa da causa abolicionista.

Sua atuação política na cidade de Uberaba teve alguns momentos bastante conturbados. Em 1861, quando se encontrava em Niterói, Sampaio recebeu ordem de prisão “em decorrência de precatória expedida contra ele pelo juiz de direito da comarca de Uberaba

por crime de concussão imputado por seus adversários conservadores, tendo o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro julgado sem base o processo”¹³⁴. Em 1885 Sampaio foi vítima de um atentado no interior de sua farmácia. Saiu ileso, mas um companheiro seu levou um tiro à queima-roupa. De acordo com Sampaio os agressores foram identificados apenas como membros do Partido Conservador e não foram punidos. Em 1888 novo atentado foi registrado contra sua vida. Desta vez a situação foi mais grave pois arrombaram as portas de sua farmácia e crivaram de balas o seu interior. Novamente ele nada sofreu, mas foi intimado no dia seguinte junto a outros envolvidos e foi aconselhado a deixar aquela municipalidade por algum tempo.

As disputas políticas entre conservadores e liberais que levaram a estes seguidos ataques estavam intimamente ligadas a dois motivos principais. O primeiro dizia respeito à manipulação do processo eleitoral, tanto para as eleições municipais como provinciais e gerais. Neste sentido os dois lados se envolveram em constantes ataques com direito a agressões físicas, mortes, manipulação de autoridades, boicotes e todo gênero de ilegalidades possíveis. O segundo motivo estava relacionado à imprensa. O surgimento dos jornais locais provocou uma nova onda de discussões e disputas políticas. A elite local tornou-se suscetível aos artigos de toda ordem que provocavam as autoridades, escandalizavam a opinião pública e faziam cabeças rolaem. O fato era agravado pois os autores podiam atacar seus adversários sem mesmo se identificar. Assim, não demorou muito para que os poderosos daquela localidade iniciassem uma verdadeira batalha pelo controle da imprensa. Sampaio, como sempre escreveu e expôs suas opiniões na imprensa, sofreu com as conseqüências¹³⁵.

Antônio Borges Sampaio fez questão de lembrar a participação da população nos movimentos organizados em Uberaba em razão da Guerra do Paraguai. Os habitantes daquela cidade se prontificaram a fornecer provisões aos soldados que marchavam para o Mato Grosso. O então presidente da província de Minas Gerais, Conselheiro Pedro d’Alcântara Cerqueira Leite, incumbiu a Câmara Municipal de Uberaba de estabelecer acampamentos com provisões de alimentos ao exército. Os acampamentos deveriam ser feitos de quinze em quinze quilômetros desde aquela cidade até a divisa com a província de Goiás, assim os soldados marchariam com mais segurança e em melhores condições até o local da batalha¹³⁶.

¹³⁴ BILHARINHO, 2007, op. cit., p. 97.

¹³⁵ Consta que em 1888, depois do atentado sofrido e por conta da falta de punição aos responsáveis, Sampaio dirigiu-se até a Corte e “depois de audiência com D. Pedro II logra que fossem responsabilizados e processados os conservadores João, Antônio, José e Amâncio Borges de Araújo, que, todavia, são absolvidos em júri realizado, em 8 de abril desse ano, em Sacramento”. In: BILHARINHO, 2007, op. cit., p. 132-133.

¹³⁶ Em 1865 “chegam a Uberaba, vindas de São Paulo, as forças expedicionárias que se destinam a invadir o norte do Paraguai com mil e poucos homens sob o comando do coronel Manoel Pedro Drago, aqui incorporando-

Sampaio atuou como tenente-cirurgião da Guarda Nacional e trabalhou junto às forças militares que durante a Guerra do Paraguai se reuniram em Uberaba para depois se dirigir ao Mato Grosso. Estas atividades realizadas por ocasião da Guerra do Paraguai visavam facilitar o acesso dos combatentes à região de Mato Grosso, onde se desenrolava a guerra. Também coube ao povo de Uberaba facilitar o provimento de gêneros alimentícios, remédios e material médico aos soldados. Sampaio foi designado pelo governo provincial a fazer parte de uma comissão que promovia o alistamento de voluntários, o aquartelamento de recrutas e a substituição de guardas nacionais.

A vida familiar de Sampaio foi trágica em alguns momentos. Logo aos seis anos de idade a morte levou seus pais de uma só vez. Sampaio diz que a causa foi uma epidemia de *Cholera-morbus*. Ele era filho único e acabou sendo entregue aos cuidados de uma tia que vivia com o marido na freguesia de Goivães do Douro. Onze anos depois, em 1844, ele saiu da casa dos velhos tios e deixou Portugal. Cruzou o Atlântico determinado a estabelecer-se no Brasil. O imenso Império tropical parecia uma alternativa atraente ao jovem português, talvez fosse a mais viável das opções.

O consórcio com Maria Casimira de Araújo trouxe três filhos ao casal, no entanto um morreu ainda criança. Os outros dois eram Hermógenes Sampaio, nascido em 1850, e Zeferino Borges Sampaio, nascido em 1853. Hermógenes Sampaio, o filho mais velho, foi enviado a estudar no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, tornou-se monge beneditino. Da capital imperial o mosteiro enviou o jovem para estudar em Roma, onde ordenou-se sacerdote. Mas a morte continuava a perseguir o português e acabou por tirar-lhe outro filho. Registrou em suas *Notas Autobiográficas* que o filho mais velho, “voltando ao Brasil, vindo em missão de seu ministério à Uberaba, faleceu em minha casa no dia 14 de julho de 1888”¹³⁷. O filho caçula, Zeferino Borges Sampaio, trabalhava como negociante em Uberaba, era casado e vivia em companhia do pai. Em pesquisa realizada no Arquivo Público de Uberaba encontramos uma fotografia de Antônio Borges Sampaio, onde ele aparece sozinho, e também uma das raras fotografias em que ele aparece com a família. São estas duas fotografias que ilustram este tópico.

As fotografias dos filhos do cônego Hermógenes – a de Maria Casimira de Araújo Sampaio, na foto com o esposo e os filhos, e do Barão de Ponte Alta – possibilitaram-nos chegar o mais próximo possível do rosto do cônego. Vê-se que o barão tinha a testa

se com a brigada oriunda da capital mineira (também de mil e poucos soldados), comandada pelo tenente-coronel Antônio Enéias Galvão Filho, e com outros contingentes menores de procedências diversas, num total de quatro mil e poucos combatentes”. In: BILHARINHO, 2007, op. cit., p. 100.

¹³⁷ SAMPAIO, 1971, op. cit., p. 218.

proeminente, o rosto reto, cabelo e barba volumosos. Talvez fosse muito parecido ao pai, talvez o fosse com a mãe. Mas a filha Maria também demonstra certo desenho característico da testa. A testa bem talhada é uma característica que observamos em outros membros da família do cônego.

Em suas *Notas Autobiográficas* fez lembrar também de outras atividades que o interessavam e que ele desenvolvia de forma amadora. Sampaio coletava informações relativas ao clima da sua região em uma pequena estação meteorológica que possuía montada em sua residência.

Mantenho um observatório, com aparelhos corretos pelos do Rio de Janeiro, que os Srs. Conde d'Eu, Dr. Lacaille e Dr. Azevedo Pimentel viram, achando-os o Sr. Dr. Cruls em boa colocação. Deles registro diariamente, na hora internacional simultânea – a pressão atmosférica, em barômetro de mercúrio; a temperatura máxima e mínima; a tensão do vapor; a evaporação ; o estado higrométrico; a umidade relativa; o ozone; a extensão e densidade das nuvens; a força e direção do vento; a altura da chuva em milímetros e dias dela; outros fenômenos atmosféricos mais notáveis. No fim de cada mês apuro os extremos e médias destes registros, os quais tem sido publicados mensalmente no Jornal do Comércio e os tenho fornecido a diversos¹³⁸.

¹³⁸ Ibidem, p. 223.



Fotografia da família. Da esquerda para a direita vê-se o filho mais novo Zeferino Borges Sampaio, dona Maria Casimira, o filho mais velho Hermógenes Sampaio e Antônio Borges Sampaio. Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

A atuação de Sampaio enquanto escritor, investigador e divulgador de assuntos ligados ao processo de consolidação política, econômica e cultural do Triângulo Mineiro e da inserção desta região na vida política do Império tem uma grande relevância. Ao mesmo tempo seu texto autobiográfico insere devidamente o autobiografado no desenrolar deste processo. A sua história é de certa forma a história daquela região.

O processo em curso é o processo de construção da nação, no entanto visto por outra perspectiva não menos importante dentro deste processo. A perspectiva de um homem que vivia em uma região distante do centro político do Império, mas que atuava em consonância com a Monarquia Constitucional e fazia parte da vida política do Império. Talvez por isso Sampaio preocupou-se em demonstrar a sua ligação com o mundo do governo – representada pelos cargos públicos ocupados, pela participação política na Câmara Municipal de Uberaba, pelo fato de ter recebido autoridades em sua casa, como o Conde D’Eu, e claro, pela sua participação como correspondente do IHGB e do Arquivo Público Mineiro, instituições que simbolizavam a cultura imperial. A exaltação destes fatos servia como distinção às elites locais e indicava a presença das mesmas nas instituições político-administrativas do Estado imperial. Seria também uma forma de inserção na história da construção da nação, tomada por esta elite local como um projeto ao qual ela estava direta e indiretamente vinculada. Enfim, como escrevera Ilmar de Mattos, “era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – o mundo civilizado, o qual era animado, então, pelo ideal de progresso”¹³⁹.

Em 1868, por decreto de 25 de abril, Sampaio foi condecorado com a nomeação de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Segundo ele próprio lembrou, “o monarca, entendendo que tais serviços eu os desempenhara a bem da integridade do Brasil, sem solicitação minha, honrou-me com a nomeação”¹⁴⁰.

A vida e a obra de Antônio Borges Sampaio foram analisadas em uma dissertação de mestrado. O trabalho produzido por Augusto Rischitelli intitula-se *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*¹⁴¹. Neste trabalho o autor analisa que o período entre os anos 1896 e 1909 – quando Sampaio publicou muitos artigos na *Revista do Arquivo Público Mineiro* – “coincidiu com um momento fértil de debates de identidade local no Triângulo Mineiro, em específico na cidade

¹³⁹ MATTOS, 2004, op. cit., p. 23.

¹⁴⁰ SAMPAIO, 1971, op. cit., p. 224-225.

¹⁴¹ Augusto Bragança S. P. Rischitelli. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2005.

de Uberaba”¹⁴². Assim, analisando a produção historiográfica de Sampaio, Rischiteli sugere que o mesmo

[...] evidenciou em sua produção o aspecto da mineiridade da região do Triângulo Mineiro, ressaltando os vínculos do Sertão da Farinha Podre a Minas Gerais, contrapondo-o com o movimento que identificava a região com São Paulo e com aquele que ressaltava a singularidade da região e visava a sua emancipação¹⁴³.

Antônio Borges Sampaio foi, portanto, o memorialista do sertão. O “historiador luzeiro do Sertão da Farinha Podre” segundo Rischiteli. Escreveu inúmeros artigos e divulgou a história do antigo Sertão da Farinha Podre na imprensa nacional. Após a Proclamação da República continuou com suas atividades de escritor na imprensa e passou a se corresponder sistematicamente com o Arquivo Público Mineiro, publicando diversos artigos nesta instituição que é uma das mais antigas casas de cultura do Estado de Minas Gerais. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* vem sendo publicado desde 1896 até os dias de hoje, sendo um dos mais antigos periódicos do Brasil que ainda segue sendo publicado¹⁴⁴.

¹⁴² Ibidem, p. 31.

¹⁴³ Ibidem, ibidem.

¹⁴⁴ Para maiores informações a respeito da *Revista do Arquivo Público Mineiro* ou mesmo para efetuar pesquisas e consultas no acervo do *Arquivo Público Mineiro* basta acessar o site daquela instituição (www.cultura.mg.gov.br). O acervo da instituição vem sendo digitalizado e a revista já disponibiliza seus números para serem baixados pela internet.

4 O LEGISLADOR SAQUAREMA: AUGÉ DA CARREIRA E FIM DA VIDA PÚBLICA.

4.1 Na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais (1850-1857).

Este fenômeno da articulação de grupos familiares locais ao governo imperial é a base para nossa análise, um ponto no qual observamos surgir o esboço de uma articulação econômica, política e social de um político de carreira que se beneficiou da teia de relações familiares para chegar até a Câmara dos Deputados. Tais vínculos colocavam-se como que uma necessidade comum a todos aqueles que almejavam participação política. Através dos vínculos familiares os indivíduos travavam também vínculos de compadrio e os jovens filhos da aristocracia rural se beneficiavam de padrinhos políticos importantes que muitas vezes eram a porta de entrada para o cenário político.

Desta forma muitos ingressavam nas câmaras municipais de suas respectivas vilas e posteriormente se articulavam para as eleições legislativas provinciais e até mesmo para as eleições gerais para a Câmara dos Deputados. Foi exatamente este o caminho percorrido pelo cônego Hermógenes Brunswik em sua caminhada dentro do Legislativo do Império. Iniciando sua vida pública como membro atuante das câmaras municipais de Araxá e do Desemboque ele foi eleito em 1850, como um dos deputados mais votados, para a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais.

Porém, no caso da carreira política ascendente do cônego há um fato interessante que deve ser levado em consideração quando se analisa sua atuação. O cônego era um homem de idade bastante avançada quando foi eleito deputado provincial em 1850. Tinha 67 anos naquela ocasião e como não residia na capital da província tinha que percorrer toda a distância desde sua freguesia até Ouro Preto para as reuniões da Assembléia Legislativa Provincial. Ou seja, uma distância de mais ou menos 500 km. Levando-se em conta a péssima condição das estradas e caminhos da província naquele período entende-se que empreender esta viagem não era uma tarefa tão simples¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Na documentação da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, analisada neste capítulo, observamos que a província carecia de melhores caminhos e estradas de rodagem que pudessem fazer a ligação entre as suas vilas e freguesias, e conseqüentemente, conectar as áreas produtoras aos seus respectivos mercados consumidores. Muitos dos pedidos, requerimentos e ofícios enviados pelas câmaras municipais e também por moradores das regiões mais afetadas pela falta de infra-estrutura para a Assembléia Legislativa Provincial versavam sobre a necessidade de investimentos em obras públicas, principalmente a abertura de novos caminhos e estradas e a construção de pontes.

O fato não era uma particularidade. De todos os lados da província partiam os deputados eleitos a tomar posse na Assembléia Legislativa Provincial e para muitos a imperial cidade do Ouro Preto estava a muitas léguas de distância; um longo e penoso caminho a ser percorrido no lombo de mulas. Além do mais era necessário levar consigo mantimentos e os utensílios de uso pessoal, pois nem sempre se alcançava algum pouso onde passar a noite e até mesmo porque ficavam por alguns meses instalados na capital até o encerramento da legislatura. Observamos que a maioria dos deputados provinciais que atuaram junto ao cônego a partir da 8ª legislatura eram mais novos do que ele. Talvez por isso ele tenha sido um dos mais atuantes deputados daquele período, eleito logo em sua primeira legislatura para fazer parte de diferentes comissões de poderes naquela Assembléia.



Vista panorâmica da cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais. Fotografia do final do século XIX, provavelmente da década de 1880. Fonte: <http://www.ouropreto-ourtownworld.jor.br/OPantigo.htm>.

A idade por um lado pode tê-lo favorecido no que diz respeito à hierarquia dentro da Assembléia e também quanto ao respeito dos demais deputados. Por outro lado, o impediu de prosseguir carreira na estrutura burocrática do Estado imperial. Ela o impediu até mesmo de terminar o mandato para o qual havia sido eleito na Câmara dos Deputados. No momento em

que ele estava convivendo cotidianamente com os saquaremas da Corte e mais do que nunca atrelado aos anseios do Partido Conservador a idade o impediu de continuar a ascendente carreira. Ou seja, quando seu nome tornou-se bastante conhecido na Corte, quando um possível cargo no executivo ou outra nomeação pareciam mais próximos, a saúde debilitada e a avançada idade cobraram seu preço. Não fosse isso o cônego Hermógenes por certo teria alcançado outros postos importantes na estrutura do Estado imperial.

Como observou Cecília Helena de Salles Oliveira, em seu trabalho sobre Zacarias de Góis e Vasconcelos, a projeção nacional vinha principalmente após a atuação na Câmara dos Deputados. A partir daí o indivíduo poderia ascender a uma vaga no Senado, no Conselho de Estado e até mesmo em algum ministério do Império. Zacarias de Góis e Vasconcelos iniciou sua carreira como deputado provincial na Bahia em 1843; posteriormente foi presidente das província do Piauí e Sergipe e a partir de 1850 ingressou na Câmara dos Deputados. Foi conservador no início de sua carreira, mas passou progressivamente para o lado liberal, fazendo o caminho inverso ao trilhado pelo mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos.

No ano de 1849, ano em que foi realizada a eleição para deputados provinciais para a 8ª legislatura – que começava em 1850 e tinha duração de dois anos –, a província de Minas Gerais possuía 49 colégios eleitorais em todo seu território. As informações constantes nas atas de apuração mostram ainda que o número total de eleitores da província era de 1730 e que deveriam ser eleitos 36 deputados em toda a província. O cônego Hermógenes foi eleito com 1106 votos, sendo que o primeiro colocado havia sido eleito com 1131 votos. Feita a apuração dos votos os deputados eleitos foram comunicados sobre os resultados e os respectivos diplomas foram aprovados e expedidos para os novos membros do legislativo provincial.

O clima na província de Minas Gerais ainda era tenso no final da década de 1840 por conta dos acontecimentos derivados do movimento armado dos liberais em 1842. Os conservadores, vencedores do movimento, trataram logo de nomear um presidente conservador para a província. Francisco José de Souza Soares de Andréia foi então nomeado presidente da província e ficou no cargo de 1842 a 1845, período em que os liberais retornaram ao poder. “No entanto, Minas Gerais voltaria a ser governada por conservadores a partir de 1848, como o fim do quinquênio liberal e o acirramento das lutas interpartidárias”¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Anderson Luis Venâncio. *A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2005. p. 60.

Em 1848, frente à incapacidade dos liberais em levar adiante os projetos do gabinete, o Imperador reconvocou os conservadores ao poder. Assim, em 29 de setembro de 1848, assumiu um gabinete conservador, que governou até 11 de maio de 1852, quando foi substituído por outro similar¹⁴⁷.

Portanto, os conservadores governaram durante todo o período de 1848 até praticamente o ano de 1853 com a implementação de uma política de conciliação¹⁴⁸. Compreender o predomínio dos conservadores neste momento é muito importante para se compreender a chegada do cônego Hermógenes ao legislativo da província. Foi justamente durante este período de predominância conservadora no governo imperial que o cônego foi eleito deputado provincial.

Iniciado o ano de 1850 os trabalhos logo começaram na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Uma das primeiras leis aprovadas dizia respeito ao calendário da casa. A Lei provincial de 12 de abril de 1850 estabelecia que no dia 22 de março seria oficialmente aberta a Assembléia. No entanto, o início das sessões ficava marcado para o dia 3 de maio de cada ano e para o encerramento dos trabalhos ficou designado o dia 3 de julho.

Ansioso talvez por começar os trabalhos na Assembléia logo no dia 9 de abril deste ano de 1850, ou seja, antes mesmo da instalação e de ser aprovado o calendário oficial, o cônego já participava com um requerimento ao presidente da casa. O requerimento, que foi aprovado em primeira discussão, traz ao nosso conhecimento um dos principais projetos de autoria do cônego Hermógenes, que o mesmo defendeu até seu último mandato. O projeto tratava da necessidade de se construir uma ponte no rio Grande, na divisa entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo, conectando ambas e facilitando o comércio regional que abastecia até mesmo a Corte. Neste requerimento o cônego solicitava que a presidência da província remetesse à Assembléia o orçamento elaborado para a construção de duas pontes – a da Jaguará, no rio Grande e outra no rio das Velhas – “bem como todos os mais papéis relativos ao exame, a que nos referidos lugares procedeu o oficial encarregado desta comissão, e correspondências oficiais a este respeito”¹⁴⁹.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 61.

¹⁴⁸ “Em 1853 inaugurou-se a Conciliação, política de ‘congraçamento’ entre conservadores e liberais, incentivada sobretudo por D. Pedro II, com vistas à unidade política do País. O grande responsável por aproximação foi Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Político mineiro, já experimentado em outros gabinetes e conhecido por seu temperamento enérgico e convicções conservadoras, presidiu o Gabinete da Conciliação até sua morte, em 1856”. In: VENÂNCIO, 2005, op. cit., p. 62.

¹⁴⁹ *Diário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Sessão de 9 de abril de 1850. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Fundo: Jornais Mineiros.

O projeto da construção da ponte sobre o rio Grande foi um dos projetos do cônego que mais tempo tramitou na Assembléia. A construção da mesma saiu do papel, mas parece ter ocorrido apenas por volta de 1870 ou no final da década de 1860. Talvez tenha demorado tanto tempo por ser uma obra muito grande e que certamente teria um custo muito alto. Mas ela saiu do papel e com praticamente 500 metros de extensão era realmente uma grande obra para os padrões da época, principalmente por ser feita no sertão. Ou seja, com base na análise da documentação da Assembléia Provincial, onde tramitavam todos os projetos sobre obras públicas e onde os pedidos de construção de pontes eram freqüentes, observamos que a maioria das pontes a serem construídas na província eram pequenas. Em sua maioria sobre pequenos rios e com orçamento também reduzido.

A Ponte da Jaguará era de grande extensão, mas principalmente era de grande importância. O lugar apontado pelo cônego para a construção da mesma era sem dúvida o melhor em toda a extensão do rio Grande naquela região e havia sido aprovado até mesmo pelos engenheiros do Império como um excelente local para a construção. Na correspondência enviada ao Barão de Camargos o cônego disserta sobre a necessidade e sobre as potencialidades que acarretaria a construção da referida ponte. A carta, datada de 5 de julho de 1850, traz ao nosso conhecimento alguns dos motivos que levaram o cônego a defender o projeto de construção da ponte e sua argumentação revela os benefícios que a obra traria para uma grande região do Brasil central.

A natureza formou no Rio Grande, termo da Vila do Desemboque, uma [?] admirável, que se denomina = Jahú-guará = onde as volumosas águas do rio se reduzem a um canal de 14 palmos de latitude, ficando todo o mais leito a seco por mais de seis meses durante as secas. Ora, este favor da natureza é aproveitável para ali se levantar uma ponte, acrescentando no lugar a facilidade do corte de madeiras, entre as quais aroeiras, que tem duração imensa, e sobre ele a pedra de abundância para os pedestais da ponte, havendo na distância de oito léguas de ótimo caminho, abundância de pedra calcária, donde formada uma cachoeira pode ser lavada a necessária cal para a obra. Tendo o Dr. Quintiliano por informação minha e doutros o conhecimento destas proporções mandou ao lugar examinadores e o oficial encarregado do exame levantou uma planta da cachoeira e orçou a obra V. S. e sendo todo este resultado [procedente] ao governo, este tomou a deliberação de enviar tudo ao Senhor Ministro dos Negócios do Império, pedindo lhe tocam o pecuniário para o levantamento da ponte como V. E. verá das inclusas cópias que fiz extrair da informação que deu o Sr. Presidente da Assembléia Provincial sob requerimento meu, a vista da qual nada propus por entender ser mais conveniente solicitar-se do governo geral, a quem esta afeito o negócio, a solução da representação feita pelo governo da província, e é para se conseguir esta resolução que eu me dirijo a V. E., a fim de falar ao Sr. Ministro do Império solicitando dele a decisão a fim de se poder na sessão seguinte fazer alguma proposição quando seja necessária¹⁵⁰.

¹⁵⁰ *Carta do cônego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 5 de julho de 1850.* Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

Na carta o cônego informa que o projeto já estava sendo analisado pelo ministro dos negócios e demonstra que a construção da ponte se daria entre as duas províncias, São Paulo e Minas Gerais. A obra seria inclusive um facilitador ao comércio de outras províncias com a Corte, tais como Goiás e Mato Grosso que também se utilizavam daquele caminho para o comércio de gado. Sendo assim, é plausível que um projeto de tão grande importância e que beneficiaria uma ampla região, contemplando até mesmo o fornecimento de carne para a Corte, fosse apresentado ao governo geral. A correspondência ao Barão de Camargos era um pedido de apoio ao seu projeto. O barão tinha grande influência política entre os saquaremas da Corte, o que com certeza poderia ajudar o cônego a conseguir a aprovação de seu projeto.

A fotografia a seguir revela a grandeza da obra defendida pelo cônego em seu projeto. Documento inédito e de rara beleza, calcula-se que esta fotografia tenha sido tirada no ano de 1887, muito provavelmente por engenheiros que trabalharam na construção da ponte de ferro da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro. Sabe-se que a inauguração da ponte de ferro (foco central da fotografia) ocorreu no ano de 1888, quando as locomotivas, deixando a província de São Paulo, entraram pela primeira vez naqueles lados das Minas Gerais. Nota-se, observando atentamente a fotografia, que embora a ponte de ferro já estivesse pronta os trilhos ainda não haviam sido colocados. Ou seja, a fotografia é anterior a inauguração da ponte¹⁵¹.

A importância singular deste documento vai ainda além. É o único registro fotográfico que temos da antiga ponte, aquela defendida pelo cônego. No entanto, deve o leitor prestar atenção, pois a ponte cuja construção foi defendida pelo cônego e pelos moradores da Vila Franca do Imperador é a ponte de madeira e não a ponte de ferro da Mogyana. A Ponte da Jaguará – a primeira a ser construída naquele local – também está retratada na fotografia. Ela está ao lado direito e posicionada paralela à ponte de ferro. Apenas um pequeno trecho dela restava quando esta fotografia foi tirada ainda no século XIX. E este pequeno trecho que restou dela está visível na fotografia, mas deve-se olhar atentamente ao lado direito superior da fotografia para ver a antiga ponte de madeira. Ela está colocada sobre a grande laje de pedra que se vê no lado direito da fotografia.

Cabia à Assembléia Legislativa Provincial, dentre outras coisas: analisar e votar todos os projetos apresentados pelos deputados; julgar os pedidos, ofícios, requerimentos e demais documentos oficiais enviados pelo governo geral, pela presidência da província, pelas câmaras municipais e por moradores da província; deveria aprovar a prestação de contas das

¹⁵¹ Observando a cabeceira da ponte, no lado inferior direito da fotografia, vê-se que os trilhos ainda não haviam sido instalados.

vilas e organizar e estipular as receitas e despesas das mesmas; tinha que pautar suas deliberações a respeito dos assuntos de interesse da província e dos municípios com base na Constituição e Leis do Império; decidir sobre as obras públicas (principalmente a abertura de estradas, construção de pontes, canalização de água, construção de edifícios públicos, reforma de outros e organização do espaço público); deliberava sobre a agricultura, indústria e comércio; sobre aposentadorias, auxílios e pagamento a funcionários; sobre a aprovação ou modificação das posturas das municipalidades; devia analisar os pedidos para suprimir, dividir, elevar e modificar as divisas das vilas, freguesias, distritos e demais povoados de seu território, etc.

As eleições municipais e provinciais também deveriam ser acompanhadas pela Assembléia Legislativa Provincial. Ou seja, a Assembléia Provincial deveria analisar e deliberar sobre todo e qualquer assunto que se apresentasse, administrando toda a vastidão de seu território. Ela devia fazer com que as carências dos habitantes da província fossem suprimidas e ao mesmo tempo fazer com que as ordens do governo geral fossem cumpridas.



Fotografia da Ponte da Jaguará, sobre o rio Grande, entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Foi tirada por volta do ano 1887. Vêm-se nesta fotografia as duas pontes: a antiga de madeira, ao fundo do lado direito, e a ponte de ferro. Fonte: Acervo do pesquisador Amir Salomão Jacób.

Ora, o Ato Adicional de 1834 já havia dado às províncias o direito de elaborar seus orçamentos, o que ficou sendo uma atribuição das Assembléias Legislativas Provinciais. Vieram então as reformas da década de 1840 e como esclarece Miriam Dolhnikoff, “a revisão conservadora, expressa na Interpretação do Ato Adicional, não incidiu sobre a divisão das rendas entre província e governo central, preservando a autonomia tributária das províncias tal qual consagrada no Ato Adicional”¹⁵². Sendo assim, governo central e província dividiam as competências tributárias e por isso um dos grandes interesses das Assembléias Legislativas Provinciais era a criação de impostos e taxas, pois através desta arrecadação poderia ela dar prioridade a certos projetos e setores que entendesse como prioritários.

Neste ano de 1850, primeiro ano em que o cônego atuou como deputado na Assembléia Provincial de Minas Gerais, ele foi eleito para fazer parte da 5ª Comissão de Estatística, Catequese e Civilização dos Indígenas, e também da 8ª Comissão de Negócios Eclesiásticos. Na Comissão de Estatística os deputados geralmente analisavam os projetos, ofícios e requerimentos enviados pelas câmaras municipais e deliberavam suas decisões para serem votadas nas sessões da casa. Analisando os pareceres dados por esta comissão observamos que a maioria dos assuntos tratados versava sobre a elevação, supressão, modificação e divisão de vilas, freguesias e arraiais, assim como a respectiva demarcação geográfica de suas divisas.

Na sessão de 4 de maio deste ano o cônego não compareceu, mas participou com um ofício através do deputado Mendes Ribeiro, onde informava que estava ausente por conta da morte de seu irmão. Duas correspondências interessantes encontradas em meio aos documentos avulsos do *Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência* elucidam o que havia ocorrido. Em carta de 19 de fevereiro de 1850, enviada ao Barão de Camargos, o cônego informava que soube através dos periódicos que o Imperador o dignou nomear Oficial da Ordem da Rosa. O destino da carta era o Rio de Janeiro e seu portador, segundo informa o próprio cônego, era seu “mano” Clemente José de Araújo. Então outra carta datada de 24 de abril do mesmo ano o barão informava ao cônego sobre a morte de seu irmão Clemente naquela capital.

Na sessão de 6 de maio o cônego participava com outro requerimento pedindo que a mesa das rendas provinciais informasse: 1) Quantos portos existem no rio Paranaíba desde o porto denominado dos Pereiras até sua confluência com o rio Grande. 2) Quantos portos existem no rio Grande desde a confluência do rio Paranaíba até o porto denominado Bom

¹⁵² Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 168.

Jesus. 3) Em virtude de que leis ou ordens foram abertos e estabelecidos portos nos dois rios. 4) Quais as autoridades que em cumprimento dessas leis ou ordens fizeram a abertura e estabelecimento desses portos. 5) Se haviam estabelecidas naqueles portos recebedorias em que se fazia arrecadação de impostos provinciais. 6) Quais as pessoas encarregadas da administração daqueles portos e por quem foram nomeadas. 7) Qual a importância anual das rendas havidas nessas administrações.



Fotografia da década de 1870. O edifício em que estão as autoridades é o local onde se reunia a Assembléia Legislativa Provincial de Minas, localizado na Praça Tiradentes, centro da cidade de Ouro Preto. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

O requerimento descrito anteriormente, de autoria do cônego Hermógenes, revela, assim como os seus demais requerimentos e projetos, o seu apreço pela legalidade dos atos e seu respeito pelas autoridades constituídas. Em todos os seus atos parlamentares o cônego observava a legislação vigente e a partir daí orientava suas ações e suas opiniões. Os conhecimentos do cônego a respeito da população, geografia e história da região da Farinha Podre eram sempre bem-vindos nas discussões relativas aos projetos que visavam àquela

região. Assim como a contribuição de cada deputado para discussões relativas à suas respectivas regiões.

Em carta de 14 de maio de 1853, escrevendo ao amigo Barão de Camargos, o cônego disserta sobre os assuntos que lhe foram designados pela Assembléia Provincial enquanto relator da Comissão de Estatística. Dizia ele: “quanto aos que pertencem ao norte da província o nosso amigo Athaide se encarregou deles, por não ter eu conhecimento desse lado da província”¹⁵³.

Estas correspondências trocadas entre o cônego e Manoel Teixeira de Souza, o Barão de Camargos, são fontes muito interessantes e de grande contribuição para a pesquisa que encontramos no *Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência*¹⁵⁴ em Ouro Preto. As cartas cobrem um período grande de tempo, desde 1840 até 1861, ano em que faleceu o cônego. O barão e o cônego eram membros ativos dentro do Partido Conservador mineiro e se ajudavam mutuamente em tudo o que fosse possível, principalmente no que fosse de interesse do seu partido. Nas cartas eles se comunicavam a respeito dos acontecimentos políticos da província e do Império, das discussões parlamentares e de assuntos particulares relativos à família e religião.

Foi possível ver na leitura das cartas que o cônego mantinha-se atualizado dos assuntos políticos do Império também através dos periódicos. Ele era assinante do *Correio Oficial de Minas*. Alguns outros periódicos que lhe interessavam ele pedia ao amigo que lhe enviasse um exemplar, assim como pedia folhinhas de reza eclesiástica. Estas correspondências, portanto, são muito reveladoras no que diz respeito ao posicionamento político do cônego. Ele se mostra um homem fiel ao pensamento do Partido Conservador, irônico no que tange às atitudes da oposição e determinado a trabalhar dentro da maior legalidade possível. Deixava claro também seu respeito ao poder constituído, à Constituição e ao Imperador. Em 1841 escrevia sobre os “sentimentos patrióticos da gente de nosso partido, o que não sucede aos nossos adversários, que são todos depreciáveis e cheios de vícios”¹⁵⁵.

Como membro da Comissão de Estatística o cônego participou ainda neste ano de 1850 da análise do projeto no. 111 que visava definir os limites entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Este projeto buscava esclarecer as autoridades sobre as dúvidas deixadas por um decreto de 19 de maio de 1843 que havia fixado provisoriamente os

¹⁵³ Carta do cônego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 14 de maio de 1853. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

¹⁵⁴ O Arquivo funciona em prédio anexo localizado na Rua do Pilar e também é conhecido como *Casa do Pilar*.

¹⁵⁵ Carta do cônego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 22 de novembro de 1841. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

respectivos limites. Sendo relator da comissão o cônego envia uma apresentação à Assembléia Geral Legislativa pedindo informações oficiais sobre as divisas aos governos das duas províncias. A intenção deste projeto era evitar conflitos de jurisdição entre os dois governos e estabelecer estações fiscais nas divisas para evitar extravio de rendas. Em seguida o cônego participou das discussões sobre o projeto no. 8 que deu origem a Lei no. 464. Esta lei versava sobre a divisão civil das comarcas da província e criou a Comarca do Paraná, a 7ª comarca, ficando pertencendo a ela os municípios de Uberaba, Araxá e Patrocínio.

A Lei no. 472 de 31 de maio de 1850 pode-se dizer que foi muito comemorada pelo cônego. Em suma ela elevou a paróquia do Desemboque a categoria de Vila. Em seu artigo 1º determinou que a sede da freguesia fosse a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro e em seu artigo 4º determinava que o novo município ficasse pertencendo à Comarca do Paraná, recém criada pela Lei no. 464. O artigo 4º estipulava o seguinte:

A Vila do Desemboque será instalada desde já, servindo para as sessões da Câmara Municipal, e do júri, e para prisão o edifício do antigo julgado, sendo reparado as expensas dos habitantes do município, e ficando os mesmo obrigados a construir a sua custa um novo edifício com as necessárias comodidades para os mesmos fins¹⁵⁶.

A Comissão de Estatística analisou este projeto de lei que propunha a elevação do Desemboque à condição de vila e julgou ser digno de aprovação. O cônego assina o decreto junto aos demais membros e o projeto segue para discussão terminando por ser decretada a lei. O projeto surgiu por conta de uma representação dos moradores e autoridades do Desemboque enviada à Assembléia Provincial. A representação, que também consta no processo, era extremamente bem elaborada e documentada, com diversos documentos anexados. Trazia uma breve história da região e abrangia temas de cunho social, político, econômico e geográfico. Esta representação dos moradores do Desemboque é uma documentação composta de 32 folhas (64 páginas) e certamente, orientando as ações das autoridades daquela freguesia para que conseguissem a aprovação do projeto, estava a figura do cônego.

No ano de 1851 o cônego ainda era membro efetivo da Comissão de Estatística – pois cada legislatura durava dois anos – e a mesma comissão reprovou dois projetos que pediam a divisão civil e eclesiástica de determinados municípios da província. Segundo o parecer da comissão, para que não houvesse prejuízo de nenhuma das partes envolvidas, tanto o

¹⁵⁶ Lei Número 472 de 31 de maio de 1850. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

representante do bispado quanto a câmara municipal deveriam ser intimados e ouvidos pela Assembléia Provincial.

Miriam Dolhnikoff, analisando a atuação das Assembléias Legislativas Provinciais do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, neste mesmo período imperial, observa que “se o Ato Adicional consagrou a autonomia no âmbito provincial, no que dizia respeito às localidades prevaleceu a centralização”¹⁵⁷. Os municípios ficavam com uma parte insignificante das rendas oriundas da cobrança de tributos e isso gerava uma grande dependência em relação aos governos geral e provincial. Não por acaso, todo e qualquer tipo de investimento a ser feito nas vilas, desde a construção de cemitérios até a canalização de água, deveria ser previamente aprovado pela Assembléia Provincial. Por isso a enorme quantidade de requerimentos e representações enviadas à Assembléia, pois as câmaras municipais não tinham autonomia e dependiam do aval da Assembléia. De acordo com Dolhnikoff “os deputados provinciais viam-se como uma elite letrada, a quem cabia conduzir as elites locais nos trâmites do funcionamento do Estado”. Eles “não apenas fiscalizavam as Câmaras no aspecto formal das posturas, mas também no seu conteúdo, adotando uma perspectiva claramente civilizatória”¹⁵⁸.

Ora, fazia parte do procedimento legal das Assembléias Provinciais disciplinar as municipalidades e as suas respectivas autoridades. Era um comportamento comum das Assembléias em relação às câmaras municipais e que observamos ser também procedimento comum na conduta parlamentar do cônego Hermógenes. Pode-se dizer que ele foi o disciplinador do Desemboque, pois a todo momento instruía as autoridades daquela vila, organizava o funcionamento de suas instâncias administrativas e orientava moradores e autoridades municipais na confecção de requerimentos e representações. Cabia e ele, enquanto representante daquela região, defender suas necessidades na Assembléia Legislativa Provincial.

Em discurso na Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1850 o cônego defendia a criação de novas paróquias e municípios como uma forma de facilitar a vida dos mineiros e dar continuidade ao progresso que se verificava em algumas regiões. Dizia ele:

Senhores, a população da província vai em grande progresso, a salubridade do solo muito concorre para esse aumento, os seus sertões recebem centenas de famílias, que das cidades, das vilas e de outras povoações se emigram buscando nesses terrenos novos, substanciosos e produtores, abundantes colheitas, e será conveniente que se conserve estacionário o mesmo número de paróquias e de municípios existentes nos

¹⁵⁷ DOLHNIKOFF, 2005, op. cit., p. 200.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 204.

anos precedentes? Certo que não. Necessário é pois que hajam novas paróquias, novos municípios, facilitando-se aos mineiros os recursos em seus negócios judiciários, em suas necessidades espirituais; todos concorrem para os cofres, geral e provincial; todos são mineiros e por conseqüência todos tem igual direito a serem atendidos em suas precisões espirituais e temporais¹⁵⁹.

Vê-se que o cônego discursava em prol do progresso da província e que a tendência em se criar novas vilas e paróquias realmente visava facilitar a vida dos mineiros. Ele deixa claro que esta ação seria um facilitador para o cotidiano da população e seus respectivos negócios. Ou seja, muitos habitantes deviam se deslocar por muitas léguas para cumprir com suas obrigações espirituais e judiciais, como bem lembrou o cônego.

No ano de 1852 o cônego foi eleito para fazer parte da Comissão de Propostas e Representações das Câmaras. Neste ano, dentre diversas discussões calorosas, uma demandou atenção especial do cônego e fez com que articulasse a seus aliados para derrubar certo projeto. O problema foi uma representação enviada à Assembléia pelos moradores do termo da Vila de Uberaba. A representação, assinada por alguns moradores, pedia a revisão dos limites entre aquela vila e a do Desemboque. No entanto, o defensor do Desemboque estava empenhado em derrubar tal projeto. Afiado em seus discursos o cônego demonstrava, ainda no ano de 1850, as intenções que moviam os habitantes da Vila de Uberaba:

Srs. a paróquia do Desemboque, que pela lealdade de seus habitantes aos princípios constitucionais e de ordem, tem sido uma vítima do furor do de seus adversários políticos, foi suprimida em 1848. [...] Sr. Presidente, suprimida a paróquia do Desemboque, foi em 1849 pela Lei no. 452 restaurada com seus antigos limites; e estes limites são os que se acham explicados no artigo do projeto, explicação que a comissão entendeu dever consignar para evitar duvidas entre os párocos vizinhos, como tem sucedido pelo lado da paróquia do Uberaba, essa filha da paróquia do Desemboque, porém uma filha ingrata, que não contente com o vasto e fértil território que recebeu em sua partilha, quer voltar sobre sua mãe e tirar-lhe o pouco que lhe ficou¹⁶⁰!

De volta ao ano de 1852, as previsões do cônego se concretizaram e a representação dos moradores de Uberaba chegou à Assembléia Provincial. O projeto de no. 77 foi duramente combatido pelo cônego e seus aliados naquela casa. Durante a discussão do projeto os ânimos se exaltaram. Em carta ao amigo o cônego relata que o Sr. Silva Guimarães “não

¹⁵⁹ Discurso na Assembléia Legislativa de Minas Gerais na sessão de extraordinária de 26 de abril de 1850. In: *Diário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ano 1, Número 21, p. 3. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Fundo: Jornais Mineiros.

¹⁶⁰ 9ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais (1852-1853). Fonte: Arquivo Público Mineiro. Fundo: Assembléia Provincial – Sessão Provincial.

procedeu cavalheiramente para comigo pretendendo fazer me retirar da sala como se o negócio fosse de meu interesse particular, mas a decisão foi contrária e pude advogar e defender a justiça que pertence ao Desemboque”¹⁶¹. O projeto no. 77 foi derrubado por ter o cônego Hermógenes relatado e provado a inconstitucionalidade do mesmo. A prova cabal desta inconstitucionalidade veio através do artigo 1º do Ato Adicional: ficou provado que os requerentes, que moravam na divisa entre as vilas, local a pouco modificado e transferido, deveriam dirigir sua representação através das câmaras municipais do Araxá ou do Desemboque, respectivamente, e não de Uberaba. Sendo assim, a representação foi rejeitada pela Assembléia Legislativa Provincial.

Ainda neste ano de 1852 foi aprovado o código de posturas da Vila do Desemboque e criado o primeiro tabelião público, judicial e de notas daquele município (Lei no. 592). Também foi aprovada para aquela vila, através de uma ordem imperial, a fundação e abertura de uma agência dos correios, o que segundo o cônego contribuiria muito para as relações oficiais, comerciais e particulares.

O caráter disciplinador adotado pela Assembléia Provincial em relação às câmaras municipais, ressaltado por Miriam Dolhnikoff, fica bem claro quando analisamos um requerimento do 2º Secretário da Assembléia Provincial, o Dr. José Tavares de Melo. O mesmo pede à presidência que officie às câmaras municipais da província que “quando tenham que dirigir a esta Assembléia quaisquer representação sobre os diversos ramos do serviço público o façam em tantos ofícios forem as matérias sobre o que tenham que representar”¹⁶². Ora, tal requerimento é uma demonstração concreta deste espírito organizativo que pairava sobre a Assembléia. As Câmaras Municipais deveriam se adequar ao correto funcionamento do legislativo provincial primeiro por estarem a ele subordinadas e segundo porque isto facilitava muito os trabalhos da Assembléia. O Dr. José Tavares de Melo, 2º Secretário da Assembléia Legislativa Provincial e autor deste requerimento, será o suplente do cônego Hermógenes na Câmara dos Deputados do Império a partir de 1857.

Em outra carta ao Sr. Manoel Teixeira de Souza, esta datada de 14 de maio de 1853, o cônego informa ao amigo que estava se restabelecendo de uma grave enfermidade e dá notícia sobre o andamento dos trabalhos que lhe foram designados na Assembléia. Dentre eles diz que propôs a “mudança de Patrocínio para Paracatu; a elevação do curato de S. Francisco do Campo Grande à categoria de paróquia; a de Guaxupé do M. de Jacuhi a distrito de paz” e diz

¹⁶¹ *Carta do cônego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 19 de maio de 1852*. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

¹⁶² *Requerimento do Dr. José Tavares de Melo*. Fonte: Sessão de 12 de abril de 1853 da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais.

que as proposições estavam passando pelos tramites legais do regimento. Na mesma carta informa que havia poucos deputados presentes nas sessões e que a tendência era diminuir ainda mais esse número, pois outros iriam se retirar para suas localidades. O cônego também volta a falar sobre a Ponte da Jaguara e pede o apoio do influente senador. Diz estar convencido de que o “Sr. Barbosa se não há de esquecer de dar impulso ao expediente das ordens do governo imperial para a factura da Ponte do Jauguara no rio Grande, mas rogo a V. E. o favor de intervir com as suas rogativas a aquele Sr. para que este expediente se não demore”¹⁶³.

Geralmente o ano legislativo começava com a aprovação dos trabalhos do ano antecedente e para o ano de 1854 não foi diferente. A aprovação do orçamento anual e a discussão sobre a ajuda de custo dada aos deputados que moravam fora da capital também faziam parte das primeiras votações feitas na casa. Sabemos que muitos deputados tinham que se deslocar de suas respectivas vilas até a cidade de Ouro Preto para as reuniões da Assembléia Provincial, mas como isso ocorria? O deslocamento ficava a critério dos deputados que tinham uma data certa para tomarem parte nos trabalhos da casa. Geralmente era feito utilizando-se mulas, animais extremamente resistentes, de andar macio e que suportavam muita carga. A ajuda de custo aos deputados viajantes era dada pela Assembléia. No início de 1854 a Assembléia aprovava a Lei no. 661. Esta lei versava exatamente sobre este tema. Em seu artigo 1º estipulava que: “Os deputados à Assembléia L. P. vencerão diariamente na 11ª legislatura o subsídio de 10#000 réis em todo o tempo de suas sessões, tanto ordinárias, como extraordinárias, e nas prorrogações”. E para aqueles que teriam que viajar o artigo 2º estabelecia o seguinte: “Aqueles deputados que habitam fora do lugar da reunião da Assembléia receberão a indenização de 3#000 réis por légua, tanto na vinda, como na volta”¹⁶⁴.

De acordo com Francisco Iglesias, logo na primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais seus membros já trataram de estabelecer um plano visando a construção de caminhos e estradas ao longo da província. Francisco Iglesias demonstra que:

A Lei no. 18, de 1º de abril de 1835, assentou que “serão construídas quatro estradas principais, e tantas laterais, e sublaterais, e pontes, quantas forem necessárias para facilitar a comunicação entre a Capital desta Província, suas cidades, e vilas” (art. 1º). Além dessas, que se dirigiam ao norte, sul, leste e oeste, aos pontos mais remotos,

¹⁶³ *Carta do cônego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 14 de maio de 1853*. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

¹⁶⁴ Lei Número 661 de 27 de abril de 1854. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

mais quatro seriam construídas, para facilidade de relações com a capital do Império. Lei minuciosa, em 66 artigos cuidava de calçamento, com pequenas pedras quebradas, para facilidade de carros; da forma abobadada, para escoamento das águas; de reparos e conservação diária; do critério de indenização aos proprietários de terras, bem rígido, e, além da criação de barreiras para cobrança de taxas itinerárias, criava o lugar de Inspetor-Geral das Estradas. Seu cumprimento exigia capital, assistência constante do governo e número apreciável de engenheiros¹⁶⁵.

Ora, a lei de 1835 parece atender de forma geral as necessidades mais urgentes da província no que diz respeito à comunicação interna entre a sua capital e as vilas e cidades. No entanto, observa-se, analisando a documentação da Assembléia Provincial ao longo daquele século XIX, que na prática se deu algo diferente. Os constates pedidos para abertura de caminhos, construção de pontes e estradas, manutenção de outras já existentes, todo tipo de pedidos deste gênero, mostram que a lei de 1835, se não ficou engavetada, saiu do papel apenas em alguns casos. A província carecia de infinitas obras de infra-estrutura, mas os cofres provinciais não estavam preparados para arcar com todas as despesas. Sendo assim, é claro que muitas das obras que foram pedidas na Assembléia Provincial não foram atendidas. Outras foram começadas, mas não foram terminadas.

Em 1855 o cônego Hermógenes escreveu pelo menos três cartas ao Barão de Camargos. Na primeira, datada de 27 de abril, pedia que o amigo mandasse confeccionar na Corte todas as vestimentas necessárias para a cerimônia de posse como Cônego da Capela Imperial (murça, cinto, cabeção com medidas, meias e chapéu), nomeação que havia sido feita pelo Imperador. Vem daí o título de cônego. Comunica que as despesas seriam enviadas através de outro amigo que se dirigia ao Rio de Janeiro. Nesta mesma carta o cônego informa ao amigo que por motivos de saúde ainda não podia viajar a Ouro Preto para participar das reuniões da Assembléia, mas que iria empreender a jornada em liteira assim que melhorasse.

Em outra carta, datada de 27 de julho, pedia ao amigo que fizesse imprimir no *Jornal do Comércio* o ofício que ele havia dirigido ao vigário capitular do bispado a respeito da disciplina atual da Igreja. Pedia também que lhe enviasse três números daquele jornal, por não ser ele assinante do mesmo. A última correspondência trocada pelos dois amigos neste ano de 1855 tinha teor mais político que pessoal. É uma carta datada de 13 de agosto na qual o cônego articulava a indicação de um aliado do Partido Conservador para as eleições provinciais. O cônego pedia ao amigo que recomendasse ao Sr. Vasconcelos – Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, presidente da província de Minas Gerais – a indicação do

¹⁶⁵ Francisco Iglesias. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1958. p. 156.

nome do juiz municipal de Uberaba, o Dr. Constantino José da Silva Braga, para deputado provincial pela chapa do governo.

O fato é muito interessante e demonstra que mesmo para as eleições provinciais os candidatos que fossem membros do Partido Conservador se valiam da influência direta dos saquaremas da Corte para vencer a eleição. Embora a interferência do Sr. Manoel Teixeira de Souza não significava necessariamente a vitória de um candidato na eleição, ela selava a sua candidatura e este candidato por sua vez poderia ter o apoio direto do presidente da província e de outros membros potencialmente influentes no governo provincial e na Corte.

A atuação do cônego Hermógenes foi intensa enquanto deputado provincial. Dentro da Assembléia Provincial ele se inteirou dos assuntos relativos à sua província natal e pode compreender suas enormes carências e também suas possibilidades. Ao mesmo tempo o cônego tornou conhecido o Sertão da Farinha Podre e suas potencialidades, pois aquela região já aparecia como um dos mais importantes pólos de agropecuária de toda a província. Lembrava o cônego em discurso na Assembléia Provincial, que as mais isoladas regiões vinham sendo ocupados por famílias empreendedoras que procuravam novas terras de cultura para se instalar. Os rios e as montanhas do vasto território das Minas Gerais vinham sendo transpostos por novas estradas e pontes que agora conectavam mais eficazmente as vilas e povoações da província. O que não poderia ocorrer, segundo o pensamento do cônego, era barrar o progresso que se via naquele momento. Ao contrário, era preciso incentivar as atividades produtivas dos habitantes e dar-lhes melhores condições de prosperar.

Já os deputados que representavam antigas áreas mineradoras da província denunciavam a situação de pobreza e miséria que se abatia sobre aquelas áreas. O deputado Ferraz da Luz defendia a cultura do chá como uma forma de superar a decadência de certas partes da província e lembrava que passada a época dourada das Minas Gerais a pobreza e a decadência se instalaram.

A visão destes dois deputados – o cônego Hermógenes e Ferraz da Luz –, representantes de diferentes partes da província, demonstra bem a diversidade regional presente no território de Minas Gerais. Por um lado observa-se a prosperidade econômica das regiões de agropecuária e por outro havia baixo desenvolvimento econômico de antigas áreas mineradoras. Esta diversidade regional já foi inclusive comprovada por alguns pesquisadores como Clotilde Andrade Paiva. A autora ressalta que “a esterilidade do solo de antigas áreas de

mineração já abandonadas e devastadas, deslocou pequena parte da população para as partes mais férteis [...] onde se dedicavam a agricultura de mantimentos e a pecuária”¹⁶⁶.

Francisco Iglésias em seu trabalho sobre a política econômica do governo provincial mineiro deixou-nos uma importante conclusão que reflete de certa forma o espírito mineiro do século XIX. Concluiu o autor que:

Se o Império foi a época em que o Brasil se organizou, foi como província que Minas estabeleceu de vez as características que a marcam. Conseguiu firmar-se, em padrões modestos mais seguros, já sem lendas ou esperanças deformadoras. E então, lentamente, mas com decisão, caminhou no sentido de se realizar, à base das suas possibilidades. Contornos nítidos, realismo na auto-análise, encaminhamentos dos problemas, soluções apontadas – formaram a herança da Província e do Império; consciência da sua posição, direitos e limites no quadro federativo do país, aceleração do ritmo evolutivo, exploração do potencial econômico – eis o destino do Estado e da República¹⁶⁷.

Ora, em uma província tão grande com a de Minas Gerais as realidades regionais eram realmente diversas. Cada região tinha suas próprias potencialidades e necessidades. A região da Farinha Podre passava por um bom momento. Passadas as primeiras décadas do século XIX aquela região vivia agora um momento de desenvolvimento contínuo vinculado a atividade agropecuária. Seus arraiais se tornaram vilas e cidades, suas instituições político-administrativas se consolidaram, seu território foi demarcado e as fazendas se desenvolviam. Muitas famílias de colonos vinham de mudança das antigas áreas mineradoras, a exemplo daquelas cujo deputado Ferraz da Luz citava como decadentes. A economia provincial tinha agora outras fontes de receita e a criação de gado era uma delas. A febre do ouro já havia passado, mas havia deixado suas marcas profundas em algumas regiões.

Este era, porém, o panorama das Minas Gerais de meados do século XIX. Uma província com certas desigualdades regionais, mas cheia de possibilidades em todo o seu vasto território. E isto, é claro, refletia no discurso dos deputados provinciais que representavam, respectivamente, cada uma das regiões mineiras. O cônego Hermógenes, legislando em prol de sua região, mostrava na Assembléia Província o bom momento que ela vivia em contraste com o cenário apresentado por outros deputados provinciais a respeito de suas regiões.

¹⁶⁶ PAIVA, 1996, op. cit., p. 115.

¹⁶⁷ IGLÉSIAS, 1958, op. cit., p. 210.

4.2 Na Assembléia Geral Legislativa: entre padres e outros burocratas (1857-1860).

Em 1855 o parlamento brasileiro estava envolvido na complexa discussão sobre a participação política dos magistrados e suas conseqüências para o sistema representativo do Império. Como destacou José Murilo de Carvalho:

A impressão geral que fica dos debates de 1855 e das manifestações anteriores no Congresso e na imprensa é a de que havia um consenso sobre a forte presença dos empregados públicos, sobretudo dos magistrados, na política. A influência dos magistrados era certamente exagerada pela oposição, geralmente advogados, fazendeiros e médicos, mas não era negada nem mesmo pelos próprios magistrados. Alguns destes a justificavam abertamente pela superioridade intelectual. Daí que a discussão girou em mais em torno da natureza e conseqüências da presença dos magistrados do que de sua predominância¹⁶⁸.

Neste mesmo ano, seguindo a tendência que vinha se verificando de reduzir a participação dos funcionários públicos na política – dentre os quais visava-se especialmente os magistrados – foi apresentado pelo Marquês do Paraná um projeto de lei que modificava o sistema eleitoral. A Lei dos Círculos foi aprovada em 19 de setembro de 1855 e como observou Thomas Flory,

La única ley de inelegibilidad aprobada durante el império fue la cláusula en la ley electoral de 1855 que prohibía la elección de *juizes de direito* de sus propios distritos judiciales. Sin embargo esta restricción tuvo bastante contrapeso cuando se convirtió simultáneamente la representación por provincias en representación por distritos, con lo cual era fácil que el juez simplemente cambiara el apoyo de su distrito por la elección de un distrito vecino. En la práctica la ley se consideró ineficaz, y casi no les sirvió de consuelo a aquellos liberales que continuaban cabildeando en vano por “la absoluta inelegibilidad” de los magistrados¹⁶⁹.

A lei buscava diminuir não apenas a participação dos magistrados na política, mas também de outros funcionários públicos como os presidentes de província, chefes de polícia e comandantes de armas. A intenção era evitar que estes funcionários públicos pudessem se eleger em suas respectivas jurisdições, evitando assim que se corrompesse ou manipulasse o processo eleitoral. O debate e as discussões sobre a lei foram constantes e bem acalorados. Um dos mais ferrenhos defensores dos magistrados foi Eusébio de Queiróz, não por acaso um

¹⁶⁸ CARVALHO, 1996, op. cit., p. 162.

¹⁶⁹ Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 305.

magistrado. Mas a lei foi aprovada, embora não tenha modificado muito a situação eleitoral na prática, como demonstrou Thomas Flory.

O ano de 1856 era, portanto, ano eleitoral. Nas correspondências trocadas entre o cônego e o amigo Manoel Teixeira de Souza se verifica uma constante articulação política dos saquaremas mineiros. A intenção era clara: eleger o maior número de representantes conservadores para a Assembléia Geral Legislativa. Em carta de 25 de outubro deste ano o cônego escrevia ao amigo sobre o clima eleitoral que se abatia sobre sua região para as eleições gerais. Ele revela que o vigário Antônio José da Silva, de Uberaba, liderava forte oposição à sua candidatura. No entanto, segundo relata o cônego Hermógenes, a oposição ao vigário Silva vinha da própria opinião pública local, pois o mesmo não gozava de muita simpatia. O cônego Hermógenes diz ter permanecido em silêncio até o último momento em que teve que aceitar a indicação dos amigos para a deputação. Pode ter sido esta uma manobra muito inteligente, pois a oposição de certa forma não tinha certeza da sua candidatura até a realização da eleição. Embora tenha se mantido em silêncio o cônego com toda certeza estava certo de sua candidatura e do apoio de seus eleitores.

O silêncio pode ter sido uma forma de calar a oposição que não teria um alvo certo para atingir durante o período que antecedeu a eleição. Ora, feita a eleição o cônego saiu vitorioso com uma boa margem de votos sobre o vigário Silva pelo 10º círculo eleitoral da província. A diferença de votos entre os dois foi bem grande, assim como a eleição para suplente, cujo eleito foi o Dr. José Tavares de Melo, médico de Queluz, e secretário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais durante diversas legislaturas.

No entanto, o padre Antônio José da Silva, embora tenha sido derrotado na eleição para a décima legislatura da Câmara dos Deputados, já era conhecido entre os parlamentares. Ele já havia sido eleito deputado geral pela província de Minas Gerais em três legislaturas. A quinta legislatura (1843-1844), a oitava legislatura (1849-1852) e a nona legislatura (1853-1856). Ou seja, o padre Antônio José da Silva conhecia muito bem o funcionamento da Assembléia Geral Legislativa, pois naquela casa havia trabalhado durante anos seguidos. Teria sido então a aprovação e a implementação da Lei dos Círculos, já para as eleições gerais de 1856, que possibilitou ao cônego Hermógenes sair vitorioso. Isto demonstra que o cônego tinha maior articulação política dentro da província e que a escolha de um suplente de outra região da província foi uma manobra bem sucedida no que diz respeito ao processo eleitoral, pois deixa claro que ambos – o cônego e seu suplente – tiveram votos em diferentes partes da província de Minas Gerais. Embora o padre Antônio José da Silva já tivesse ocupado uma

cadeira na Câmara dos Deputados faltava-lhe o apoio provincial do qual se beneficiaram cômego e seu suplente.

Nesta mesma carta de 25 de outubro de 1856 o cômego comenta com o amigo a morte do Marquês do Paraná, autor da Lei dos Círculos, lamentando a falta que o mesmo faria na política imperial. Por outro lado, na mesma carta o cômego demonstra satisfação, pois tinha motivos para comemorar. O amigo e correspondente Manoel Teixeira de Souza e o também amigo Conselheiro Luis Antônio Barbosa haviam sido indicados pelo Imperador para o Senado. Ambos eram conservadores e sua ascensão rumo ao Senado, onde a vaga era ocupada vitaliciamente, demonstrava o grau de articulação e influência que ambos gozavam dentro do governo. Assim como a ascensão do cômego que neste mesmo ano fora eleito deputado geral.

O ano de 1857 foi o primeiro ano da décima legislatura da Câmara dos Deputados ou Assembléia Geral Legislativa. As eleições feitas em 1856 demonstraram o grau de articulação política do cômego Hermógenes não apenas em sua região, mas também no âmbito da província. Sendo assim, ele foi eleito com grande vantagem sobre os demais candidatos.

Demonstrando lealdade aos ditames do Partido Conservador e seguindo as suas recomendações para o processo eleitoral o cômego informa ao amigo senador, em carta de 20 de fevereiro de 1857, que o Colégio Eleitoral da Vila do Araxá “unanimemente concentrou sua votação nos três nomes indicados por V. E. e mais amigos que se dignaram honrar-me com as suas recomendações”. Isto demonstra que havia entre os conservadores, não apenas da província mas de todo o Império, plena convicção de que os membros se esforçariam em eleger os candidatos indicados pelo partido. O apoio dos membros de toda a província era fundamental para a eleição de um deputado. Ainda nesta carta o cômego deixa claro seu posicionamento: “darei sempre prova de minha firme adesão aos princípios monárquicos constitucionais dos quais somente pode resultar a felicidade do nosso país”¹⁷⁰.

Na primeira sessão preparatória da Assembléia Geral Legislativa de 15 de abril de 1857 o cômego já estava presente na reunião, mas o seu diploma foi aprovado somente na sessão preparatória de 20 de abril, quando a 6ª Comissão de Verificação de Poderes analisou a eleição no 10º distrito eleitoral de Minas Gerais e aprovou a eleição do cômego com 77 votos e seu respectivo suplente o Dr. José Tavares de Melo com 56. Dentre os membros da comissão que analisou o diploma do cômego estava o Sr. Francisco de Salles Torres-Homem que deu parecer favorável à eleição do cômego e a Câmara o declarou deputado.

¹⁷⁰ *Carta do cômego Hermógenes a Manoel Teixeira de Souza de 20 de fevereiro de 1857.* Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

Durante a décima segunda sessão preparatória de 27 de abril de 1857 a Câmara recebe um ofício do 1º secretário do Senado “comunicando haver na Corte número suficiente de Srs. senadores para se abrir a Assembléia Geral Legislativa”¹⁷¹. A Sessão Imperial de Abertura ocorreu apenas a 3 de maio de 1857 e também contava com a presença do Imperador, com deputação nomeada entre deputados e senadores para recebê-lo. Na Sessão Imperial de Abertura da Câmara, que marcava o início dos trabalhos legislativos, o Imperador tratou de assuntos como os esforços de seu governo para aumentar a imigração de colonos, a necessidade de assegurar os direitos civis de pessoas que professavam religiões diferentes da do Estado, cobrou também da Assembléia esforços para combater o aumento nos preços de produtos alimentícios, tratou do combate ao tráfico de africanos e recomendou a reforma hipotecária, que segundo ele seria muito benéfica para a lavoura de todo o Império. Também tratou de dizer que seria necessário estipular medidas para disciplinar o exército e a armada e discursou sobre as melhorias no ensino do Império. Dizia o Imperador sobre o parlamento:

Vossa reunião, sempre esperançosa, muito mais ainda promete em vista da geral tendência dos espíritos para a concórdia e moderação, a qual tornará mais eficaz o vosso empenho em promover a felicidade do país. A tranquilidade que reina em todo o Império é um dos resultados da política que tem feito calar nos ânimos dos brasileiros a convicção de que à sombra de nossas instituições, fielmente observadas, adiantar-nos-emos com segurança e gloria na carreira do progresso e da civilização. [...] Augustos e digníssimos senhores representantes da nação. A vossa tarefa é árdua, mas a certeza da recompensa, a que nobremente aspirais, de ver prosperar nossa pátria, animar-vos-á constantemente, mostrando-se o meu governo digno do vosso apoio pelo discernimento com que empregará os meios que lhe facultardes para auxiliar-vos no glorioso cumprimento de tão sagrado dever. Está aberta a sessão¹⁷².

O cônego Hermógenes chega à Câmara dos Deputados em um momento no qual a presença do clero no parlamento diminuía a cada nova legislatura, assim como a sua participação na discussão de temas nacionais de grande relevância ao Império. É de certa forma um momento em que os padres começam a desaparecer do cenário político imperial. Mas embora a participação do clero estivesse diminuindo a cada nova eleição a décima legislatura contou ainda com uma presença significativa de padres. Foram 13 padres eleitos para essa legislatura entre titulares e suplentes. São eles:

¹⁷¹ *Décima segunda sessão preparatória em 27 de abril de 1857*. Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

¹⁷² *Sessão Imperial da Abertura da Assembléia Geral Legislativa em 3 de maio de 1857*. Presidência do Sr. Manoel Ignácio Cavalcanti de Lacerda. Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

Pe. Antônio Pinto de Mendonça, pelo Ceará, que voltava à Câmara depois de 10 anos de ausência; Pe. Joaquim Pinto de Campos, por Pernambuco; Pe. Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, por S. Paulo, empossado, após muitos debates, só na sessão de 12 de agosto (Anais, III, 5); por Minas Gerais os Pes. José Felicíssimo do Nascimento, Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick e Antônio Felipe de Araújo, que morre no início da legislatura, a 23 de junho de 1857. Vários outros sacerdotes foram eleitos suplentes¹⁷³.

Logo no primeiro ano da décima legislatura o cônego foi eleito para fazer parte da Comissão de Negócios Eclesiásticos. Os outros dois membros desta comissão eram os padres Joaquim Pinto de Campos e Antônio Pinto de Mendonça. O padre Joaquim Pinto de Campos se destaca como o mais ativo membro do clero nesta legislatura, como fica claro na transcrição abaixo:

É certamente a figura do Pe. Joaquim Pinto de Campos que emerge nesta legislatura e enfrenta problemas de interessa nacional, em particular os concernentes às relações entre a Igreja e o Estado, a propósito do problema do casamento civil, questão que se arrastaria até o fim do Império e que só seria definitivamente dirimida pela República¹⁷⁴.

Em 1º de junho de 1857 o cônego Hermógenes figura como um dos signatários do projeto de resolução apresentado pelo deputado Teixeira Júnior que autorizava o governo a “garantir um empréstimo de até doze mil contos, celebrado dentro ou fora do Império, pela companhia da estrada de ferro D. Pedro II, em substituição à igual emissão em ações”¹⁷⁵.

Na sessão de 2 de junho de 1857 a Câmara recebe um ofício dos “habitantes da cidade de Franca do Imperador, província de S. Paulo, pedindo a construção de uma ponte sobre o Rio Grande no lugar denominado Jaguará”¹⁷⁶. Esta ponte – localizada entre os municípios de Franca, Sacramento, Uberaba e Desemboque – era a mesma pedida pelo cônego na Assembléia Legislativa Provincial de Minas. O ofício dos francanos reforça a idéia de que o lugar escolhido pelo cônego era o melhor trecho do rio Grande para se construir a ponte. É aquele local onde foi construída a ponte de madeira – esta que o cônego e os francanos pediam – e a ponte da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, ambas mostradas na fotografia que apresentamos anteriormente. O ofício dos francanos comprova ainda que o

¹⁷³ *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 532-533.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 533.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 534.

¹⁷⁶ *Sessão de 2 de junho de 1857*. Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

cônego tinha razão quando combatia o pedido dos habitantes de Uberaba de que a ponte fosse construída em outro trecho do rio.

Em carta ao Sr. Antônio da Costa Pinto Júnior, datada de 10 de junho de 1858, o cônego falava que por espírito de bairrismo a Câmara Municipal de Uberaba representava aos poderes supremos que haveria outro lugar que melhor serviria para a construção da ponte. No entanto, como mostra o cônego na carta, os engenheiros do Império já haviam feito a avaliação do rio e o melhor ponto seria aquele indicado pelo cônego. Na carta ele fala também que a província de São Paulo também tinha intenção de construir a ponte. Dizia o cônego a ponte seria um complemento da estrada que de São Paulo se dirige às províncias de Minas, Bahia, Goiás e Mato Grosso, ou seja, a ponte beneficiaria a comunicação entre cinco províncias do Império. A ausência da ponte

[...] paralisa o comércio durante o tempo das chuvas a enchente que tão bem impede a passagem de boiadas, que são conduzidas para essa capital afim de abastecê-la de carnes verdes como sucedeu no tempo das pretéritas chuvas, quando estiveram invernados aquém do rio muitos centos de boi e as tropas aquém e além fechadas nos ranchos ao longo das estradas¹⁷⁷.

Em outra correspondência, esta enviada ao Sr. conselheiro João de Almeida Pereria F., chefe da Secretaria do Império, o cônego Hermógenes volta a pedir atenção ao projeto de construção da ponte sobre o rio Grande, que já havia sido aprovado pela Câmara e enviado ao ministério. Nesta carta o cônego esforça-se para encorajar o conselheiro para que a construção da ponte saia do papel e diz que o investimento feito na construção logo seria ressarcido aos cofres públicos através da cobrança de impostos de passagem sobre a ponte. Lembra o cônego que os benefícios ao comércio do Império seriam ainda maiores dado à importância da ponte para a comunicação de tantas províncias.

O deputado Machado de Souza, em longo discurso proferido na Câmara, defendia a construção de estradas em locais importantes do Império. O deputado menciona em seu discurso a localidade do Desemboque e outras próximas a ela e fala da importância da criação de gado que se dava naquela região. Dizia ele:

Agora que tenho encarado em tese a utilidade das estradas, parece-me que tenho justificado o aditivo que tem por fim auxiliar as obras de uma estrada que liga o sul e oeste de Minas com as províncias de S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, parte da do Rio de Janeiro e município neutro. [...] Ora, o sertão de Passos é sabido que exporta grande

¹⁷⁷ *Carta do cônego Hermógenes a Antônio da Costa Pinto Júnior de 10 de junho de 1858*. In: NABUT, 1986, op. cit., p. 214-215.

quantidade de gado para o mercado do Rio de Janeiro, exporta muito toucinho; já vê pois a câmara que, debaixo deste ponto de vista é a estrada de bastante interesse para a província do Rio de Janeiro, para o município neutro. [...] Ora, desde que houver uma boa estrada de Passa Vinte até Lavras, aparecerá incontinentemente a navegação do Rio Grande; por consequência o comércio todo desses lugares centrais, como Desemboque, Piumhy, etc., tem de vir à estrada do Passa Vinte. [...] Se é uma estrada de grande futuro, se a ela se ligam interesses gerais, parece-me que a câmara deve concordar comigo que já é tempo de se olhar para ela, que deve merecer um auxílio dos cofres gerais, e não deixar a sua fatura aos exíguos recursos da província de Minas¹⁷⁸.

Na sessão de 19 de junho de 1857 o cônego Hermógenes pede a palavra e apresenta o seguinte projeto alterando a divisão do 10º distrito eleitora de Minas Gerais. O projeto foi discutido e ficou resolvido que:

A assembléia geral legislativa resolve - Artigo único: O 10º distrito eleitoral da província de Minas Gerais, que tem por cabeça a cidade de Uberaba, fica dividido em mais um segundo colégio, compreendendo este as freguesias do Araxá e Desemboque, e S. Francisco das Chagas do Campo Grande, o qual se reunirá na matriz da vila do Araxá; ficando pare este efeito revogadas as disposições em contrário. Paço da Câmara dos Deputados, 19 de junho de 1857 – Brunswick¹⁷⁹.

E na sessão de 9 de julho de 1857 foi aprovada um projeto concedendo duas loterias para as matrizes da Vila de Araxá e Vila do Desemboque. O cônego volta novamente a tratar da construção da ponte, que segundo consta já havia sido autorizada, em discurso na sessão de 8 de agosto.

Na sessão de 2 de setembro de 1857 a Câmara promove a nomeação de uma deputação que deveria se encontrar com o Imperador para as comemorações do aniversário da Independência do Império. O cônego Hermógenes foi um dos deputados nomeados para esta deputação, na qual também estavam o Marquês de Paranaguá, Barão de Mauá, Monsenhor Candido Mendes, Visconde de Uruguai, entre outros.

A Comissão de Negócios Eclesiásticos, da qual fazia parte o cônego, apresentou em 3 de julho de 1857 um parecer sobre o requerimento do deputado Vilela Tavares. O requerimento versava sobre a interferência do poder espiritual nas decisões sobre criação, divisão e supressão de freguesias. Esta questão parece ter sido uma das mais discutidas e recorrentes no legislativo imperial. Na Assembléia Provincial, durante o período de atuação

¹⁷⁸ *Discurso do Sr. Machado de Souza na sessão de 17 de agosto de 1857.* Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

¹⁷⁹ *Sessão de 19 de junho de 1857.* Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

do cônego, também eram muitos os projetos que versavam sobre esse tema. O próprio papel da Igreja neste processo já era questionado por deputados provinciais. Portanto, o parecer apresentado pela Comissão de Negócios Eclesiásticos da Câmara tinha tamanha importância e gerava polêmica entre os diversos setores que compunham o parlamento. A introdução do parecer segue abaixo. Embora a citação seja longa é necessária pois reflete a situação.

Em tempo nenhum talvez a impiedade, disfarçada sob as cores de uma falsa filosofia, conspirou mais assiduamente que hoje para humilhar a benéfica influência da Igreja Católica em presença dos poderes visíveis, ainda mesmo naqueles países onde é ela reconhecida aliada íntima e necessária! Em tempo nenhum também houve motivos mais poderosos e urgentes que convidassem a ambos os poderes a estreitar cada vez mais entre si os laços de perfeita concórdia, como no estado atual do mundo, em que todas as sociedades se agitam num esforço supremo de reconstrução; em que os mais sólidos elementos de autoridade são chamados a duras provocações pelos novos Ícaros, que no seu esvoaçar desequilibrado rejeitam como pior o que existe, para se abraçarem com o fantasma sedutor de um otimismo irrealizável e extravagante! E, no entanto, o mundo não deixa de ser abalado com essas tentativas arrojadas, evidentemente superiores às forças da humanidade! Ao receberem de Deus o poder que exercem, os príncipes temporais e os pastores da Igreja contraíram a grave obrigação de defender, cada um dentro da esfera que lhe fora traçada, a verdade e a justiça; de executar a sua divina vontade, de manter a ordem que ele estabelecera e de corresponder por tal modo aos benefícios desígnios da Providencia, no tocante à felicidade dos povos confiados à sua vigilância e solicitude. Assim, ainda que as funções dos dois poderes sejam diversas, ainda que as suas jurisdições se refiram a objetos mui diferentes, todavia isto não quer dizer que eles sejam contrários um ao outro mas somente que a sua ação se não confunda, e que se exerça na mais plena liberdade e independência¹⁸⁰.

O parecer foi elaborado pelos três religiosos – o cônego Hermógenes, o padre de Pernambuco Joaquim Pinto de campos e o representante da província do Ceará Antônio Pinto de Mendonça – membros da Comissão de Negócios Eclesiásticos. No documento os religiosos relatam o momento de tensão existente na Câmara dos Deputados entre os membros do clero e demais deputados e demonstram buscar a conciliação entre todos os legisladores do Império. Os padres sabiam muito bem que naquele momento sua presença no legislativo imperial estava ameaçada. Esta ameaça não vinha apenas através da oposição feita por alguns setores do legislativo, mas sim da diminuição sistemática da participação de padres no parlamento. Assim, os três padres apelavam para a providência divina, para o estabelecimento de uma boa relação entre a Igreja e o Estado, para a ordem e felicidade dos povos. A cada nova legislatura havia um menor número de padres-deputados. O parecer da Comissão de Negócios Eclesiásticos termina apresentando um projeto de lei:

¹⁸⁰ *Parecer apresentado pela Comissão de Negócios Eclesiásticos da Câmara sobre o requerimento do deputado Vilela Tavares. Sessão de 1857. In: Câmara dos Deputados. O clero no parlamento brasileiro. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 536-539.*

A Assembléia Geral Legislativa decreta - Artigo único: A criação, divisão e supressão de freguesias não podem ter lugar sem o mútuo acordo dos poderes temporal e espiritual; ficando assim interpretada a disposição do [inciso] 1º do art. 10 do Ato Adicional. 3 de julho de 1857, t. II, p. 167-170¹⁸¹.

O parecer reflete muito bem o momento vivido pelo clero na Assembléia Geral Legislativa do Império. A sua participação política no Império vinha diminuindo drasticamente com o passar das legislaturas. Tanto quantitativamente como qualitativamente. A presença dos padres na política estava ameaçada e vinha sendo contestada por diversos setores. Assim, como havia na Câmara certa oposição aos magistrados, como vimos anteriormente, havia também oposição em relação à participação de religiosos e questionava-se até mesmo o papel da Igreja na vida política do Império. Deveria a Igreja participar do governo de forma a tomar decisões sobre os rumos da política? Até que ponto os padres podiam influir nas decisões da Câmara? Seria sua participação no governo fundamental para a nação? Vários eram os questionamentos que pairavam sobre a Câmara quando o assunto era a relação Igreja-Estado. O requerimento do deputado Vilela Tavares, combatido de forma bastante erudita pelo parecer da Comissão de Negócios Eclesiásticos, vem reforçar o sentimento anticlerical que se vivenciava no legislativo imperial.

Sabendo que sua presença na Câmara tornava-se menor a cada nova legislatura e que sua participação política estava ameaçada, os padres-deputados não tardaram em manifestar-se. Assim atacaram as intenções daqueles que queriam por fim a boa relação mantida pela Igreja e pelo Estado ao longo da história. Fica claro no segundo parágrafo do parecer o protesto dos padres: “Em tempo nenhum talvez a impiedade, disfarçada sob as cores de uma falsa filosofia, conspirou mais assiduamente que hoje para humilhar a benéfica influência da Igreja Católica”. O combate às intenções anticlericais da Câmara continua e a defesa da boa relação entre ambos os poderes parece ser a melhor saída para a crise. Ou como ressaltam os padres no parecer: “Em tempo nenhum também houve motivos mais poderosos e urgentes que convidassem a ambos os poderes a estreitar cada vez mais entre si os laços de perfeita concórdia”. Prezando pela harmonia entre os poderes espiritual e temporal os padres inspiram-se nas teorias organicistas não apenas para defender sua participação política, mas também para ressaltar a importância dela. Ou seja, “a grande lei que presidiu à organização dos seres individuais presidiu igualmente à organização do corpo social”. O parecer dos padres ataca veementemente as pretensões anticlericais do deputado Vilela Tavares. Assim,

¹⁸¹ Ibidem, ibidem.

eles defendem a manutenção de uma boa relação entre poder espiritual e poder temporal apelando para a história da Igreja e para sua universalidade. A Comissão conclui o parecer analisando o Ato Adicional e propondo que as decisões relativas à criação, divisão e supressão de freguesias deveriam ser tomadas em comum acordo entre os dois poderes: Igreja e Estado, espiritual e temporal¹⁸².

José Murilo de Carvalho observa que a situação do clero em relação ao Estado era realmente ambígua:

Se por efeito da união Igreja-Estado o padre era um funcionário publico, pago pelos cofres do governo geral, não deixava também de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história se tinha empenhado em longas batalhas contra o mesmo Estado pelo controle do poder político¹⁸³.

E o autor continua:

De qualquer modo, como membros de uma burocracia ou como indivíduos, os padres se distinguiam dos magistrados. Apesar do Padroado, a burocracia eclesiástica era fonte constante de potenciais conflitos com o Estado; a formação da maioria do clero era menos nacional e menos estatista em seu conteúdo; a origem social do grupo como um todo era provavelmente mais democrática; as menores possibilidades de ascensão na carreira tornavam o grupo eclesiástico menos coeso do que o dos magistrados e, finalmente, a atuação da maioria dos padres era muito próxima da população, tornando-os líderes populares em potencial; em contraste com os juizes encarregados da guarda da lei e que permaneciam pouco tempo em seus postos¹⁸⁴.

Carvalho tocou em um ponto muito interessante. A proximidade dos padres com a população geralmente possibilitava certa fidelidade, que é claro, era importante nas eleições. Estes padres tinham também a religião como uma via de acesso ao mundo do governo e a proximidade com a população possibilitava tanto a liderança espiritual como temporal. Por isso a questão tratada no parecer – da criação, divisão e supressão de freguesias – era tão importante para o clero. Assim, embora as discussões em plenário fossem acaloradas, os padres-deputados não deixaram que a decisão ficasse somente a cargo dos demais deputados. Embora Igreja e Estado fossem duas forças diferentes elas caminhavam juntas no sentido de administrar e governar o vasto Império. Porém,

¹⁸² Citações feitas a partir do parecer da Comissão de Negócios Eclesiásticos.

¹⁸³ CARVALHO, 1996, op. cit., p. 165.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 167.

[...] o governo insistiu em não abrir mão do controle da Igreja, pois além de ser ela um recurso administrativo barato (os párocos recebiam na década de 1870 um salário equivalente ao do proletariado burocrático), possuía grande poder sobre a população, de que o governo indiretamente se beneficiava. Ao ser proclamada a República, foi eliminado o clero da burocracia mediante a separação da Igreja e do Estado¹⁸⁵.

Ainda como membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos o cônego Hermógenes participou da discussão e assinatura de diferentes projetos: um em que a Câmara concedia isenções ao estabelecimento da estrada de ferro provincial entre a cidade do Recife e Olinda, aprovado a 9 de julho de 1857; outro projeto através do qual ficava proibido conservar abertos os estabelecimentos comerciais nos domingos e dias santos, aprovado a 11 de julho de 1857; outro a respeito dos juizes da Relação Eclesiástica do Império, o qual veremos adiante; uma emenda aditiva ao orçamento do Ministério da Justiça destinando certa verba ao bispos, catedrais, Relação Metropolitana, párocos, vigários gerais e provisores, mas neste caso só foi aprovada a emenda igualando as cômguas dos padres de todo o Império em 600\$000 réis; outro projeto polêmico do qual o cônego participou ativamente versava sobre os casamentos mistos, como veremos adiante.

Na discussão relativa ao projeto sobre o fechamento dos estabelecimentos comerciais aos domingos e dias santos, discussão que teve grande repercussão e que dividiu novamente padres e demais deputados, o cônego Hermógenes pediu a palavra e disse que a constituição do Estado proibia que alguém fosse perseguido por motivo de religião. Vindo de um padre, de um membro da Igreja Católica, a frase impressiona, pois nem sempre os demais cultos religiosos eram respeitados ou tolerados¹⁸⁶.

O cônego Hermógenes foi um dos deputados escolhidos para receber o Imperador durante a Sessão Imperial de Encerramento da Assembléia Geral Legislativa que foi realizada no dia 13 de setembro de 1857 no paço do Senado. Na deputação nomeada para receber o Imperador estavam também os senhores Mendes de Almeida, Antônio José Machado, Pereira Pinto, Sergio de Macedo, Athayde, Aguiar, Jerônimo José Teixeira, Souza Leão, Oliveira Bello, Sá e Albuquerque, Pederneiras, Alcântara Machado, Araújo Jorge, Gavião Peixoto, Barão de Camaragibe, Araújo Lima, Cunha Figueiredo, Monsenhor Marcondes, Santa-Cruz, Castello Branco, Delfino de Almeida, Rodrigues dos Santos e Tobias. Dentre os senadores estavam os senhores Dantas, Visconde de Jequitinhonha, Miranda, Marquês de Caxias, Silveira da Motta, Visconde de Albuquerque, Marquês de Monte Alegre, Queirós Coutinho,

¹⁸⁵ Ibidem, p. 171.

¹⁸⁶ *Sessão de 11 de julho de 1857*. Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

Visconde de Abaeté, Barão de Antonina, Ferreira Pena e Borges Monteiro. Também era nomeada outra deputação para receber a Imperatriz. Nesta deputação estavam os senhores deputados Luiz Carlos da Fonseca, José Joaquim de Lima e Silva, Barão de Porto Alegre e Monteiro de Barros. E entre os senadores Visconde de Sapucaí e Batista de Oliveira. A recepção ao Imperador tinha suas regras próprias: quando era anunciada a chegada da comitiva do Imperador as deputações nomeadas saíam a esperá-lo à porta do edifício. Ao entrar na sala o Imperador era recebido pelo presidente e pelos secretários os quais se juntavam a deputação e acompanhavam o Imperador até o trono. Sentado ao trono D. Pedro II proferia a sua fala e no encerramento daquela legislatura disse o seguinte:

Os progressos da indústria, e o desenvolvimento do espírito de associação, têm feito crescer a riqueza pública e aumentar as rendas do Estado; e, ajudados, além da facilidades naturais que oferece nosso país, dos socorros precedentemente concedidos, e dos que acabam de ser autorizados, é de esperar que tomem muito maior incremento e expansão. As epidemias que assolaram grande parte do Império têm ainda acometido um ou outro povoado, mas espero que nossas preces alcançarão da Divina Providência que esses terríveis flagelos se arredem para sempre de nós. Permanecem inalteradas as relações de paz e boa harmonia com os outros Estado; achando-se ainda pendente a questão da navegação com a República do Paraguai, em cuja solução pacífica e honrosa muito se empenha meu governo. Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, agradecendo-vos a coadjuvação que prestastes ao meu governo, e os auxílios que lhes destes para satisfazer às exigências do serviço público, confio em que, voltando às vossas províncias, continuareis a cimentar a política da moderação e concórdia, por cuja manutenção sempre me esforçarei, e que tantos benefícios já tem produzido para a nossa pátria. Esta encerrada a sessão. D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil¹⁸⁷.

O projeto sobre o número de juizes na Relação Eclesiástica do Império, situada na Bahia, havia sido apresentado pela Comissão de Negócios Eclesiásticos em 1857, mas tramitou bastante tempo. De acordo com o projeto:

Compete à Relação Eclesiástica, entre outros deveres, pronunciar-se sobre as causas de anulação de matrimônio: “nas causas cíveis, a demora pode ter alcance curto; mas nas de anulação e dissolução do matrimônio, cada dia que volve é um mal para a família, para o casal, para um ou ambos os cônjuges, para os filhos, e para a moral pública; é da essência dessas causas que os litigantes comecem por separar-se, daí se segue um depósito, como todos os sabidos transtornos de família, e prejuízos às fortunas que não forem mui sólidas, e mil conseqüências que é escusado desenvolver. Se há causas que devessem ser sumárrimas e rapidíssimas em sua solução definitiva são justamente essas em que o depósito prévio é, não de valores, mas de pessoa e de pessoa mulher, mulher esposa e mãe, e como tal (antes de condenada) digna de toda a comiserção e simpatia. E não obstante, essas causas hoje no Brasil não são nem podem ser julgadas!” A culpa não é dos juizes, mas da reforma do Judiciário que

¹⁸⁷ *Fala do Imperador D. Pedro II na Sessão Imperial de Encerramento da Assembléa Geral Legislativa em 13 de setembro de 1857.* Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

aplicou à Relação Eclesiástica as disposições previstas para as Relações Cíveis: “Atualmente o referido tribunal é composto de sete membros, alias mui distintos; mas, sem descer a pormenores, basta ponderar que um destes juizes preside o tribunal, e qualquer outro que falte, como quase sempre acontece, em consequência da enfermidade tenaz de um deles, deixa de haver sessão!” Com isso os processos se acumularam; montes de autos dessa natureza jazem dormitando no tribunal da Bahia. Tanto mais que: “É lamentável, mas certo, que as causas de anulação de matrimônio e de divórcio têm sido nestes últimos tempos mui freqüentes; só na Província do Rio de Janeiro têm elas quadruplicado!” A Comissão não pretende solicitar ao Governo a criação de outros tribunais de Relação, o que levantaria uma delicada questão de competência: “Num Estado em que a base da família se regula pela legislação canônica, será dado ao poder temporal criar validamente esses tribunais, que, destinados a atar e desatar na terra, têm mais alta representação? Poderia levar-nos longe este quesito, se tratássemos de criar; mas só pensamos em melhorar o que se acha criado. Nesta linha de solução: dois expedientes ocorrem à Comissão, ou que se aumente o número dos desembargadores, ou que as cousas tornem, como antes da reforma, a serem julgadas por três. Ponderando bem a alternativa, a Comissão julgou prejudicial o expediente de aumentar o numero de membros do tribunal, para que nunca, por falta de juizes, possa ele deixar de funcionar com facilidade¹⁸⁸.

Este projeto traz à tona questões interessantíssimas sobre a vida social no Império. O fato demonstrado no projeto de que o número de divórcios havia quadruplicado na província do Rio de Janeiro é um indicio muito interessante para o historiador que trabalha com questões relativas à família neste período. Como vimos, não era apenas na província do Rio de Janeiro que aumentava o número de casais se divorciando, na Bahia os processos se amontoavam e a Relação Eclesiástica não dava conta de atender a todos os pedidos. Ora, é claro que isso era uma preocupação para a Igreja, o casamento religioso era uma forma de disciplinar e disseminar a religião através do Império e isso por certo vinha preocupando a Igreja. Não obstante, a Comissão de Negócios Eclesiásticos da Câmara chamava a atenção para esta tendência que vinha se verificando na sociedade imperial. Existia por parte dos três membros da Comissão, dentre eles o cônego Hermógenes, a intenção de melhorar as condições de trabalho da Relação Eclesiástica do Império, mas havia também em seu projeto o desejo de chamar a atenção para aquela mudança social que se verificava na sociedade brasileira.

A discussão relativa a este projeto foi longa e a 20 de maio de 1858, provavelmente devido aos impasses gerados pela rejeição ao projeto e seu adiamento, o padre Joaquim Pinto de Campos concordava em que fosse ouvido o Ministro da Justiça, mas ressaltava a importância e a urgência do projeto pedindo que tudo fosse feito sem demora. Mas ao que tudo indica o projeto parece ter sido adiado por tempo indeterminado.

¹⁸⁸ *Projeto de Resolução da Comissão de Negócios Eclesiásticos a respeito da Relação Eclesiástica do Império. Sessão de 1857. In: Câmara dos Deputados. O clero no parlamento brasileiro. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 539-541.*

O projeto sobre a Relação Eclesiástica do Império nos leva a discutir outro projeto de grande interesse nacional. Projeto este que também tratava da relação Igreja-Estado, tendência que se verificava na Câmara desde outras legislaturas. O projeto versava sobre a situação dos casamentos mistos – que envolvia a questão do casamento entre pessoas que não professam a religião católica apostólica romana – e suas conseqüências civis e religiosas. A proposta do governo, que vinha sendo analisada pelas Comissões de Negócios Eclesiásticos e de Justiça Civil, tratava do casamento misto e gerou grande polêmica. Talvez incomodado com o projeto, “Joaquim Pinto de Campos com os Pes. Pinto de Mendonça e Brunswick, membros da Comissão de Negócios Eclesiásticos, apresenta emenda substitutiva ao projeto do Governo relativo aos casamentos mistos”. “O texto é precedido de longa exposição de motivos sobre casamentos entre não-católicos, casamentos mistos, indissolubilidade dos casamentos civis, casamentos já celebrados antes dessa lei, prazos para a dissolução, casamentos celebrados em países estrangeiros, impedimentos”¹⁸⁹.

No entanto, assim como a maioria dos projetos apresentados para discussão e votação o projeto do governo, por receber diferentes emendas das diferentes comissões de poderes, foi adiado e só voltou à discussão na sessão de 1860. Foi então sugerido pelo padre Antônio Pinto de Mendonça que tanto o bispo metropolitano como os demais bispos do Brasil fossem ouvidos sobre a proposta do governo e sobre as emendas a ela adicionadas. O próprio padre Pinto de Mendonça admite que não haveria como aprovar o projeto nas duas Câmaras ainda naquele ano de 1860.

Na sessão de 16 de agosto de 1858 um debate tomou conta da discussão. O deputado pelo Maranhão Viriato Bandeira Duarte pediu a palavra e se disse irritado com a demora das Comissões de Negócios Eclesiásticos e de Justiça Civil em dar seu parecer sobre a proposta do governo. Disse ainda que a demora causava agitação da opinião pública e que esta vinha sendo influenciada por um jornal religioso que começava a circular. Segundo o deputado Viriato o jornal a que se referia era sustentado por monges beneditinos. A fala do deputado maranhense desagradou aos padres e aos membros das Comissões, mas especialmente ao padre Joaquim Pinto de Campos. Assim, transcrevemos a seguir a discussão entre os dois deputados. O padre Pinto de Campos começa dizendo que:

Admira-se que o deputado não tenha protestado contra certos jornais que, em diversas épocas, atacaram a Monarquia e suas instituições, por conseguinte a ordem pública e

¹⁸⁹ *Emenda substitutiva ao projeto do Governo relativo aos casamentos mistos*. Sessão de 1859. In: Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 556-559.

que venha hoje chamar a atenção do país sobre um jornalzinho que nada pode ter de ofensivo ou prejudicial. Assinam-no, como assinam alguns dos jornais que se publicam no país, sem que disso lhes possa fazer carga (*apoiados*).

O Sr. Viriato: - O que não quero é que na América se inoculem idéias ultramontanas.

O Sr. Pinto de Campos (*com energia*): - O nobre deputado me define o que sejam idéias ultramontanas?

O Sr. Viriato: - Não é esta a ocasião.

O Sr. Pinto de Campos: - Neste caso me permitirá que deixe sem resposta o seu aparte.

O Sr. Viriato: - Idéias ultramontanas são as do nobre deputado.

O Sr. Pinto de Campos: - Tenho muito prazer em sustentá-las (*apoiados*)¹⁹⁰.

A Comissão de Negócios Eclesiásticos diz então que a demora em dar o parecer sobre a questão do casamento misto era consequência da seriedade da proposta, que deveria ser estudada e analisada cuidadosamente. A questão era realmente delicada, não dizia respeito apenas ao casamento em si, mas sim a toda a questão relacionada ao Padroado, ao direito constitucional e eclesiástico. Não por acaso ela tenha gerado tanta discórdia. A discussão do projeto se arrastou até o último ano da 10^a legislatura e causou até mesmo a divisão de alguns membros do clero no parlamento.

Outros projetos interessantes foram apresentados nesta legislatura, como o projeto de resolução de 28 de agosto de 1858 que autorizava o governo a contratar a confecção de um Código Civil, que poderia ser feito com o senhor Augusto Teixeira de Freitas, que já havia trabalhado para o governo na confecção da *Consolidação do Direito Civil*, deste ano de 1858, que teria influenciado consideravelmente o Código Civil Argentino. No entanto, o governo não assinou o contrato e o Código só foi elaborado na República. Outro projeto de 3 de setembro de 1858 autorizava o governo a despender 200.000\$000 com a criação de uma Fazenda Normal Especial, que seria uma espécie de escola de agronomia. Dentre os signatários deste projeto estavam vários dos padres-deputados. O padre mineiro José Felicíssimo do Nascimento apresenta junto a outros quatro deputados um projeto de resolução em que autorizava o governo a conceder um prêmio de 8:000\$000 “a quem apresentar o livro mais acomodado à compreensão dos lavradores, no qual se indiquem os principais defeitos da nossa lavoura, e se proponham os meios mais eficazes para os corrigir”¹⁹¹.

O padre Miguel Joaquim de Araújo, recém chegado à Câmara em 1859, como suplente pela província da Paraíba, combatia a forma como a Câmara adia constantemente os

¹⁹⁰ *Debate entre os senhores deputados padre Joaquim Pinto de Campos e Viriato*. Sessão de 16 de agosto de 1858. In: Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 548-549.

¹⁹¹ *Projeto de Resolução de 3 de setembro de 1858*. In: Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 551.

projetos a serem votados. Aproveitava ele para criticar a falta de atenção dada pela Câmara aos assuntos relativos à formação do clero. Assim, dizia ele que o adiamento,

[...] tem por fim protelar até ao infinito e, desta maneira, dar uma morte lenta e pausada aos projetos e medidas que o Corpo Legislativo tem em vista realizar. A Câmara tem sido pródiga em conceder licença a toda sorte de empregados públicos para viajarem na Europa, a alguns até para se irem recrear, e a outros para se tratarem de sua saúde. No entanto, manifesta uma oposição acintosa e sistemática quando se trata de conceder um ou outro pequeno favor, uma ou outra licença a um ou outro sacerdote, empregado também, que se pretende ir à Europa para estudar. Atitude incoerente portanto da Câmara, que, por um lado, censura o clero, taxando-o de ignorante e até mesmo de desmoralizado, e não dando os meios para que ele se instrua¹⁹².

Outro projeto interessante foi apresentado pelos padres Joaquim Pinto de Campos, José Felicíssimo do Nascimento, Antônio Pinto de Mendonça, Miguel Joaquim de Araújo, Inácio Marcondes de Oliveira Cabral e Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik. O projeto era o seguinte: “Artigo Único: Fica o Governo autorizado para impetrar da Santa Sé a bula de criação de um bispado na Província do Amazonas, tendo por sede e limites os mesmos que atualmente tem a província para administração civil, 6 de setembro de 1859”. No entanto, a diocese do Amazonas só foi criada em 1892 por Leão XIII¹⁹³.

Já na sessão da Câmara de 10 de julho de 1860 o padre Joaquim Pinto de Campos se posicionava a favor da idéia de Francisco Otaviano, ou seja, de que o clero não deveria ter participação nas mesas eleitorais. O padre ressaltou o seguinte:

Concordo, não pelas razões dadas na sessão de ontem pelo Sr. Martinho de Campos, que se mostrou receoso da invasão ultramontana, mas porque desejo que os párocos sejam afastados das lutas com seus rebanhos. Precisamos dos párocos para administrar os sacramentos, e não para ter parte na luta eleitoral¹⁹⁴.

A atuação do cônego no parlamento encerrava-se juntamente com o fim dos trabalhos legislativos referentes ao ano de 1859. Em *O clero no parlamento brasileiro* ficou registrado o seu afastamento da vida parlamentar: “o Pe. Hermógenes Brunswick, que ainda atua nos

¹⁹² Citação extraída de *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 552.

¹⁹³ *Projeto autorizando o Governo a criar um Bispado na Província do Amazonas*. In: Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 563.

¹⁹⁴ *Fala do padre Joaquim Pinto de Campos*. In: Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento brasileiro*. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 578.

dois primeiros anos da legislatura, apaga-se a partir de 1859. Na sexta sessão preparatória de 1º de maio de 1860 o cônego envia um ofício à Câmara, informando que, por incômodos em sua saúde, não poderia comparecer às sessões naquele ano. O ofício foi encaminhado à Comissão de Constituição e Poderes que deu o seguinte parecer:

À Comissão de Constituição e Poderes foi presente a participação oficial que fez o Sr. Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik, deputado pelo 10º distrito eleitoral da província de Minas Gerais, comunicando que por incômodos em de sua saúde não pode comparecer aos trabalhos da presente sessão legislativa; e atendendo à escusa apresentada, é a comissão de parecer que se convide a tomar assento ao respectivo suplente já juramentado, o Sr. José Tavares de Mello. Paço da Câmara dos Deputados, 1 de maio de 1860. – J. J. Teixeira Júnior. – Sergio de Macedo. – Villela Tavares¹⁹⁵.

O suplente Dr. José Tavares de Mello foi empossado no cargo, tomando o lugar de um dos poucos padres que ainda restavam representando o clero naquela legislatura. O cônego Hermógenes deixava definitivamente a vida pública, tanto na capital da província de Minas Gerais como na Corte. Teve ainda importante papel na política de sua região, orientando os novos chefes políticos do Partido Conservador naquela região e conseguindo favores para os mesmos junto aos seus aliados saquaremas da Corte e da província.

José Pedro Xavier da Veiga, em seu *Efemérides Mineiras*, assim se referiu ao cônego: “Sob o Império, um dos mais prestigiosos chefes do Partido Conservador de Minas (...) dedicado ao ensino da juventude, cuja inspeção o governo confiou-lhe no circulo literário de sua residência”¹⁹⁶. Sobre o importante papel do cônego na política da província de Minas Gerais e de seus inúmeros serviços prestados ao Império, disse ainda:

[...] exerceu os cargos de vereador e curador geral de órfãos e a profissão de advogado, para a qual tinha provisão. [...] Lecionou gratuitamente e por longo tempo Latim, Teologia Dogmática e Moral, sendo também distinto juriconsulto. Gozou sempre de muita estima e consideração, já por seus méritos intelectuais e numerosos serviços ao país, já pela integridade e nobreza de seu caráter, gênio serviçal, hospitaleiro, franco e leal¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Sexta sessão preparatória em 1 de maio de 1860. Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (10ª legislatura).

¹⁹⁶ José Pedro Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 848.

¹⁹⁷ Ibidem, ibidem.

O autor expõe finalmente que o cônego “foi durante quase meio século um dos vultos mais notáveis de Minas Gerais, mormente na zona do oeste, onde seu nome era verdadeiramente popular, não faltando tradições honrosas para torná-lo respeitável”¹⁹⁸.

A última carta enviada pelo cônego ao amigo Manoel Teixeira de Souza data de 1º de julho de 1861. Neste ano Manoel Teixeira de Souza já era senador pela província de Minas Gerais e também neste ano o cônego Hermógenes veio a falecer, apenas dois meses após esta última carta. A escrita suave e bem legível do cônego nesta última carta continuava com a mesma objetividade de outrora, sem rasuras, erros ou algo mais que indicasse seu grave estado de saúde e a avançada idade. Nesta carta o cônego pede a interferência do senador para ajudá-lo a ser reformado na Guarda Nacional. Foi este o último pedido feito ao amigo senador.

¹⁹⁸ Ibidem, ibidem.

4.3 O testamento: resultado de uma longa vida.

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, em quem firmemente creio, em cuja fé protesto viver e morrer; Eu, Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik, como fiel Católico, Apostólico, Romano, temendo-me da morte, termo infalível do homem, e achando-me no meu perfeito juízo, senhor de mim e de todas as minhas potências e faculdades mentais, com o perfeito conhecimento do que faço, vou proceder a este meu testamento e ultima vontade a fim de dispor dos meus bens na forma da Constituição e mais Leis do Império para depois da minha morte. Declaro que sou Presbítero Secular do Habito de São Pedro e atualmente Vigário confirmado nessa igreja de Nossa Senhora do Desterro da Villa do Desemboque, do Bispado de Goiás e da Província de Minas Gerais¹⁹⁹.

No dia 6 de abril de 1859 o cônego escreveu e assinou seu testamento. Resultado de uma longa vida construída no Sertão da Farinha Podre, através da articulação com importantes grupos familiares locais, da acumulação de muitos cargos públicos e fruto da ascensão política e social vivenciada por este indivíduo ao longo de sua vida. Este instigante documento foi publicado e vem acompanhado de todo o processo de inventário e divisão dos bens deixados pelo cônego. No testamento, a difícil tarefa de colocar no papel a divisão de toda sua fortuna entre seus descendentes, a Igreja, e demais pessoas da região contempladas por ele, aparece de forma bem objetiva. O cônego fez questão de deixar claro que a divisão fosse feita de acordo com o que ele estipulava no documento.

O trecho acima transcrito corresponde ao trecho inicial do testamento do cônego Hermógenes. No momento em que o escreveu o cônego se encontrava provavelmente na sua casa da vila, localizada na Rua da Vargem, local onde funcionava o Círculo Literário dirigido por ele para atender aos jovens pobres daquela localidade. Ali o cônego passava para o papel seus últimos desejos. Dentre eles, o de que a divisão de seus bens obedecesse ao seu testamento, pois como frisou no início do texto, tinha pleno conhecimento do que fazia e achava-se em perfeito juízo. Também aparece de forma bastante clara o desejo de que seu corpo fosse enterrado no adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro. Exatamente na entrada principal daquele templo. Este gesto, digno da humildade e da grande humanidade do cônego, demonstra o respeito e o eterno agradecimento para com os moradores daquele sertão, que constantemente estariam pisando sobre aquele que um dia foi o maior representante daquela região.

¹⁹⁹ Trecho inicial do testamento deixado pelo cônego Hermógenes. Fizemos apenas algumas correções na gramática para que o leitor possa fazer uma leitura melhor. Nenhuma modificação ou alteração foi feita quanto ao conteúdo do documento. In: NABUT, 1986, op. cit., p. 238-240.

O testamento foi escrito no dia 6 de abril de 1859 e neste mesmo dia o cônego tratou de reconhecer legalmente aquele documento. Em visita à sua residência o tabelião da vila, junto a outras testemunhas, reconheceu a validade do testamento e reconheceu a pessoa do cônego.

Em casa do reverendo vigário cônego Hermógenes Casimiro de Araujo Brunswik onde eu tabelião abaixo nomeado vim e sendo ele ai presente que reconheço pelo próprio que se acha de pé e em seu perfeito juízo, e entendimento segundo o meu parecer e das testemunhas que presente estavam e positivamente foram convidadas perante as quais por ele dito reverendo testador da suas mãos as minhas me foi dado este papel fechado e cosido dizendo-me que era seu testamento e que ele fizera e escrevera e assinara pelo seu próprio punho, e que queria que eu lho aprovasse, cujo papel eu aceitei e achei com efeito ser o testamento do sobredito reverendo testador o cônego Hermógenes Casimiro de Araujo Brunswik²⁰⁰.

O testamento foi entregue lacrado e o cônego confiou ao tabelião que o documento somente fosse aberto após a sua morte. No mês de setembro de 1861, mas precisamente no dia 26 pela manhã, o cônego faleceu. Segundo uma carta enviada por José Maria Casimiro de Araujo ao Barão de Camargos, datada de 30 de setembro de 1861, o cônego “foi vítima de duas cruéis enfermidades, uma gastro enterity e catarro pulmonar crônico, que resistiram a todos os socorros da medicina, sem que ele experimentasse melhora alguma durante o seu longo sofrimento de três meses”²⁰¹.

O cônego deixava registrado em seu testamento que fosse feita a distribuição de certas quantias em dinheiro para os pobres da vila, para que se procedesse a reforma em todas as capelas da freguesia – eram três – e para que se fizesse o pagamento de pessoas que prestaram serviços em sua residência.

No testamento e no inventário dos bens do cônego estão as mais plausíveis informações sobre a possível paternidade. Ele instituiu como herdeiros universais todos aqueles oito indivíduos que imaginamos serem os seus filhos. Os sobrenomes são todos iguais – Casimiro de Araujo – e as idades são seguidas. Dentre eles estão o Barão de Ponte Alta e a esposa de Antônio Borges Sampaio. Esta deve ser a comprovação oficial de que o cônego reconhecia a paternidade dos filhos e que deixava a maior parte de sua herança para eles. Inclusive instituiu um dos filhos como testamenteiro.

²⁰⁰ Processo de inventário dos bens do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik. In: NABUT, 1986, op. cit., p. 240-241.

²⁰¹ *Carta de José Maria Casimiro de Araújo a Manoel Teixeira de Souza de 30 de setembro de 1861*. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Fundo: Barão de Camargos.

Dentre os objetos inventariados havia de tudo. Pratarias e jóias em ouro e pedras preciosas. Havia relógios em ouro, fivelas, anéis, algumas bengalas, moedas, ouro bruto, botões, óculos, alguns castiçais, uma chaleira de porcelana, dois serviços de louça chinesa azul avaliados em 111\$500 réis, ferro de passar roupas, havia ainda dentre esses objetos de metal faqueiros completos em prata e talheres diversos. As vestes sacerdotais do cônego também figuravam entre os objetos avaliados, como uma batina com capa larga de seda, avaliada em 54\$000 réis.

Outros objetos como um estojo de barbear completo, uma espingarda, uma cafeteira, um arreio para montaria feito com peças de prata, um par de esporas, relógios de mesa, uma papeleira de viagem, papel pautado para música, espelhos, bandejas de metal, bacias, travessas e panelas, jarras e taxos, pratos de metal e vidro, fogão de ferro, um alambique de folha, garrafões em vidro, um chapéu de sol feito de seda, objetos em couro, um almofariz, um freio de ferro, um oratório, um missal, dentre outros. Havia mobílias e móveis como cadeiras de palha, uma marquesa, catres com tamboretas, catre de cortina, cômodas, mesas, escrivaninhas, dois pares de canastras, bancos de madeira. Dentre os bens havia ainda muito material de construção como telha, ferro e chapas de cobre; material de trabalho rural, como um arado, botas em couro para montaria, equipamento para torrar café, sacas de sal, muitas alqueires de cal, correntes de ferro, muitas enxadas, foices e machados, debulhador de milho, dezoito carros de milho (avaliados em 10\$000 réis cada um), dentre outras coisas.

Entre os bens do cônego estavam também cento e trinta e nove livros de direito criminal, os quais ele utilizava para advogar, algumas histórias e alguns dicionários de língua portuguesa e latim, mas infelizmente não consta uma relação mais abrangente sobre estes livros. Não sabemos, por exemplo, se eram 139 livros ou volumes, pois cada livro poderia ter diversos volumes, o que faria da biblioteca do cônego uma grande biblioteca. Eduardo Frieiro devassou a biblioteca do também mineiro cônego Luís Vieira da Silva e observou que:

Do cônego Luís Vieira, a julgar pelos livros que possuía, pode-se dizer que foi um mineiro que respirou a plenos pulmões os melhores ares do espírito do tempo. Figure-se isto: um letrado pobre, como era o nosso cônego – a pobreza era geral – tinha em sua casa, nos sertões das Minas Gerais, duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes. Essas centenas de volumes representavam uma biblioteca magnífica para a época e o lugar. Para qualquer lugar naquela época, acrescenta-se logo, pois deve-se levar em conta que no tempo de Luís Vieira da Silva as livrarias particulares, mesmo na Europa, não eram consideráveis. A de Kant, por exemplo, não passava de trezentas obras. Um século antes, Spinoza tinha apenas cento e sessenta²⁰².

²⁰² FRIEIRO, 1981, op. cit., p. 20.

Ou seja, em nosso caso, faltam informações que nos permitam conhecer melhor quais eram os livros que estavam entre os cento e trinta e nove levantados pelos avaliadores dos bens do cônego Hermógenes. Conhecer esses títulos e seus respectivos volumes poderia significar dizer que o cônego estaria entre os maiores letrados daquele sertão mineiro e da própria província, como era o caso do cônego Luís Vieira da Silva. Mas por outro lado, poderia também mostrar-nos que ele era um ilustrado comum interessado pela leitura.

Estariam entre os seus livros alguns dos títulos proibidos pela coroa ainda no período colonial? Quais eram os livros de sua biblioteca e quem eram seus autores? Que tipo de leitura mais atraía o cônego? Seriam apenas livros sobre direito ou de cunho religioso? Infelizmente não podemos responder a estas perguntas por desconhecer o que realmente havia na biblioteca do cônego Hermógenes. Mas a quantidade de livros encontrada em sua biblioteca – quer seja ela um indicativo do grau de ilustração ou não – é bastante significativa para aquela época, principalmente naquela região em que ele vivia. Como demonstrou Eduardo Frieiro:

O melhor da livraria de Luís Vieira da Silva não estava na quantidade, mas na qualidade das obras reunidas. Não se pode imaginar nada mais variado nem mais bem escolhido. Tanto em obras de formação ou de informação, como em obras de edificação ou de recreio, assim como nas de agitação e propaganda de novas idéias, havia ali com que satisfazer ao mais exigente espírito livresco daquela época em que o gosto da leitura se espalhava por todas as partes²⁰³.

Também não existe no testamento e no processo de inventário dos bens informação alguma sobre documentos manuscritos e impressos do cônego, como as cartas trocadas por ele com outras pessoas da Corte e da província, os jornais que ele assinava, nem mesmo os diplomas de deputado provincial e deputado geral expedidos pelas respectivas Assembléias Legislativas.

Os animais deixados pelo cônego eram inúmeros, dentre eles: 16 burros e bestas, 15 cavalos e podros, 8 éguas paridas e 22 solteiras, 60 vacas paridas, 63 vacas solteiras, 74 novilhas, 73 garrotes e bezerros, 4 marruás, 14 bois arriados (avaliados cada um em 35\$000 réis), outros 9 bois mais novos também arriados e 20 porcos.

Os escravos não eram muitos se comparados a outras localidades das Minas Gerais. Eram 16 escravos entre homens e mulheres, dentre os quais 9 tinham idades acima de 45

²⁰³ Ibidem, p. 24.

anos. Alguns com ofício como era o caso do escravo Damião Crioulo que exercia a função de carpinteiro e que tinha 38 anos.

Entre os bens de raiz figuravam casas na Vila do Desemboque, localizadas na Rua da Vargem e próximo a Igreja Matriz, e também a Fazenda Nova Suécia, que estava equipada com

[...] casas de vivenda, paiol, senzalas e moinho, cobertos de telha, com monjolo coberto de capim, quintal plantado com arvores de espinho e outras frutas, com currais de pedra, servindo rego d'água e um retiro coberto de capim, com campos de criar e enfeixos de vacas, e terras de cultura, vista e avaliada pelos avaliadores na quantia de 10 contos de réis que a margem dai²⁰⁴.

Os avaliadores ainda computaram as dívidas ativas deixadas pelo cônego e que o mesmo pedia em testamento que fossem quitadas. Sendo assim, o patrimônio deixado pelo cônego somava 39.760\$000 réis, uma grande fortuna que foi dividida entre os seus herdeiros.

Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik esteve por 47 anos ininterruptos à frente dos trabalhos paroquiais da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, passando boa parte de sua vida entre o sertão longínquo e os mais importantes centros urbanos do Império: as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto. Padre, político, professor do Círculo Literário da vila, advogado provisionado, juiz de órfãos, fazendeiro, chefe de família, o cônego Hermógenes teve significativa atuação enquanto liderança política e religiosa no Império. Tinha 78 anos de idade quando faleceu, a 26 de setembro de 1861, após ter dado sua contribuição ao fortalecimento e consolidação do Estado imperial brasileiro.

Trabalhou nas três instâncias do legislativo: municipal, provincial e imperial. Defendeu sempre a sua posição política e partidária, permanecendo durante toda a sua carreira fiel aos princípios do Partido Conservador e esforçando-se para defender e disseminar os princípios monárquicos e constitucionais. Em todos os documentos que encontramos sobre ele, ou produzidos por ele, observamos que o cônego orientava suas ações prezando sempre pela legalidade e constitucionalidade dos atos. Via no sistema da monarquia representativa a melhor opção para o futuro do Brasil, defendendo desde os tempos coloniais a família real e as instituições políticas do Império. Foi assim que construiu e orientou toda a sua carreira no governo representativo do Império e como representante da Igreja Católica.

²⁰⁴ Processo de inventário dos bens do cônego. In: NABUT, op. cit., 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação política do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik durante o Brasil Império. No entanto, foi necessário trabalhar com outros temas antes de analisar sua atuação política. Para isso foi preciso retroceder um pouco mais no tempo para entender como a sua carreira política foi construída e em que bases ela se consolidou. Assim, fomos levados a analisar a história de sua família, analisar o momento e o contexto de sua ordenação sacerdotal na São Paulo de início do século XIX, assim como compreender o processo de povoamento do Sertão da farinha Podre em curso desde fins do século XVIII. Ou seja, regressamos até o período colonial para melhor compreender, e conseqüentemente explicar, os diversos fatores que levaram o cônego Hermógenes a se projetar nacionalmente na política.

Desde o século XIX a nação vem sendo construída. Por nação, entendemos a formação de identidades coletivas e dentre estas identidades coletivas estão as identidades étnicas, religiosas, as identidades regionais e, conseqüentemente, a própria identidade nacional²⁰⁵. Durante o século XIX a unidade territorial do vasto Império tropical em torno de um governo único, que tanto preocupou o Imperador e o governo imperial, se consolidou. Mas nem por isso o Império do Brasil se viu livre de movimentos organizados que abalaram suas estruturas e ameaçaram a sua integridade. Os farroupilhas no sul, os liberais em São Paulo e Minas Gerais, a Praieira em Pernambuco, a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, são todos movimentos que refletiram o descontentamento fruto da política centralizadora empreendida pelo governo em nome da unidade da nação. O Ato Adicional de 1834, que promoveu certa descentralização político-administrativa, delegando novos poderes para as Assembléias Legislativas Provinciais, por outro lado centralizou a política municipal amputando-lhe sua antiga autonomia. A bipolaridade partidária também foi motivo de constantes conflitos na política imperial, embora Ilmar de Mattos tenha demonstrado que não havia *nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*²⁰⁶. É, portanto, neste contexto histórico que visualizamos a atuação política do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik e neste sentido analisamos a sua vida e a sua obra. E foi através desta análise que pudemos reconhecer *Um Legislador nas Gerais*.

²⁰⁵ José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 10.

²⁰⁶ MATTOS, 2004, op. cit., p. 115.

A participação do cônego no desenvolvimento do Sertão da Farinha Podre foi fundamental. Este homem se embrenhou no mato para acompanhar os entrantes que desbravaram aqueles sertões, teve contato direto com povos indígenas que habitavam aquela região e fez parte de entradas e expedições organizadas para reconhecer, explorar e demarcar as terras do sertão. Esteve sempre alinhado aos anseios do governo e da Igreja. Para ambos a disseminação dos princípios colonizadores de explorar as novas terras, expulsar as populações indígenas e efetivar o assentamento de novas famílias de colonos era de grande interesse.

O resultado deste processo foi que a vastidão da Farinha Podre foi paulatinamente se abrindo para o assentamento de novas famílias e por ser uma região de terras muito ricas as atividades voltadas para a agricultura e pecuária não tardaram em se desenvolver. Isto possibilitou o surgimento de um comércio regional que ao longo do século XIX integrou-se ao mercado imperial. A transformação do *Sertão* em *Triângulo*, portanto, se deu por conta da inserção econômica, social e principalmente política daquela região ao mundo do governo representativo. Ela passou a se adequar aos ditames da Constituição e das leis do Império e um dos responsáveis por este feito naquela região foi certamente o cônego Hermógenes.

A elite familiar local, da qual o cônego era sem dúvida o principal expoente, lutou pelo controle dos mais variados cargos de toda aquela região. Fortalecendo-se enquanto autoridade, este grupo tornava-se porta-voz do governo em sua respectiva localidade. Por outro lado tornavam-se também detentores do poder constituído, ou melhor, eram eles próprios o poder constituído. Uma vez empossados nos mais variados cargos da municipalidade passavam a exercer sua autoridade em benefício de seus interesses próprios, em benefício da população e em benefício do desenvolvimento econômico e político da região. O desenvolvimento econômico estava diretamente ligado à consolidação política da região no cenário imperial. Neste sentido, o cônego foi por seguidas vezes vereador e presidente (em algumas ocasiões) das câmaras municipais do Desemboque, Araxá e Uberaba. Assim, durante o decorrer do século XIX seu nome tornou-se cada vez mais conhecido por toda aquela região oeste das Minas Gerais.

Como vimos ao longo do texto, as constantes orientações que o cônego dava às demais autoridades locais enquanto era deputado provincial surtiram efeitos benéficos para aquela região: primeiramente porque o Desemboque foi elevado à condição de vila, segundo porque conseguiu verbas para construção de obras públicas através da Assembléia Legislativa Provincial e terceiro porque a moralização e disciplinarização das autoridades locais foi fundamental para a manutenção de uma boa relação com os governos provincial e imperial. Isto significava, portanto, maior articulação, e conseqüentemente, maior participação no

governo representativo. Portanto, o cônego teve um papel singular como construtor social de toda aquela região, desde o processo de povoamento até a consolidação do Triângulo Mineiro enquanto uma região politicamente, economicamente e culturalmente ativa no Império.

Enquanto membro da Igreja Católica o cônego exerceu as funções religiosas condizentes com os cargos ocupados e esta atuação religiosa permitiu-lhe uma proximidade com o mundo do governo. Durante a vigência do Padroado, como vimos, Igreja e Estado estavam unidos no governo do Império e foi com base nesta dupla atuação que o cônego construiu sua atuação legislativa. Durante as primeiras décadas do século XIX o cônego foi a mais alta autoridade existente na freguesia do Desemboque. Quando assumiu a administração daquela freguesia o cônego compreendeu que a mesma estava desamparada e desassistida. Era um território extremamente grande, com poucos caminhos entre seus povoados e a longa distância dificultava ainda mais a assistência espiritual aos habitantes. O cônego logo tratou de organizar a freguesia e passou a atender sistematicamente aos mais dispersos moradores. Essa atuação religiosa deu amparo para suas ações no campo da política e despertou o respeito e admiração dos habitantes. Até sua morte, ocorrida em 1861, ele exerceu as atividades religiosas e administrativas naquela freguesia. No entanto, como era vigário colado daquela freguesia o cônego tinha o direito de nomear um coadjutor e isto facilitou sobremaneira tanto sua atuação religiosa quanto política naquela região.

Portanto, não foram somente as relações de parentesco que contribuíram para tornar conhecido o nome do cônego Hermógenes na política imperial. Na cidade de São Paulo, onde estudou e ordenou-se padre, adquiriu fama de bom pregador e ganhou a confiança de membros da Igreja paulista. Na província de Goiás o nome do cônego era amplamente conhecido entre as autoridades religiosas. Enquanto vigário geral da Comarca Eclesiástica do Novo Sul o cônego devia prestar conta ao bispado sobre o andamento dos trabalhos e dos problemas enfrentados naquela comarca, mantendo contato estreito com o clero goiano. No Rio de Janeiro tornou-se conhecido entre os parlamentares, especialmente entre os membros do Partido Conservador. Ocupou uma cadeira na Assembléia Geral Legislativa por quatro anos, contribuindo ao legislativo nacional e destacadamente à região da província mineira a que se ligara. Na província de Minas Gerais o cônego soube aproveitar sua presença na Assembléia Legislativa Provincial para relatar as reais condições de vida de sua região, onde havia fartura de água e de terras de cultura e que por isso atraiu no decorrer do século XIX novas famílias de colonos.

Este legislador das Minas Gerais orientou sua atuação política e religiosa com base na ordem e na legalidade. Em nenhum momento demonstrou insatisfação em relação à Monarquia Constitucional. Ao contrário foi sempre defensor dos princípios monárquicos e das instituições do Império. Acumulou cargos na burocracia local da região da Farinha Podre, aproximou-se da população desamparada daquela freguesia, estabeleceu em torno de si uma ampla rede de relacionamentos familiares e de compadrio, soube manter toda uma clientela ligada direta ou indiretamente a ele, constituiu família, por conseguinte, estendeu toda a sua autoridade à família. A família possibilitou-lhe ascender política e economicamente e também se beneficiou de toda sua influência e autoridade. Os filhos desde cedo tornaram-se influentes em diferentes segmentos: na Guarda Nacional, no legislativo municipal e provincial, no judiciário, na polícia, assim como no comércio, na agricultura e na pecuária. Com base, portanto, na família, na Igreja, na economia local, na participação política – desde sua atuação no legislativo municipal até a Câmara dos Deputados – e na atuação parlamentar, o cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik tornou-se *Um legislador nas Gerais*. Assim, consideramos que ele tenha sido um dos construtores da região da Farinha Podre e responsável pela inserção daquela região ao restante do Império.

Miriam Dolhnikoff defende que as elites regionais e locais tiveram papel fundamental da construção do Estado. Neste sentido, o cônego Hermógenes foi um dos muitos construtores da nação que, espalhados pelo imenso território do Império, trabalharam em conformidade com o governo, com a Igreja Católica e com as demais instituições políticas imperiais para consolidar o Estado nacional brasileiro. A atuação de homens como o cônego influenciou decisivamente na condução do Estado. Assim, sua história é tanto uma história individual como uma história nacional.

FONTES

I – MANUSCRITAS:

Arquivo Público Mineiro.

Projetos, Pareceres e Resoluções das legislaturas 8ª, 9ª, 10ª e 11ª.

Fundo: Sessão Provincial – Assembléia Legislativa Provincial.

Período – 1850-1857.

Localização:

AL 3/8 – Cx. 1, 2, 3, 4.

AL 3/9 – Cx. 1, 2, 4.

AL 3/10 – Cx. 1, 2, 3.

AL 3/11 – Cx. 1, 2, 3.

Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araujo Brunswik.

Livro de Ata de Qualificação de Eleitores da Câmara Municipal do Desemboque (1846-1860).

Livro de registro de ofícios do Julgado do Desemboque (1833-1846).

Livro de Ata das eleições de vereadores e juizes de paz da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, do termo desta Vila do Araxá (1847-1864).

Livro de termo de posse de vereadores, juizes de paz e empregados da Câmara Municipal do Desemboque (1851-1865).

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar de Ouro Preto).

Correspondências trocadas entre o cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik e o Barão de Camargos.

- Carta de 25 de julho de 1840.
- Carta de 22 de novembro de 1841.
- Carta de 19 de fevereiro de 1850.
- Carta de 10 de maio de 1850.
- Carta de 5 de julho de 1850.
- Carta de 19 de maio de 1852.
- Carta de 8 de janeiro de 1853.

- Carta de 14 de maio de 1853.
- Carta de 27 de abril de 1855.
- Carta de 27 de julho de 1855.
- Carta de 13 de agosto de 1855.
- Carta de 25 de outubro de 1856.
- Carta de 6 de dezembro de 1856.
- Carta de 20 de fevereiro de 1857.
- Carta de 13 de novembro de 1859.
- Carta de 1 de julho de 1861.
- Carta de setembro de 1861 (José Maria Casimiro de Araújo).
- Carta de 26 de outubro de 1861 (Antônio Borges Sampaio).

II – IMPRESSAS:

Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados.

Período referente à 10ª Legislatura:

Anos 1857, 1858, 1859, 1860.

Câmara dos Deputados.

O clero no parlamento brasileiro. Vol. 4 (1843-1862). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

Diário da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais.

Ano 1º, Número 5, de 22 de abril de 1850.

Ano 1º, Número 21, de 24 de junho de 1850.

Ano 1º, Número 23, de 5 de julho de 1850.

Governo do Estado de Goiás.

Anais da Província de Goiás do ano de 1863. Por José Martins Pereira de Alencastre. Goiânia: Governo do Estado, 1979.

Revista do Arquivo Público Mineiro.

Representantes de Minas Gerais (Eleitos de 1821 a 1896). Volume 1, número 1/4, ano 1896, p. 23-96.

O Cônego Hermógenes: apontamentos biográficos. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 1, número 1/4, ano 1896, p. 735-754.

Uberaba: historia topográfica da Freguesia do Uberaba, vulgo Farinha Podre. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 1, número 1/4, ano 1896, p. 339-346.

Campo Belo da Farinha Podre. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 2, número 4, ano 1897, p. 735-747.

Uberaba: estradas priméveas do Sertão da Farinha Podre. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 6, número 1, ano 1901, p. 93-96.

Requerimento dos moradores de São domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais (1815). Volume 9, número 3/4, ano 1904, p. 875-882.

Breve notícia de D. Maria Casimira de Araújo Sampaio. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 14, ano 1909, p. 227-232.

Caraça: apontamentos históricos e biográficos. Volume 10, número 3/4, ano 1905, p. 824-827.

Notícia biográfica do Barão de Ponte Alta. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 14, ano 1909, p. 241-252.

Sertão da Farinha podre, atual Triângulo Mineiro. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 14, ano 1909, p. 263-287.

A luz elétrica em Uberaba. Por Antônio Borges Sampaio. Volume 14, ano 1909, p. 305-308.

Documentos diversos:

Carta de Ordenação de Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik. In: NABUT, 1986, p. 187.

Requerimento enviado ao prelado da diocese de Goyáz pedindo a continuação de socorros ao culto religioso na capella de S. Antonio e S. Sebastião da Berava e respectiva Provisão (1818). In: NABUT, 1986, p. 188.

Provisão de licença para ereção da capella do Santíssimo Sacramento e Acta de fundação da mesma capella (1820). In: NABUT, 1986, p. 191.

Alvará régio concedendo licença para ereção de uma capella em São João Baptista da Serra da Canastra (1820). In: NABUT, 1986, p. 195.

Circular de convocação eleitoral à Assembléa Parochial desta freguesia do Desemboque neste ano de 1846. In: NABUT, 1986, p. 173.

Termo de apresentação de eleitores do décimo districto eleitoral da Província de Minas Gerais (1857). In: NABUT, 1986, p. 225.

Carta enviada ao Dr. Antônio da Costa Pinto Junior a respeito dos trabalhos na Câmara Temporária (1858). In: NABUT, 1986, p. 214.

Carta enviada ao Conselheiro João de Almeida Pereira F. sobre a construção da ponte da Jaguará sobre o Rio Grande (1860). In: NABUT, 1986, p. 215.

Testamento e Inventário dos bens do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik. In: NABUT, 1986, p. 236.

III – FOTOGRAFIAS:

Acervo do autor.

Acervo do pesquisador Amir Salomão Jacób.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar de Ouro Preto).

Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik.

Arquivo Público de Uberaba.

Site sobre a cidade de Ouro Preto:

(<http://www.ouopreto-ourworld.jor.br/OPantigo.htm>)

BIBLIOGRAFIA

Dissertações, Monografias e Teses:

BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2006.

DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

GAETA, Maria Aparecida J. V. *O bispado de São Paulo: D. Mateus de Abreu Pereira, a oração e a política (1796-1824)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 1983.

LEWKOWIKZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Desemboque: uma freguesia mineira nas primeiras décadas do século XIX*. TCC (Graduação em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2004.

MARTINS, Antônio M. Ventura. *Um Império a construir, uma ordem a consolidar: elites políticas e Estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: a filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960)*. Tese (Livre-Docência). Franca: FHDSS/UNESP, 1998.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

RISCHITELI, Augusto Bragança S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2005.

SILVA, Fernanda Lourdes C. *Em brancas lutas: a trajetória de Teófilo Ottoni, sua idéias políticas e sua pratica social na consolidação do estado no Brasil (1831-1869)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2003.

VENÂNCIO, Anderson Luis. *A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: FHDSS/UNESP, 2005.

Livros:

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: elementos para um estudo de caso*. Prefácio de Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. *Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. Uberlândia: Composer, 2003.

BILHARINHO, Guido. *Uberaba: dois séculos de história (dos antecedentes a 1929)*. Vol. 1. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Escolha de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850)”. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CALDEIRA, Jorge. (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

CANDIDO, Antônio. (org.). *Apontamentos de viagem*. Por Joaquim de Almeida Leite Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/USP, 1968.

_____. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CERCHI, Carlos Alberto. “O cônego Hermógenes”. In: NABUT, Jorge Alberto. (org.). *Desemboque: documentário histórico e cultural*. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba; Arquivo Público de Uberaba, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo Globo, 2005.

_____. “O lugar das elites regionais”. *Revista USP*, no. 58, p. 116-133. São Paulo, 2003.

_____. “A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 70, p. 33-50. São Paulo, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. 9ª edição. São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34/USP, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global, 2004. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; Como era Gonzaga? e outros temas mineiros*. São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. USP, 1981.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. *A provincial brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8ª edição. Tomo II – O Brasil monárquico. Vol. 4 – Dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro. 1958.

JACÓB, Amir Salomão. *As terras de Maria ausente: a fundação da cidade de Sacramento*. Uberaba: Editora Rios, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MALATIAN, Teresa Maria; LEME, Marisa; MANOEL, Ivan Aparecido. (orgs). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: formação do Estado imperial*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MENEZES, Furtado de. *Clero mineiro (1553-1889)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1933.

NABUT, Jorge Alberto (org.). *Desemboque: documentário histórico e cultural*. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba; Arquivo Público de Uberaba, 1986.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil).

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Nacional, 1976.

PONTES, Hildebrando de Araújo. *Vida, casos e perfis*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1992.

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*. São Paulo: Globo, 2004.

PRADO, Maria Emilia. (org.). *O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

REZENDE, Eliane Mendonça Marques. *Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Unicamp, CECULT-IFCH, 2001. (Coleção Várias Histórias).

RODRIGUES, José Honório. *O Parlamento e a consolidação do Império: 1840-1861*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

RODRIGUES, J. C. *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.

RODRIGUES, Maura Afonso. *Fagulhas de história do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: Atelier, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. (Reconquista do Brasil, vol. 7).

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. Vol. 1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos oitocentos*. Uberaba: Intergraf, 2001.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

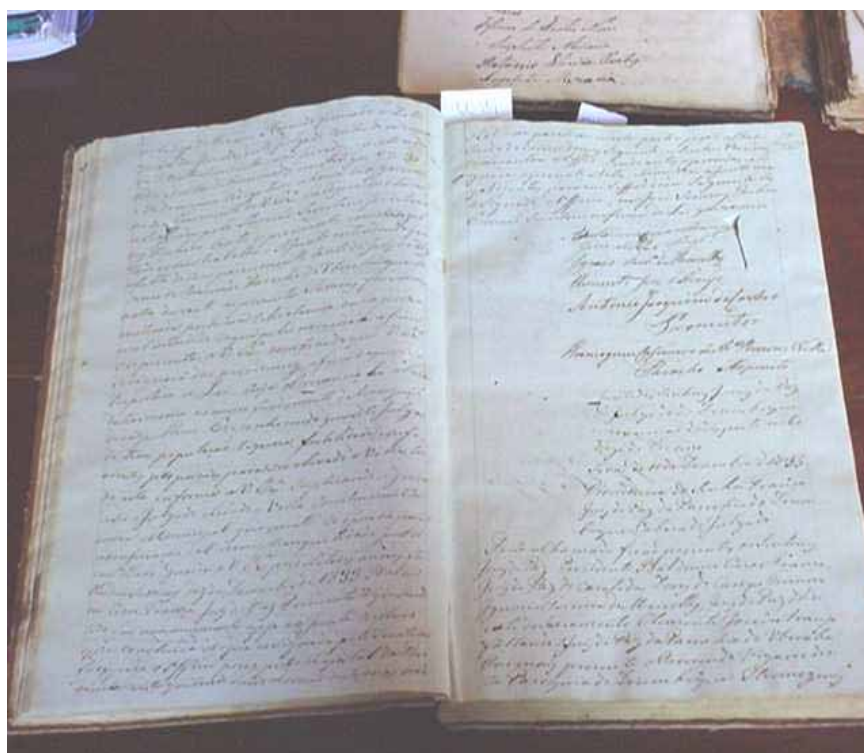
URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1986.

VEIGA, José P. X. da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

VEIGA, Mons. Dr. Eugênio de Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial (1500-1822)*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1977.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

ANEXOS



Livros da Câmara Municipal do Desemboque. Documentos de meados do século XIX. Fonte: Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik.

[Handwritten text, top page]

1855

[Handwritten text, middle section]

[Handwritten signature and address, bottom section]

[Handwritten text, bottom page]

[Signature]

[Handwritten signature and address, bottom section]

Cartas enviadas pelo cônego Hermógenes ao Barão de Camargos do ano de 1855. Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

DIÁRIO

DA ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MINAS GERAES.

ANNO 1.º

SEGUNDA FEIRA 22 DE ABRIL DE 1850.

NUMERO 5

ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 6 DE ABRIL DE 1850.

Presidencia do sr. Conego Bhering.

As 11 horas da manhã feita a chamada, e achando-se presentes vinte dous srs. deputados, faltando sem participação os srs. Almeida, Barros e Vedigal, abriu-se a sessão. O sr. 1.º secretario dando conta do expediente fez menção de uma petição em que Antonio Buselim pede, que se decrete fundos, para pagamento da importancia do contracto celebrado entre elle e o exm. governo em data de 13 de outubro de 1848: á commissão de fazenda provincial.

O sr. *Hermogenes*. — Sr. presidente, pedi a palavra para mandar á mesa um requerimento, e como me cumpre motivá-lo, direi antes de o fazer, que não é meu intento accusar, e menos dar importancia a pessoa alguma: pela continuação de meu discurso, vós, senhores, reconheceréis, que em razão do emprego, que occupo na repartição ecclesiastica do Novo Sul do bispado de Goyaz sou forçado, a levantar minha debil voz neste sanctuario das leis; e para que a assemblea tenha esclarecimento da materia, peço faculdade para fazer a leitura de alguns documentos, e depois analisando-os farei sobre elles algumas reflexões; e lê os seguintes:

Illm sr. — A camara municipal desta villa em sessão de 7 do corrente deliberou, que se officiasse a v. s. remetendo as copias inclusas, tanto do exm. sr. presidente da provincia, como as mais: E ella espera que v. s. na parte que lhe toca dê as providencias. — Deos guarde a v. s. Paço da camara da villa do Araxá 9 de outubro de 1846 — Illm e rvm. sr. vigario geral da comarca ecclesiastica do Novo Sul. — O presidente Fortunato José da Silva Botelho — Antonio Julio de Figueiredo — Francisco da Costa Pereira — Custodio Pereira de Siqueira Junior — Custodio Rodrigues de Bezende — Francisco de Paula Gomes — Elias Alves Carrêjo

Illm. srs. — Acabando de receber um officio do exm. presidente desta provincia cumpre transmitir-o a v. ss. com as mais pessos que acompanharão o mesmo, a fim de tudo ser registrado no cartorio da illustre camara dessa villa do Araxá, esperando que os autographos me sejam reenviados, pois devo remetter ao sr. bispo Diocesano. Taes documentos comprovão tudo, que provado está no processo contra o reverendo Lobo, e ainda mais: a ordenação irregular tornou-se suspeita da fé, ou irtica, por receber ordens que já tinha recebido, só com o fim de receber a ultima. Este facto é virgem na Igreja Catholica, e só praticado por um monstro:

tenho pezar de não chegarem as pessos officias oito dias antes, pois em lugar da sala livre teria guardas doze vezes dobradas, e a sentença seria com todo o rigor dos sagrados Camones, e entregue ao braço secular para applicar as suas penas. Illm.º srs. — eu estou certo que v. ss. nao só como membros da camara, mas tambem como verdadeiros religiosos olharão para o acontecido mui escrupulosamente dando todas as providencias para que o rão seja capturado, e os bens do mesmo apreheidos, não somente para pagar as custas da cauza, como para restituir á igreja as congruas mal havidas. As primeiras authorities nao tem discação, a respeito, nós dovemos fazer o mesmo em desagravo á Religiao.

Na data deste officio ao reverendo vigario emcomendado dessa freguezia para sem demora de tempo revalidarem-se todos os matrimonios celebrados por aquelle sacerdote, ou com licoença sua; authorisando outro sim aos curas das capellas felicias para o mesmo fim. Deos guarde a v. ss. por muitos annos. Conceição 31 de agosto de 1846. — Illm.º srs. presidente e mais variadores da camara da villa, e termo do Araxá. — O padre Jeronimo Gonçalves Macedo, visitador ordinario. — Está conformo o secretario Salles.

Illm. sr. — Tendo de informar por ordem do governo imperial sobre um requerimento do padre Francisco Nogueira Lobo vigario emcomendado da freguezia de S. Domingos do Araxá pretendendo n'ella collar-se, julguei acertado ouvir confidencialmente ao revd.º Francisco d'Annunçiação Teixeira Coelho, parochio da Villa Nova da Formiga á cerca d'authenticidade da certidão de baptismo, que aquelle pretendente lhe attribuía o haver passado na qualidade de coadjutor da referida freguezia do Araxá, e o resultado d'esta deligencia foi obter eu o conhecimento de que semelhante certidão é a pocrípha, e de muitas outras informações a respeito dos costumes do dito padre Lobo, que n'esta data levo ao conhecimento de S. M. o Imperador. Ora como s. exc. rvm.º o sr. bispo de Goyaz communicou-me que á v. s. na qualidade do visitador da comarca ecclesiastica do Araxá dava attribuição para conhecer de negocios da natureza deste, julguei conveniente enviar a v. s. as inclusas copias tanto do officio do vigario da Villa Nova da Formiga, como d'aquella certidão de baptismo para que v. s. em vista de taes documentos proceda como for de justiça, prevenindo-o de que iguaes copias, e para o mesmo fim, remetto ao chefe de policia desta provincia. Deos guarde a v. s. palacio do governo no Ouro Preto 5 de agosto de 1846

Diário da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes (página inicial). Ano 1º, número 5, de 22 de abril de 1850. Contém discurso do cônego Hermógenes na sessão extraordinária de 6 de abril de 1850. Fonte: Arquivo Público Mineiro – Jornais Mineiros.